



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE
TRANSIÇÃO

SECRETARIA-GERAL

RELATÓRIO DE
TRANSIÇÃO

SECRETARIA-GERAL



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Vieira de Mello Filho

Mauro Martins

Salise Sanchotene

Jane Granzoto

Richard Pae Kim

Marcio Luiz Freitas

Giovanni Olsson

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim

Marcello Terto e Silva

Mário Goulart Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Rejane Neves

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Menezes

2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL	9
GABINETE DA SECRETARIA-GERAL	11
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	12
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	12
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE EXPEDIENTES DA SECRETARIA-GERAL	13
RESULTADOS DA GESTÃO	18
ESTATÍSTICA PROCESSUAL	35
PRINCIPAIS INICIATIVAS	47
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	50
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	54
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	103
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	107
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	110
SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS	114
PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA	117
ESTRUTURA E AÇÕES	117
ATUAÇÃO LOCAL E RESULTADOS GLOBAIS	119

INTRODUÇÃO

O presente relatório contém informações consolidadas sobre as ações e as políticas públicas conduzidas no âmbito da Secretaria-Geral e suas unidades vinculadas, à luz das diretrizes estabelecidas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luiz Fux, para o biênio 2020-2022, com o intuito de fornecer subsídios à próxima gestão.

São apresentadas informações sobre os atos normativos editados na gestão, as portarias conjuntas e os grupos de trabalho instituídos pela Presidência e pelo Secretário-Geral, os instrumentos de cooperação assinados pela Presidência e pelo Secretário-Geral, mediante delegação, os Termos de Execução Descentralizada em apoio a projetos do CNJ e dos órgãos do Poder Judiciário, a estatística processual referente à atuação do Plenário do CNJ, assim como os projetos concluídos e em andamento geridos tanto pelo Gabinete da Secretaria-Geral quanto pelas unidades vinculadas.

Importa registrar que as informações constantes do presente relatório foram atualizadas até o dia 1º de julho de 2022, de modo que, até o final da atual gestão, em setembro de 2022, podem sofrer modificações.

ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

- 1 Gabinete da Secretaria-Geral
 - 1.1 Assessoria de Relações Institucionais
 - 1.2 Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Instrumentos Celebrados pelo Conselho Nacional de Justiça
 - 1.3 Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Expedientes da Secretaria-Geral
- 2 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
 - 2.1 Gabinete do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
- 3 Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário
 - 3.1 Divisão de Segurança
 - 3.1.1 Seção de Segurança Interna
- 4 Secretaria de Cerimonial e Eventos
 - 4.1 Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Eventos
 - 4.1.1 Seção de Cerimonial
 - 4.1.2 Seção de Eventos
- 5 Secretaria de Comunicação Social
 - 5.1 Coordenadoria de Imprensa
 - 5.2 Seção de Comunicação Institucional
 - 5.3 Setor de Áudio e Vídeo
- 6 Secretaria Processual
 - 6.1 Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição
 - 6.1.1 Seção de Protocolo e Digitalização
 - 6.1.2 Seção de Autuação e Distribuição
 - 6.2 Coordenadoria de Processamento de Feitos
 - 6.2.1 Seção de Apoio ao Plenário

6.2.2 Seção de Processamento

6.2.3 Seção de Jurisprudência

7 Departamento de Acompanhamento Orçamentário

7.1 Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário

7.1.1 Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário

8 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

8.1 Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico

8.1.1 Seção de Arquitetura e de Padrões do PJe

8.1.2 Seção de Controle de Demandas e de Qualidade do PJe

8.1.3 Seção de Módulos Judiciais do PJe

8.2 Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos

8.2.1 Seção de Qualidade e Padronização

8.2.2 Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes

8.2.3 Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral

8.3 Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC

8.3.1 Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação

8.3.2 Seção de Gestão de Projetos e de Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação

8.4 Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura

8.4.1 Seção de Gestão de Segurança da Informação

8.4.2 Seção de Gestão de Telecomunicações

8.4.3 Seção de Gestão de Serviços e Aplicações

8.4.4 Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário

8.4.5 Núcleo de Gestão de Banco de Dados

8.5 Coordenadoria de Inovação e Prospecção Tecnológica

8.5.1 Seção de Inovação Tecnológica

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL

São competências do Gabinete da Secretaria-Geral:

I – assessorar o Secretário-Geral no cumprimento de suas atribuições e em sua representação institucional;

II – despachar o expediente e instruir os procedimentos administrativos de interesse da Secretaria-Geral;

III – organizar a pauta do encontro preparatório que precede as Sessões Plenárias do Conselho Nacional de Justiça;

IV – dirigir e supervisionar o apoio administrativo necessário às atividades da Secretaria-Geral;

V – desenvolver os projetos de interesse da Secretaria-Geral;

VI – atuar na gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais sob a sua responsabilidade;

VII – revisar as minutas de atos oficiais a serem submetidos à Presidência para assinatura;

VIII – apoiar as atividades da Presidência e dos respectivos Juízes Auxiliares, quando solicitado;

IX – elaborar minutas de informações a serem prestadas em ações judiciais que versem sobre atos da competência do Plenário;

X – responder aos pedidos de informações do Tribunal de Contas da União que tenham sido dirigidos à Presidência ou à Secretaria-Geral;

XI – receber e distribuir os pedidos de informações referentes a ações judiciais que versem sobre atos da competência dos Gabinetes de Conselheiros ou da Corregedoria Nacional de Justiça;

XII – orientar e coordenar as atividades do Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Expedientes da Secretaria-Geral e do Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Instrumentos Celebrados pelo Conselho Nacional de Justiça.

XIII – prestar atendimento ao público interno e externo, nos assuntos relativos às atividades da Secretaria-Geral;

XIV – participar de grupos de trabalho e comitês de interesse da Secretaria-Geral;

XV – desenvolver outras atividades típicas de Gabinete.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

São competências da Assessoria de Relações Institucionais:

- I – auxiliar e assessorar o Secretário-Geral na articulação com outros órgãos da administração pública, bem como com a sociedade civil e suas organizações, seja nacional ou internacionalmente;
- II – acompanhar a tramitação dos projetos de lei de interesse do CNJ em tramitação no Congresso Nacional;
- III – acompanhar o trâmite de projetos, iniciativas estratégicas, ações e acordos de cooperação ou congêneres voltados à consecução da missão constitucional do CNJ, quando o Secretário-Geral solicitar;
- IV – despachar com o Secretário-Geral todos os expedientes encaminhados à Assessoria de Relações Institucionais relativos à competência da Secretaria-Geral;
- V – executar as atividades determinadas pelo Secretário-Geral relacionadas à articulação interinstitucional;
- VI – trabalhar em cooperação permanente com a Assessoria Parlamentar do Supremo Tribunal Federal;
- VII – exercer outras atividades correlatas

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

São competências do Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Instrumentos Celebrados pelo Conselho Nacional de Justiça:

- I – propor, em conjunto com outras unidades intervenientes, normas e procedimentos de acompanhamento de instrumentos celebrados, bem como as atualizações que se fizerem necessárias;
- II – dirigir, orientar e coordenar as ações inerentes ao acompanhamento de instrumentos celebrados, visando ao pronto e contínuo atendimento aos gestores;
- III – receber e analisar as propostas de instrumentos de cooperação;
- IV – sugerir ajustes para o aperfeiçoamento das propostas de instrumentos de cooperação;
- V – propor o encaminhamento a ser dado aos instrumentos celebrados;
- VI – acompanhar a execução dos instrumentos celebrados junto aos gestores designados;

- VII – atuar na gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais sob a sua responsabilidade;
- VIII – acompanhar, consolidar e fornecer informações sobre os termos de cooperação técnica e jurídica, que versem sobre os assuntos relativos à atuação da Secretaria-Geral;
- IX – desenvolver outras atividades correlatas.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE EXPEDIENTES DA SECRETARIA-GERAL

São competências do Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Expedientes da Secretaria-Geral:

- I – receber, analisar e propor o encaminhamento dos expedientes da Secretaria-Geral;
- II – despachar com o Chefe de Gabinete os expedientes de interesse da Secretaria-Geral;
- III – gerir os expedientes e as correspondências endereçadas à Secretaria-Geral, dando-lhes o destino apropriado, de acordo com a natureza do assunto;
- IV – controlar os prazos fixados para o atendimento dos expedientes da Secretaria-Geral;
- V – elaborar minutas de atos e documentos a cargo da Secretaria -Geral;
- VI – participar de grupos de trabalho e comitês de interesse da Secretaria -Geral;
- VII – desenvolver outras atividades correlatas.

INFORMAÇÕES SOBRE O GABINETE

Atualmente, o Gabinete é composto por quatro Juízes Auxiliares, oito servidores (chefe de gabinete, sete servidores, sendo três com atuação em assuntos jurídicos e quatro com atuação em assuntos administrativos, e dez terceirizados (duas revisoras e oito secretários).

A servidora ocupante do cargo de Assessora de Relações Institucionais exerce suas atribuições no Supremo Tribunal Federal, apesar de, formalmente, a assessoria estar dentro do Gabinete da Secretaria-Geral do CNJ.

O Gabinete possui, em seu quadro de funções, uma CJ-3 (Chefe de Gabinete), duas CJ-2 (Assessor Jurídico da SG e Assessor II), uma CJ-1 (Assessor de Relações Institucionais), duas FC-5 (Chefe de Núcleo), uma FC-6 (Assistente VI) e uma FC-3 (Assistente III).

Equipe Gabinete da Secretaria-Geral

SERVIDORES		
NOME	CARGO/FUNÇÃO	ORIGEM
Leonardo Gil dos Santos Moreira	Chefe de Gabinete – CJ3	TRF2
Gabriela Freire Martins	Assessora-Jurídica da SG – CJ2	CNMP
Poliana Oliveira Santos	Assessora II – CJ2	CNMP
Luciane Oliveira Silva	Assessora de Relações Institucionais – CJ1	Sem Vínculo
Marcos Paulo Marques dos Santos	Chefe do Núcleo de Expedientes – FC5	CNJ
Karina Dias de Góis Murta	Chefe do Núcleo de Instrumentos Celebrados – FC5	CNJ
Jaul Ramalho de Castro	Assistente III – FC3	CNJ
Elisa Barros Horsth	Assistente VI – FC-6	CNJ
Glauber Barbosa Lopes	Analista Judiciário – Área Jurídica	CNJ
COLABORADORES		
NOME	CARGO/FUNÇÃO	
Kelvia Teixeira Santos	Revisora	
Kelly Maria Soares Marques Procópio	Revisora	
Ana Karla Marques Rocha	Secretária	
Ariadna Tabosa Couto	Secretária	
Kalyny Simeão Moura Cipriano	Secretária	
Morgana Moraes Silva	Secretária	
Juan Filipe Ferreira Pinto	Secretário	
Fabício Araújo Packness	Secretário	
Vinicius Rodrigues Soares	Secretário	
Gelvane Tavares Araújo	Secretário	

ATRIBUIÇÕES

ASSESSOR-CHEFE DE GABINETE

- **Leonardo Gil dos Santos Moreira** – Além das competências atribuídas ao Gabinete da Secretaria-Geral já elencadas anteriormente, é responsável, ainda, por assessorar o Secretário-Geral na gestão administrativa do Gabinete e também por: (a) elaboração de minutas de despachos, atos normativos, informações e pareceres; (b) despacho de

expedientes com o Secretário-Geral, Juízes Auxiliares, assessores e unidades vinculadas a SG; (c) análise e encaminhamento da documentação remetida à SG/Presidência; (d) delegação de atribuições à equipe; (e) orientação e revisão dos trabalhos; (f) comunicação com as demais unidades do Conselho; (g) autuação, distribuição e encaminhamento de processos administrativos; e (h) avaliação de desempenho dos servidores, entre outras.

ASSESSORIA JURÍDICA

- ▶ **Gabriela Freire Martins** – Assessora o Secretário-Geral, os Juízes Auxiliares e o Chefe de Gabinete da SG. Também é responsável por: (a) elaboração de minutas de despachos, atos normativos, informações e pareceres; (b) despacho de expedientes com o Secretário-Geral, Juízes Auxiliares, assessores e unidades vinculadas a SG; (c) análise e encaminhamento da documentação remetida à SG/Presidência; (d) delegação de atribuições à equipe; (e) orientação e revisão dos trabalhos; (f) comunicação com as demais unidades do Conselho; (g) autuação, distribuição e encaminhamento de processos administrativos; (h) elaboração de votos; (i) assessoramento das atividades do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário; e (j) organização da agenda do Secretário-Geral.
- ▶ **Poliana Oliveira Santos** – Assessora o Secretário-Geral, os Juízes Auxiliares e o Chefe de Gabinete da SG. Também é responsável por: (a) elaboração de minutas de despachos, atos normativos, informações e pareceres; (b) despacho de expedientes com o Secretário-Geral, Juízes Auxiliares, assessores e unidades vinculadas a SG; (c) análise e encaminhamento da documentação remetida à SG/Presidência; (d) delegação de atribuições à equipe; (e) orientação e revisão dos trabalhos; (f) comunicação com as demais unidades do Conselho; (g) autuação, distribuição e encaminhamento de processos administrativos; (h) elaboração de votos; e (i) assessoramento nos assuntos relacionados às Sessões Plenárias do CNJ.
- ▶ **Glauber Barbosa Lopes** – Auxilia o Chefe de Gabinete da SG/Secretário-Geral em assuntos jurídicos, elabora resposta às demandas recebidas do STF, TCU e AGU, além de responder a demandas da Ouvidoria.

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

- ▶ **Marcos Paulo Marques dos Santos** – Além das competências atribuídas ao Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Expedientes da Secretaria-Geral já elencadas anteriormente, auxilia o Chefe de Gabinete da SG, o Secretário-Geral e os Juízes Auxiliares na elaboração e na revisão de atos normativos, bem como na elaboração, na execução e no acompanhamento de projetos institucionais. Ainda, elabora os relatórios de atividades referentes às ações e aos projetos do Gabinete da Secretaria-Geral.

- ▶ **Karina Dias de Góis Murta** – Além das competências atribuídas ao Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Instrumentos Celebrados pelo CNJ já elencadas anteriormente, auxilia o Chefe de Gabinete da SG, o Secretário-Geral e os Juízes Auxiliares nos assuntos administrativos em geral.
- ▶ **Elisa Barros Horsth** – Assessoramento das atividades do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, auxiliando no encaminhamento das demandas, na organização das reuniões virtuais, na elaboração de pautas e minutas de resoluções e recomendações. Assessoria ao Secretário-Geral e aos Juízes Auxiliares da Presidência. Participação em Grupos de Trabalho. Encaminhamentos relativos à realização de eventos (webinários, seminários). Substituição da Chefia do NAIC.
- ▶ **Jaul Ramalho de Castro** – O servidor, com o apoio de três secretários, realiza atividades de apoio aos Conselheiros e aos Juízes Auxiliares da Presidência referentes a pesquisa e reservas de voos, cálculo de diárias, preparação de Requisições de Passagens e Diárias – RPDs, realiza *check-in* e alterações de assentos, providencia processo de reembolso de diárias e passagens, no caso de cancelamento de bilhetes, organiza o Plenário no dia anterior à Sessão Plenária (*checklist* de todos equipamentos – informática, áudio e vídeo, climatização, limpeza e mobiliário), agenda eventos no Plenário e presta apoio logístico durante as Sessões Plenárias, agenda e prepara Salas de Reuniões, controle e guarda de mobiliários, equipamentos e chaves de oito Salas de Reuniões: F 101, F 105, F 106, F 111, F 201, F 205, F 304 e F 309, zelando para que os referidos espaços estejam em plenas condições de uso (*notebook*, telefone, TV, videoconferência), providencia emissão de passaportes e vistos de serviço.

REVISÃO DE TEXTO

- ▶ **Kélvia Teixeira Santos** e **Kelly Maria Soares Marques Procópio** – Elaboram e revisam documentos oficiais, elaboram e revisam atos normativos, revisam documentos oriundos de outras unidades, mediante solicitação à Secretaria-Geral.

EXPEDIÇÃO

- ▶ **Ariadna Tabosa Couto** – Recebe os documentos eletrônicos e direciona para as unidades/servidores competentes, expede documentos/processos, faz a gestão dos blocos de assinatura, presta apoio às demandas abaixo destacadas de secretariado.
- ▶ **Kalyny Simeão Moura Cipriano** – Recebe os documentos eletrônicos e direciona para as unidades/servidores competentes, expede documentos/processos, faz a gestão dos blocos de assinatura, presta apoio às demandas de secretariado. Além disso, faz gestão da caixa de *e-mail* da Secretaria-Geral

SECRETÁRIAS

- ▶ **Ana Karla Marques Rocha** e **Morgana Moraes Silva** – Realizam atendimento telefônico, marcação de audiência, recepção de pessoas na unidade, pedidos de carros, pedidos de passagens, pedidos de benefícios para magistrados (diárias, auxílio-moradia, telefone, plano de saúde), solicitação de água/café para os magistrados e para reuniões realizadas na SG.
- ▶ **Juan Filipe Ferreira Pinto** – Realiza auxílio aos magistrados em geral (solicitação de carro, solicitação de passagens e diárias), controle de processos no SEI, gerenciamento do e-mail “audiencia@cnj.jus.br”, atendimento ao público por e-mail e contato telefônico, criação de links e reuniões telepresenciais dos Juízes Auxiliares e do Secretário-Geral, auxílio à agenda do Secretário-Geral. Arquivo de documentos e processos.

APOIO

- ▶ **Gelvane Tavares Araújo, Fabrício Araújo Packness** e **Vinícius Rodrigues Soares** – Realizam atividades de apoio aos Conselheiros e aos Juízes Auxiliares da Presidência referentes a pesquisa e reservas de voos, cálculo de diárias, preparação de Requisições de Passagens e Diárias – RPDs, realizam *check-in* e alterações de assentos, providenciam processo de reembolso de diárias e passagens, no caso de cancelamento de bilhetes, entre outras atividades em conjunto com o servidor Jaul Ramalho de Castro.

RESULTADOS DA GESTÃO

Portarias conjuntas

	DATA	ORIGEM	SITUAÇÃO	EMENTA
1	22/03/2022	Presidência e Corregedoria	Vigente	Determina a realização de correção extraordinária para verificação do funcionamento e regularização dos sistemas e plataformas eletrônicas utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, além de mutirão de inspeções em estabelecimentos prisionais do Estado do Amazonas.
8	11/10/2021	Presidência	Vigente	Realiza a compensação entre os limites individualizados para despesas primárias no valor global de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em favor do Conselho Nacional de Justiça, tendo como órgão cedente o Superior Tribunal de Justiça.
7	17/09/2021	Presidência	Vigente	Altera o anexo da Portaria Conjunta CNJ/CNMP n. 1/2019, que estabelece a composição do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.
5	03/09/2021	Presidência	Vigente	Regulamenta a Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 8/2021, que institui o painel interativo nacional de dados ambiental e interinstitucional (Sirenejud).
4	31/08/2021	Presidência	Vigente	Padroniza a nomenclatura das rubricas das folhas de pagamento do Poder Judiciário da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
3	31/08/2021	Presidência	Vigente	Abre crédito suplementar no valor global de R\$ 10.850.000,00 (dez milhões oitocentos e cinquenta mil reais) ao Orçamento do CNJ, para os fins que especifica.
2	27/04/2021	Presidência	Vigente	Altera a Portaria Conjunta CNMP/CNJ n. 2, de 10 de setembro de 2019.
1	11/03/2021	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a utilização do Infodip no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências.
1	22/04/2021	Corregedoria	Vigente	Disciplina o encaminhamento à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de decisões concernentes aos procedimentos de natureza disciplinar em trâmite nos Tribunais Regionais do Trabalho, com fundamento no Termo de Cooperação 01/2020, de 20/02/2020.
1	30/06/2021	Secretaria-Geral	Vigente	Designa os gestores negociais do Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas.
2	26/01/2021	Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica	Vigente	Altera a Portaria Conjunta n. 1 de 18 de janeiro de 2021, que institui Comitê de Apoio Técnico à realização de Diagnóstico do Contencioso Tributário Nacional e à elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a ampliação da eficácia e efetividade do referido contencioso a serem apresentados ao Conselho Nacional de Justiça e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
1	18/01/2021	Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica	Alterado	Institui Comitê de Apoio Técnico à realização de Diagnóstico do Contencioso Tributário Nacional e à elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a ampliação da eficácia e efetividade do referido contencioso a serem apresentados ao Conselho Nacional de Justiça e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
1	04/11/2021	Presidência e Corregedoria	Vigente	Determina a realização de correção extraordinária para verificação do funcionamento das Varas Criminais e das Varas de Execução Penal de Fortaleza e das Varas Cumulativas de Competência Criminal e Execução Penal de Juazeiro do Norte e de Sobral, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e a realização de inspeções em estabelecimentos prisionais do Estado do Ceará.
8	15/12/2020	Presidência	Vigente	Institui canais de acesso específicos de registro de demandas e manifestações no Conselho Nacional de Justiça por meio de sua Ouvidoria, dedicados às temáticas de enfrentamento à violência contra as Mulheres, à tutela dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente, no âmbito do Poder Judiciário.
7	18/08/2020	Presidência	Vigente	Estabelece aspectos técnico-operacionais para disponibilização do sistema Infodip a todos os tribunais e dá outras providências.
7	01/09/2020	Presidência	Vigente	Inclui o tema relacionado a igualdade e discriminação racial, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, da Agenda 2030, para monitoramento pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão e dá outra providência.

Grupos de Trabalho

PORTARIA NÚMERO/ANO	ORIGEM	EMENTA
205/2020	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para elaboração de Plano Nacional de Fomento ao Esporte e Lazer no Sistema Prisional.
241/2020	Presidência	Institui o Grupo de Trabalho "Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário". Institui o Grupo de Trabalho "Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário". (Redação dada pela Portaria n. 326, de 16.12.2021)
293/2020	Presidência	Prorroga o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho instituído para elaboração de Plano Nacional de Fomento à Leitura nos Ambientes de Privação de Liberdade.
298/2020	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento de projetos pilotos para implementação do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência (Lei n. 13.341/2017), com resguardo das normas protetivas dos valores sociais e culturais dos povos e comunidades tradicionais.
24/2021	Secretaria-Geral	Altera a composição do Grupo de Trabalho Multidisciplinar para realizar estudos e apresentar proposição de adequação dos sistemas de gestão de documentos do CNJ quanto ao que preconiza a Lei n. 12.527/2011, e a Resolução CNJ n. 215/2015.
62/2021	Secretaria-Geral	Prorroga o prazo para o encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 52/2021.
70/2021	Secretaria-Geral	Prorroga o prazo para o encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SG n. 52/2021.
54/2021	Presidência	Revoga a Portaria n. 110/2019, que institui Grupo de Trabalho de Gestão dos Sistemas e Cadastros do Conselho Nacional de Justiça.
131/2021	Presidência	Institui o Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe).
113/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para avaliar medidas e coordenar a implementação da Lei n. 14.133/2021.
146/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para auxiliar na definição das regras negociais do desenvolvimento do Portal de Serviços do Poder Judiciário.
206/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para auxiliar na implementação da autocomposição tributária no Poder Judiciário.
205/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado ao estudo e à elaboração de propostas voltadas à organização e à gestão das ouvidorias do Poder Judiciário e à revisão da Resolução CNJ n. 103/2010.
194/2021	Presidência	Institui grupo de trabalho para desenvolvimento das regras de negócio da integração dos sistemas de processos eletrônicos do Instituto Nacional de Seguro Social à Plataforma Digital do Poder Judiciário.
179/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos sobre a implementação da Resolução CNJ n. 389/2021.
244/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento e à execução do Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas (Processo SEI n. 6443/2021)
233/2021	Presidência	Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho para elaboração de Plano Nacional de Fomento à Leitura nos Ambientes de Privação de Liberdade.
269/2021	Presidência	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para definições de termos da minuta do novo normativo que versa sobre contratações de Soluções de TIC no Poder Judiciário.
268/2021	Presidência	Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas ao fortalecimento dos precedentes no sistema jurídico.
255/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado à criação de protocolo de avaliação de riscos e necessidades do adolescente em conflito com a lei para definição e execução de medidas socioeducativas.

PORTARIA NÚMERO/ANO	ORIGEM	EMENTA
316/2021	Presidência	Designa os integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 270/2021, para otimizar a estrutura de cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário da União, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei n. 11.416/2006.
286/2021	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento e à execução da Rede Restaurativa, plataforma desenvolvida pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ para integração dos núcleos de Justiça Restaurativa dos tribunais.
19/2022	Presidência	Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho para elaboração de Plano Nacional de Fomento à Leitura nos Ambientes de Privação de Liberdade.
38/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado ao desenvolvimento do plano de ação e acompanhamento da campanha de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, intitulada "Me proteja".
87/2022	Presidência	Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho denominado "Direitos indígenas: acesso à justiça e singularidades processuais".
146/2022	Presidência	Institui a obrigatoriedade de capacitação em ações de segurança humana nas contratações de empresas de segurança privada pelo Conselho Nacional de Justiça.
138/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para elaboração de "Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância".
111/2022	Presidência	Institui o Manual de Procedimentos de Termo de Execução Descentralizada (TED) do Conselho Nacional de Justiça.
153/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para auxiliar os trabalhos da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão do Conselho Nacional de Justiça.
194/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para realizar estudos e propor estratégias de melhoria para a gestão orçamentária no âmbito do Poder Judiciário.
193/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para promover estudos e propor ações que visem desburocratizar procedimentos e rotinas na prestação de atividades finalísticas do Poder Judiciário.
176/2022	Presidência	Institui o Repositório Nacional de Mulheres Juristas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
164/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para auxiliar no desenvolvimento da ferramenta para uso do cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC).
223/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos sobre a regulamentação de cotas para indígenas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura.
221/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração de propostas sobre a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 440/2022.
241/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para auxiliar os trabalhos da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.
228/2022	Presidência	Institui Grupo de Trabalho para colaborar no acompanhamento dos fatos que deram causa à morte do indígenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips.

INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2022/022	TCOT	CNJ – TJAP	Cooperação entre os partícipes, assumindo o TJAP papel de Tribunal piloto, para o planejamento e a realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0.	Presidente
2022/023	TCOT	CNJ - STF	O desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o STF e o CNJ para a publicação dos Cadernos de Jurisprudência do STF: Concretizando Direitos Humanos, com volumes específicos dedicados a relevantes temas da agenda de Direitos Humanos, sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, ao encontro da Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro de 2022, e em parceria com a Rede ICCAL Brasil e o <i>Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law</i> .	Presidente
2022/024	TCOT	CNJ – TJCE	O desenvolvimento e uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br do módulo de Busca Integrada de Precedentes Judiciais, Jurisprudências e Legislações.	Presidente
2022/021	TCOT	CNJ - Enfam	Visando fomentar a cultura da inovação albergada pela política judiciária prevista na Resolução CNJ n. 395, de 7 de junho de 2021, assumindo a Enfam e o CNJ o papel de incubadores de projetos de aprimoramento da atividade jurisdicional e atuando a primeira como ambiente de formação de magistrados e magistradas na utilização de métodos inovadores, ágeis e de práticas colaborativas para problemas ou necessidades relacionadas às atividades do Judiciário.	Presidente
2022/001	TED	CNJ – PF	Realização do II Curso de Formação da Polícia Judicial, destinado exclusivamente a 80 servidores do Poder Judiciário, da especialidade de Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, cujas vagas foram destinadas a todos os Tribunais, que possuem tais servidores em seus quadros.	Presidente
2022/020	TCOT	CNJ – STF – STJ – STM – TSE – TST	Ampliação e consolidação do Banco Nacional de Precedentes - BNP, repositório e plataforma tecnológica unificada de pesquisa textual e estatística, instituído pela Resolução CNJ n. 444/2022	Presidente
2022/019	TCOT	CNJ – Enfam	Conjugação de esforços para elaboração, desenvolvimento de conteúdo e realização de cursos e ações de capacitação de magistrados e de magistradas sobre o tema de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, ao encontro da Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro de 2022, e sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.	Presidente
2022/016	TCOT	CNJ – TJDF – GDF – Sejus DF – Funap	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Distrito Federal.	Presidente
2022/015	TCOT	CNJ – TJAP	A conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe do CNJ nas unidades judiciárias pertencentes ao TJAP.	Presidente
2022/018	TCOT	CNJ – TJRJ	Cooperação entre os partícipes, assumindo o TJRJ papel de Tribunal piloto para o planejamento e a realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0 – Sistema Nacional de Pesquisa Patrimonial e Recuperação de Ativos - SNIPER	Presidente
2022/017	TCOT	CNJ – prefeitura do RJ (SMAS) – TJRJ – Alerj	O desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, ao acompanhamento e à avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município do Rio de Janeiro, em consonância com os parâmetros fomentados pelo Conselho Nacional de Justiça.	Presidente
2022/014	TCOT	CNJ – TRT14	Cooperação entre os partícipes, assumindo o TRT-14 papel de tribunal piloto, para o planejamento e a realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2022/006	TCOT	CNJ – MJ (Depen)	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, por meio da identificação biométrica e da emissão dos documentos necessários à individualização civil e administrativa dos cidadãos.	Presidente
2022/012	TCOT	CNJ – TJSC	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2022/011	TCOT	CNJ – TJCE – Governo Estadual	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação do Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Programa no Estado do Ceará.	Presidente
2022/010	TCOT	CNJ – MPRS	Planejamento e a realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0, em especial o Juízo 100% Digital e o Núcleo de Justiça 4.0, para ampliar o acesso à justiça e a promoção dos interesses individuais e sociais indisponíveis, por meio do projeto "MP Digital", bem como para disponibilizar nas unidades do MPRS envolvidas no projeto ferramenta de videoconferência igual ou equivalente ao "Balcão Virtual", que permita contato com o setor de atendimento da unidade do MPRS.	Presidente
2022/001	TCOT	CNJ – TJRS	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do "Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos".	Presidente
2022/002	TCOT	CNJ – TJRS	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2022/005	TCOT	CNJ – TJCE – SEAP – Governo Estadual	O desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritórios Sociais no Estado do Ceará.	Presidente
2022/009	TCOT	CNJ – Microsoft	Colaboração técnica da Microsoft com o Conselho Nacional de Justiça para atividades relacionadas ao Projeto Balcão Virtual e a CyberSegurança – LGPD.	Presidente
2022/004	TCOT	CNJ – DPF – POLÍCIAS CIVIS AC – ES – SP	Ampliar a sinergia entre as instituições policiais indicadas e o Poder Judiciário, promovendo o acesso à Justiça 4.0 e viabilizando uma prestação jurisdicional mais efetiva e em tempo razoável, por meio do compromisso de que a qualificação de todos os envolvidos em procedimentos policiais passe a abranger, sempre que possível, os endereços eletrônicos (<i>e-mails</i>) e números de telefone celular, com a indicação do funcionamento de <i>Short Message Service</i> (SMS) e de aplicativos de mensagem instantânea tais como WhatsApp e Telegram, além do registro da eventual anuência expressa quanto a citação, notificação e intimação por meio deles em qualquer processo, medidas estas que poderão maximizar a eficiência das comunicações de atos processuais.	Presidente
2022/007	TCOT	CNJ – TJPR	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2022/008	TCOT	CNJ – CJF – CEF	Uso colaborativo de soluções tecnológicas mediante integração dos sistemas de processos eletrônicos com os sistemas informatizados da CEF relacionados ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (Seguro DPVAT), na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/088	TCOT	CNJ – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul – Poder Executivo do Rio Grande do Sul (SJSJS e Susepe)	Efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is) no Estado do Rio Grande do Sul.	Presidente
2021/164	TCOT	CNJ – ITS	Cooperação técnico-científica e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências para: (i) a atualização do Modelo de Requisitos Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-jus); (ii) a análise de conformidade dos desenvolvimentos para a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); (iii) auxílio nos projetos de transformação digital do Poder Judiciário, em especial daqueles componentes do Programa Justiça 4.0.	Presidente
2021/167	TCOT	CNJ – TJMG	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/166	TCOT	CNJ – TJMG	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/159	TCOT	CNJ - TJTO - Seciju/TO – Concar	O desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.	Presidente
2021/157	TCOT	CNJ – TJRR	a conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/158	TCOT	CNJ – TJRR	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/137	TCOT	CNJ – TJRS	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/162	TCOT	CNJ – TJPA	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/161	TCOT	CNJ – TJPA	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/156	TCOT	CNJ – OAB- Seccional Acre	O estabelecimento de parceria visando à implementação de ações conjuntas e efetivas que assegurem a realização pela OAB-AC do acompanhamento da adesão pelos Tribunais existentes no âmbito do Estado do Acre ao Programa Justiça 4.0 do CNJ.	Presidente
2021/154	TCOT	CNJ – TJAL	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/155	TCOT	CNJ – TJAL	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/151	TCOT	CNJ – DPU	A cooperação entre os partícipes para o planejamento e a realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0, em especial o Juízo 100% Digital e o Núcleo de Justiça 4.0, para ampliar o acesso à justiça e a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados por meio do projeto “DPU Digital”, bem como para disponibilizar, nas unidades da DPU envolvidas no projeto, ferramenta de videoconferência igual ou equivalente ao “Balcão Virtual”, que permita contato com o setor de atendimento da unidade da DPU.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/146	TCOT	CNJ – Sejus/ES – TJES	Cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, em especial a Resolução CNJ n. 307, de 17 de dezembro de 2019, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para o aprimoramento e atualização do Escritório Social no Estado do Espírito Santo.	Presidente
2021/125	TCOT	CNJ – TJSP	A conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal, nos termos dos parâmetros acordados no Ofício n. 279/2021 SPPr 1.1 do TJSP, aprovado pelo Plenário do C. Conselho Nacional de Justiça e pela Presidência no Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0003440-96.2021.2.00.0000.	Presidente
2021/126	TCOT	CNJ – TJSP	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/136	TCOT	CNJ – TJRR	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/150	TCOT	CNJ – Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR	Cessão do código-fonte do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - Pje para utilização pelo ONR para a tramitação e julgamento dos processos administrativos de sua competência.	Presidente
2021/147	TCOT	CNJ – TJTO – Seciju/TO	Efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município de Gurupi, Estado do Tocantins.	Presidente
2021/149	TCOT	CNJ – OAB/MS	Estabelecimento de parceria visando à implementação de ações conjuntas e efetivas que assegurem a realização pela OAB-MS do acompanhamento da adesão pelos Tribunais existentes no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul ao Programa Justiça 4.0 do CNJ.	Presidente
2021/148	TCOT	CNJ – Febraban	Desenvolvimento e uso colaborativo da PDPJ-Br relacionado ao módulo de domicílio eletrônico para recebimento de citação e intimação dos processos eletrônicos pelas instituições financeiras, bem como para o módulo comunicação processual (recebimento de ofícios e outros expedientes) direcionados às instituições financeiras, inclusive em processos em que essas não sejam partes, de acordo com as regras e diretrizes previstas na Resolução CNJ n. 335/2020, através do desenvolvimento de <i>Application Programming Interface</i> e outros mecanismos de integração assíncrona, para comunicação com os Tribunais e de um sistema centralizador	Presidente
2021/144	TCOT	CNJ – Prefeitura de Cabo Frio	A disponibilização, pela prefeitura, de ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento do órgão, denominada “Balcão Virtual”.	Presidente
2021/134	TCOT	CNJ – TJTO	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/141	TCOT	CNJ – Enfam – UERJ	O estabelecimento de parceria entre o CNJ, a UERJ/PPGD e a Enfam, visando à realização de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> no âmbito do programa de pós-graduação em direito da UERJ, na temática da Inovação e Sistema de Justiça, bem como a implementação de ações conjuntas e efetivas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão de interesse mútuo das partes.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/078	TCOT	CNJ – CJF -TRFI	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo da PDPJ-Br do “módulo de RPV e Precatórios”, que tem como escopo a requisição de RPV e precatórios na PDPJ-Br, a partir da solução “SIREA” desenvolvida pelo Tribunal.	Presidente
2021/140	TCOT	CNJ – TJSE	A conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/139	TCOT	CNJ – TJSE	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/135	TCOT	CNJ – TJPB	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/128	TCOT	CNJ - STN - BB	Conjugação de esforços do CNJ, STN, e BB, com o propósito de desenvolver e implementar no Poder Judiciário, assim como incentivar a utilização, de novo sistema eletrônico denominado Cadastro de Entidades Devedores Inadimplentes de Precatórios – Cedimprec.	Presidente
2021/142	TCOT	CNJ – TJAM	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/129	TCOT	CNJ – AGU – PGF	Desenvolver e implementar estudos, sistemas e a adequada troca de informações e experiências institucionais que permitirão tornar mais eficiente a expedição, o acompanhamento, o controle e a execução orçamentária relativa aos pagamentos de obrigações pecuniárias decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado por intermédio de emissão de precatórios e requisições de pequeno valor.	Presidente
2021/138	TCOT	CNJ – TJMS	A conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/114	TCOT	CNJ-TJMT	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/133	TCOT	CNJ – TRF2	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br do módulo de consulta processual personalizada.	Presidente
2021/132	TCOT	CNJ – ABJ	Desenvolvimento de modelo estatístico de prazos relacionados ao processo de adoção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	Presidente
2021/131	TCOT	CNJ – TJRJ	O desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/130	TCOT	CNJ – TJMS	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/002	Protocolo de intenções	CNJ – AGU	Cooperação entre os partícipes para a disponibilização, pela AGU, de ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento do órgão, denominada “Balcão Virtual”.	Presidente
2021/117	TCOT	CNJ – TJSC	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/116	TCOT	CNJ – TJSC	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/123	TCOT	CNJ – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Aprimorar os instrumentos técnicos e jurídicos a serem utilizados na realização do diagnóstico destinado a conhecer a realidade dos tribunais de justiça brasileiros, sobretudo no âmbito da governança de tecnologia da informação e da transformação digital da prestação jurisdicional, com o intuito de ponderar seus desafios e oportunidades, identificar práticas ou ferramentas passíveis de serem compartilhadas e levantar lições aprendidas no campo da gestão ou do desenvolvimento compartilhado de soluções entre os diferentes órgãos, nos termos da Resolução CNJ n. 335/2021	Presidente
2021/121	TCOT	CNJ – Enfam – CARF	Desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à capacitação técnica relacionada ao contencioso tributário e aduaneiro, administrativo e judicial.	Presidente
2020/023	TCOT	CNJ – MPSP	Viabilizar e regulamentar o acesso, pelo MPSP, mediante consulta aos documentos e às informações do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, com o propósito de estabelecer melhorias no sistema de execução penal e da justiça criminal no Estado de São Paulo.	Presidente
2021/115	TCOT	CNJ – TJMT	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/119	TCOT	CNJ – PGE-RJ	Disponibilização pela PGE-RJ de ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento do órgão, denominada “Balcão Virtual”.	Presidente
2021/120	TCOT	CNJ – OIM	Estreitar a colaboração e realizar consultas sobre todos os assuntos de interesse comum.	Presidente
2021/002	TED	CNJ – PF	Realização do I Curso de Formação da Polícia Judicial, destinado exclusivamente aos servidores do Poder Judiciário, da especialidade de Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, cujas vagas foram destinadas a todos os Tribunais, que possuem tais servidores em seus quadros.	Presidente
2021/110	TCOT	CNJ – CFOAB	Acesso ao Cadastro Nacional dos Advogados e Estagiários (CNA) do CFOAB, pelo CNJ, e por qualquer tribunal que venha a aderir ao presente instrumento, para que a referida consulta integre os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário.	Presidente
2021/109	TCOT	CNJ – DPF- Polícias Cíveis dos Estados	Ampliar a sinergia entre as instituições policiais indicadas e o Poder Judiciário, promovendo o acesso à Justiça 4.0 e viabilizando uma prestação jurisdicional mais efetiva e em tempo razoável, por meio do compromisso de que a qualificação de todos os envolvidos em procedimentos policiais passe a abranger, sempre que possível, os endereços eletrônicos (<i>e-mails</i>) e números de telefone celular, com a indicação do funcionamento de Short Message Service (SMS) e de aplicativos de mensagem instantânea tais como WhatsApp e Telegram, além do registro da eventual anuência expressa quanto a citação, notificação e intimação por meio deles em qualquer processo, medidas estas que poderão maximizar a eficiência das comunicações de atos processuais.	Presidente
2021/112	TCOT	CNJ – Enfam	Desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à capacitação técnica de magistrados (as) e servidores do Poder Judiciário para qualificação do tratamento judicial conferido aos povos e pessoas indígenas do Brasil, por meio da estruturação de projeto denominado Rede de Altos Estudos em Direitos Indígenas, que reunirá as ações formativas nessa temática em uma mesma plataforma.	Presidente
2021/107	TCOT	CNJ-STJ	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/108	TCOT	CNJ-STJ	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no módulo integração.	Presidente
2021/106	TCOT	CNJ – STJ	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/091	TCOT	CNJ – STM	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/093	TCOT	CNJ – STM	Desenvolvimento e uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br do módulo Consulta Unificada de Antecedentes Criminais.	Presidente
2021/092	TCOT	CNJ – STM	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/085	TCOT	CNJ – TST – CSJT	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br nos órgãos da Justiça do Trabalho, sendo o CSJT responsável pela coordenação dos Tribunais Regionais do Trabalho para consecução do presente acordo no âmbito da Justiça do Trabalho.	Presidente
2021/097	TCOT	CNJ – TST – CSJT	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”, ficando o Conselho Superior da Justiça do Trabalho responsável pela coordenação dos Tribunais Regionais do Trabalho para consecução do presente acordo no âmbito da Justiça do Trabalho.	Presidente
2021/105	TCOT	CNJ – TCE/RN	Cessão do código-fonte do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe para utilização pelo TCE-RN para a tramitação e julgamento dos processos administrativos de sua competência.	Presidente
2021/102	TCOT	CNJ-TJTO	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos.	Presidente
2021/103	TCOT	CNJ-TJTO	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/104	TCOT	CNJ – ANS	Intercâmbio de dados e de informações de interesse recíproco dos partícipes, a garantia da proteção e da defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, o estímulo à resolução de conflitos de forma amigável nas causas pré-processuais e judiciais e a redução de demandas judiciais relacionadas à assistência à saúde suplementar, para que possam melhorar o desempenho da atividade regulatória da ANS.	Presidente
2021/053	TCOT	CNJ – TRFI	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/094	TCOT	CNJ - TJMA – Governo do Estado do Maranhão	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais.	Presidente
2021/101	TCOT	CNJ-TJPB	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/100	TCOT	CNJ-TJPB	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/099	TCOT	CNJ – TJRO	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos.	Presidente
2021/098	TCOT	CNJ – TJRO	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/096	TCOT	CNJ – TJGO	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/095	TCOT	CNJ – TJGO	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/089	TCOT	CNJ – MMFDH – CNR – Arpen	Desenvolvimento de ações conjuntas visando instituir, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, a obrigatoriedade de disponibilização aos nubentes, no momento da habilitação para o casamento civil, de material informativo para melhor preparação para o matrimônio.	Presidente
2021/086	TCOT	CNJ – TSE (Orquestrador)	Conjugação de esforços entre os partícipes para a adesão e o desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, ficando o TSE com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Presidente
2021/087	TCOT	CNJ – TSE	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”, ficando o TSE com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Eleitorais do presente Acordo.	Presidente
2021/090	TCOT	TRF4 – CNJ	Cessão do direito de uso do SEI, Sistema Eletrônico de Informações, criado pelo TRF4, para o CESSIONÁRIO, para utilização em base única.	Presidente
2021/082	TCOT	CNJ – TRF4	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual – PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/083	TCOT	CNJ – TRF4	Desenvolvimento e uso colaborativo de soluções tecnológicas que imprimam automatização das ações previdenciárias mediante Integração dos sistemas de processos eletrônicos com os sistemas do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br.	Presidente
2021/084	TCOT	CNJ – TCU	Aprimoramento das respectivas atribuições institucionais.	Presidente
2021/077	TCOT	CNJ – TRF5	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo – PEE, elaborado de forma conjunta, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/081	TCOT	CNJ – CNMP	Desenvolvimento e uso colaborativo da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br pelo CNMP, com ênfase na modernização do Processo Judicial eletrônico – PJe para o aperfeiçoamento de seus mecanismos de integração com as soluções tecnológicas utilizadas pelo Ministério Público e pelos demais integrantes do sistema de Justiça brasileiro.	Presidente
2021/074	TCOT	CNJ – TRF2	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual – PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/080	TCOT	CNJ – TJPA	desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual – PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/079	TCOT	CNJ – CNMP – Transparência Brasil	Compartilhamento de informações, para maior acurácia na transparência e análise das prestações de contas do sistema remuneratório do Poder Judiciário e do Ministério Público do Brasil.	Presidente
2021/073	TCOT	CNJ – CJF	Conjugação de esforços entre os partícipes para a adesão e o desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, ficando o CJF com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Federais.	Presidente
2021/072	TCOT	CNJ – TJPI	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual – PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/071	TCOT	CNJ – TJMSP	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/070	TCOT	CNJ – TJMSP	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/045	TCOT	CNJ – TRE/MA	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/055	TCOT	CNJ – TJPI	Implantação em nuvem do sistema PJe para uso do TJPI.	Presidente
2021/066	TCOT	CNJ – TJMT – TJMS – TJSE	Desenvolvimento e uso colaborativo na PDPJ-Br de módulo para gestão administrativa e financeira de Precatórios e RPVs, de acordo com as regras previstas na Resolução CNJ N.n. 303/2019, com o objetivo de oferecer aos tribunais uma ferramenta que permita a integral gestão e pagamento dos procedimentos de Precatórios e RPV.	Presidente
2021/067	TCOT	CNJ – INPI	Cooperação técnico-científica para o registro de criações intelectuais de titularidade do CNJ, bem como para o intercâmbio de informações e desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação do sistema de proteção da propriedade intelectual no Brasil e no exterior.	Presidente
2021/068	TCOT	CNJ – TRE/GO	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/069	TCOT	CNJ – Instituto de Justiça e Cidadania	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como o desenvolvimento institucional, por meio da implementação de ações conjuntas, programas, projetos e atividades, com a finalidade de promover o aprimoramento da prestação jurisdicional, a modernização dos serviços judiciários, o fortalecimento da magistratura e a divulgação e transparência dos atos do Poder Judiciário brasileiro.	Presidente
2021/065	TCOT	CNJ – TJAC	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/063	TCOT	CNJ – TJPE	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/064	TCOT	CNJ – TJAC	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/062	TCOT	CNJ – TJPE	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/061	TCOT	CNJ – TJDFT	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/060	TCOT	CNJ – TJDFT	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/057	TCOT	CNJ – TJPR	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/056	TCOT	CNJ – TJPR	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/058	TCOT	CNJ – TRT9	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo na PDPJ-Br de módulo para a integração do e-Carta ao PJe em nível nacional. O e-Carta é uma ferramenta que capta as notificações postais emitidas no PJe e as entrega automaticamente aos Correios. Após a remessa, o sistema dos Correios valida os dados – remetente e destinatário -, posta e disponibiliza um código de rastreamento. A impressão em papel A4, o envelopamento e a distribuição ficam a cargo dos Correios. A situação da correspondência é atualizada diariamente na base de dados do sistema e-Carta, possibilitando o seu rastreamento. Os documentos oficiais são enviados com garantia de integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.	Presidente
2021/052	TCOT	CNJ – TRE/ES	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/051	TCOT	CNJ – TRE/ES	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/054	TCOT	CNJ – PF (Academia Nacional de Polícia)	Capacitar, de forma continuada, tanto na modalidade presencial quanto à distância, as autoridades e servidores do Poder Judiciário na área da segurança, criando-se, aperfeiçoando e difundindo técnicas e conhecimentos acumulados.	Presidente
2021/047	TCOT	CNJ – TRT9	Cessão gratuita do direito de uso, pelo TRT9 ao CNJ, de sistema desenvolvido para gestão e controle de informações referentes aos Procedimentos de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão – Cumprdec.	Presidente
2021/040	TCOT	CNJ – TRT 14	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/039	TCOT	CNJ – TRT14	A conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/048	TCOT	CNJ – TRE/AL	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/044	TCOT	CNJ – Instituto Igarapé	Proporcionar trabalho em conjunto entre os partícipes visando ao fomento, à disseminação e ao apoio técnico a Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, incluindo a realização de pesquisas, troca de informações, promoção de eventos e publicações, além de outras iniciativas relevantes que possam ser definidas em Plano de Trabalho específico.	Presidente
2021/050	TCOT	CNJ – TJBA	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/049	TCOT	CNJ – TJBA	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/023	TCOT	CNJ – TJAC	desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/025	TCOT	CNJ – TJRJ	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/042	TCOT	CNJ – TJES	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/043	TCOT	CNJ – TJES	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/041	TCOT	CNJ – TJES	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/035	TCOT	CNJ – TJCE	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/034	TCOT	CNJ – TJCE	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/028	TCOT	CNJ – CJF	a conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”, ficando o CJF com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Federais do presente Acordo.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/001	Memorando de Entendimento	CNJ - Corte IDH	colaborar ampla, direta e reciprocamente na promoção de intercâmbio técnico e cultural, por meio de visitas de altas autoridades, delegações profissionais, troca de documentos (incluindo jurisprudência, material bibliográfico, estudos, avaliações e estatísticas) e por meio da implementação de outras atividades conjuntas de interesse mútuo.	Presidente
2021/038	TCOT	CNJ – TJGO	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/037	TCOT	CNJ – TJMA	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPI-Br no Tribunal.	Presidente
2021/036	TCOT	CNJ – TJMA	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/020	TCOT	CNJ – TJMG – Município de Alfenas/MG	Efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando. Dessa forma, há as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município de Alfenas/MG, em consonância com os parâmetros fomentados pelo Conselho Nacional de Justiça.	Presidente
2021/026	TCOT	CNJ - Instituto Avon	Conjugação de esforços para a produção de um diagnóstico técnico da eficácia das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), que terá como resultado a edição de uma publicação contendo análises qualitativas e quantitativas sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha.	Presidente
2021/021	TCOT	CNJ – TJMG	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/031	TCOT	CNJ – TJPE	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/024	TCOT	CNJ – TJRN	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/030	TCOT	CNJ – Estado do Rio de Janeiro	Implementação de ações no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro para o combate à violência doméstica contra a mulher.	Presidente
2021/029	TCOT	CNJ – Abrampa	Intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo que tenham como objetivos o aperfeiçoamento da governança ambiental, a expansão do conhecimento voltado para a proteção ao meio ambiente e o aprimoramento da atuação dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário brasileiro.	Presidente
2021/019	TCOT	CNJ - TJCE	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/007	TCOT	CNJ – TJAM	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/018	TCOT	CNJ - TJBA	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/022	TCOT	CNJ – TJRN	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2021/012	TCOT	CNJ – TJAP	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/013	TCOT	CNJ – TJAP	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/017	TCOT	CNJ - Fundação Observatório do Livro e da Leitura	O desenvolvimento de trabalho conjunto entre o CNJ e o Observatório visando a organização e realização de edição anual da Jornada da Leitura no Cárcere, bem como atividades dela decorrentes, tais como estudos e atividades de formação para servidores da Justiça, agentes penitenciários, professores da educação prisional e voluntários que atuem ou venham atuar com a promoção da leitura no sistema prisional brasileiro.	Presidente
2021/016	TCOT	CNJ – TRE/AP	Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/014	TCOT	CNJ – TJRN	Conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br no Tribunal.	Presidente
2021/015	TCOT	CNJ – TRE/AP	Desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”.	Presidente
2021/011	TCOT	CNJ – TJMT	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/010	TCOT	CNJ – TJAP	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/009	TCOT	CNJ - NEURALMIND	Conjugação de esforços do CNJ e da NeuralMind com o propósito de criar um <i>corpus</i> de linguagem jurídica em português e realizar o treinamento usando esse <i>corpus</i> do modelo de código aberto do Google BERT (<i>Bidirectional Encoder Representations from Transformers</i>).	Presidente
2021/008	TCOT	CNJ - TJPR	Conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br de novo módulo a substituir o atual Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP, que é uma ferramenta voltada a monitorar a realidade carcerária brasileira.	Presidente
2021/002	TCOT	CNJ – TJSE	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/006	TCOT	CNJ – TJMA	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/003	TCOT	CNJ – TJMS	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2021/005	TCOT	CNJ – TJAL	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2020/004	TCOT	CNJ – TJRJ	Desenvolvimento e uso colaborativo na PDPJ-Br dos módulos “Escritório Digital” e “Domicílio Eletrônico” da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2019/024	TCOT	CNJ – GDF – FAPDF – Secti – SSP/DF – Sejus/DF	Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para o aperfeiçoamento das políticas relacionadas à execução penal e ao sistema socioeducativo, incluindo iniciativas referentes à atenção às pessoas egressas, às alternativas penais, à monitoração eletrônica de pessoas, à custódia de pessoas privadas de liberdade, à formação de servidores da área, à mobilização da comunidade, a sistemas de informação, aos procedimentos judiciais e de outras áreas.	Presidente
2021/001	TCOT	CNJ – TJRR	Desenvolvimento e uso colaborativo na PDPJ-Br do módulo Mandamus no TJRR	Presidente
2018/042	TCOT	CNJ – TJRO	Desenvolvimento e uso colaborativo de soluções de inteligência artificial, com base no sistema Sinapses do TJRO, dando apoio à produção de conteúdo jurídico, focado na integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), simulando o comportamento e raciocínio humano, criando análises, compreendendo e obtendo respostas para diferentes situações, rotinas e processos.	Presidente
2020/027	TCOT	Organização Mundial de Propriedade Intelectual/OMPI – CNJ	Estabelecer cooperação entre as partes com o objetivo de facilitar a disseminação dos principais julgamentos no campo da propriedade intelectual por meio de um banco de dados operado pela OMPI (doravante designado “Julgamentos LEX da OMPI”).	Presidente
2020/053	TCOT	CNJ – CEJA	Cooperação técnica e acadêmica recíproca entre CNJ e CEJA, para o desenvolvimento de ações de capacitação envolvendo os membros do Poder Judiciário brasileiro, a serem planejadas e implementadas em parceria com as Escolas de Magistratura competentes.	Presidente
2018/049	TCOT	CNJ – Humanitas360	Promoção de iniciativas de fomento ao empreendedorismo cívico-social para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, de forma a contribuir para sua autonomia e emancipação individual, social e econômica.	Presidente
2020/049	TCOT	CNJ – CEJIL	Ações relacionadas com a promoção e proteção do direito internacional dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito aos sistemas regionais e universal de proteção direitos humanos.	Presidente
2020/054	TCOT	CNJ – MMFDH	Execução de ações educativas e de proteção aos direitos da mulher, idosos, crianças e adolescentes e demais grupos de vulneráveis, por meio da divulgação dos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos voltados para o recebimento de denúncias de violações de direitos humanos.	Presidente
2020/052	TCOT	CNJ – PGFN	Intercâmbio de dados, informações, conhecimentos e colaboração mútua em ações voltadas à automatização do fluxo de processos judiciais e processos de trabalho relacionados à redução da litigiosidade e ao incremento da eficiência na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS.	Presidente
2020/055	TCOT	CNJ – TJRO	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual – PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça.	Presidente
2020/044	TCOT	CNJ – CJF	Estabelecer um marco de cooperação mútua entre os partícipes visando implementar os Projetos “Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” e “Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe”, com o propósito de promover inovações com foco na efetividade da realização da Justiça para todos no país, bem como desenvolver estratégias, estudos, metodologias e ações para ampliação e facilitação do acesso à Justiça no Brasil.	Presidente
2020/043	TCOT	CNJ – RFB	Desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o CNJ e a RFB para o desenvolvimento de pesquisas e atividades voltadas à eficácia e eficiência do contencioso tributário administrativo e judicial.	Presidente

NÚMERO	TIPO DE INSTRUMENTO	PARTÍCIPE	OBJETO	SIGNATÁRIO PELO CNJ
2020/042	TCOT	MS – CNJ	Proporcionar aos Tribunais de Justiça (TJ) e Tribunais Regionais Federais (TRF): (i) subsídios técnicos para a tomada de decisão com base em evidências técnico-científicas nas ações relacionadas com a atenção à saúde, visando, assim, a aprimorar a litigiosidade e a solução das demandas e conferir maior celeridade no julgamento das ações judiciais nas quais figurem a atenção à saúde; e (ii) consultoria à distância, para suporte técnico com avaliação, sob o ponto de vista médico, das demandas judiciais relacionadas com a atenção à saúde com pedido de liminar e de tutela antecipada sob a alegação de urgência.	Presidente
2020/041	TCOT	CNJ – Faculdade Zumbi dos Palmares	Cooperação recíproca técnico-científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre a Faculdade Zumbi dos Palmares e CNJ, para criação e desenvolvimento de estudos e pesquisas de avaliação, observação e monitoramento de políticas afirmativas e de Cotas para negros nos concursos da Magistratura, nos estágios, órgãos e ambientes da justiça; de observação e monitoramento de projetos e políticas que incentivem a cultura de tolerância, mediação, pacificação e resolução dos conflitos dessas medidas e outras relacionadas.	Presidente
2020/039	TCOT	CNJ – Poderes Executivo e Judiciário do MS	Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Estado Mato Grosso do Sul.	Presidente
2020/038	TCOT	CNJ – CNM	Proporcionar trabalho em conjunto entre o CNJ e a CNM visando ao fomento, disseminação e apoio técnico às prefeituras municipais para implantação de políticas e serviços penais, incluindo Centrais Integradas de Alternativas Penais, Escritórios Sociais e ações de empregabilidade para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.	Presidente
2020/040	TCOT	CNJ – MPRJ	Conjugação de esforços entre os partícipes para o intercâmbio de mão de obra especializada em tecnologia da informação, bem como para o desenvolvimento e compartilhamento de projetos, sistemas, suportes, práticas e soluções de inteligência artificial, em observância às disposições da Resolução CNJ n. 332/2020, em especial o seu artigo 28.	Presidente
2020/037	TCOT	CNJ – MPT	Realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.	Presidente
2020/033	TCOT	CNJ – Minfra – MJSP	Promover a política de modernização e aperfeiçoamento do acesso à justiça, bem como promover a política de tratamento de bens apreendidos, por meio da disponibilização da ferramenta eletrônica Renajud, versão WEB ou WS, por parte do Minfra, para utilização e pelo CNJ.	Presidente
2020/035	TCOT	CNJ – Ibama	Desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o CNJ e o Ibama para o intercâmbio de informações e desenvolvimento de atividades voltadas a proteção e preservação do meio ambiente.	Presidente
2020/036	TCOT	STJ – CNJ	Intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, além da conjugação de esforços para viabilizar eventual integração dos sistemas de informação das Ouvidorias correspondentes, e realizar ações de educação com vistas ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento dos servidores envolvidos, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e atividades de interesses comuns.	Presidente

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

Número de sessões plenárias

Durante a gestão do Presidente Ministro Luiz Fux, foram realizadas 80 (oitenta) sessões plenárias, das quais 39 (trinta e nove) sessões foram presenciais ou telepresencias e 41 (quarenta e uma) virtuais, tendo sido julgados 1.649 (mil seiscentos e quarenta e nove) processos em Plenário.

SESSÕES	PROCESSOS JULGADOS
39 Sessões Ordinárias e Extraordinárias	241
41 Sessões Virtuais	1.408
80 Sessões	1.649

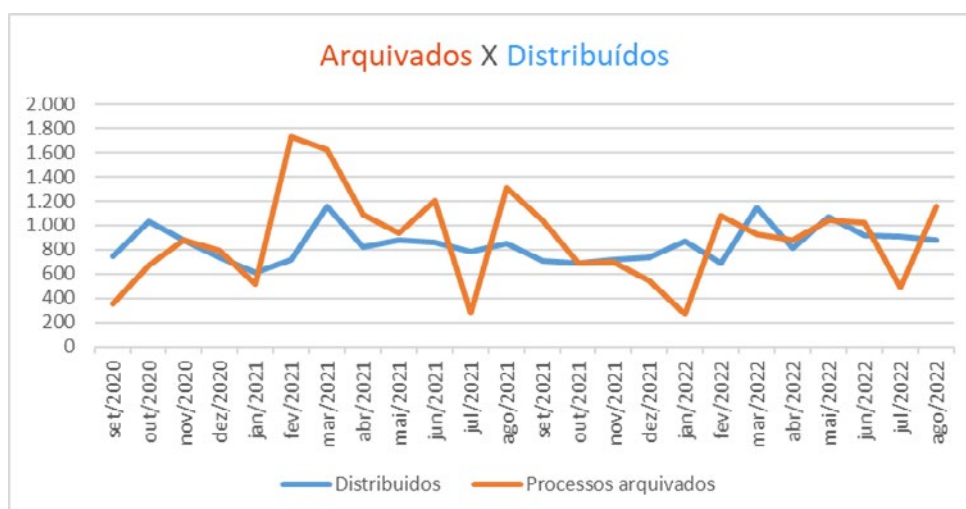
Número de processos em tramitação por classe processual

CLASSE	TRAMITAÇÃO EM 23/08/2022
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	98
Arguição de Suspeição e de Impedimento	3
Ato	58
Comissão	25
Consulta	107
Correição	5
Inspeção	46
Nota Técnica	8
Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei	7
Pedido de Providências	1808
Procedimento de Controle Administrativo	465
Processo Administrativo Disciplinar	55
Reclamação Disciplinar	373
Reclamação para Garantia das Decisões	23
Representação por Excesso de Prazo	347
Revisão Disciplinar	89
Total de processos em tramitação	3.517

Processos distribuídos e processos arquivados

Entre o período de 10/09/2020 a 23/08/2022, foram distribuídos 20.239 (vinte mil, duzentos e trinta e nove) processos e 21.219 (vinte e um mil, duzentos e dezenove) foram arquivados. O CNJ atingiu o percentual de 104,8% de processos arquivados em relação ao número de processos distribuídos.

GABINETE	DISTRIBUÍDOS	ARQUIVADOS	% ARQUIVADOS
Presidência	381	359	94,2%
Corregedoria	17.213	18.375	106,8%
Conselheiro Vieira de Mello Filho	209	213	101,9%
Conselheiro Mauro Pereira Martins	225	230	102,2%
Conselheira Salise Sanchotene	252	194	77%
Conselheira Jane Granzoro	218	214	98,02%
Conselheiro Richard Pae Kim	252	242	96%
Conselheiro Márcio Luiz de Freitas	232	188	86,02%
Conselheiro Giovanni Olsson	217	211	99,48%
Conselheiro Sidney Madruga	228	218	51,8%
Conselheiro João Paulo Schoucair	58	82	141,4%
Conselheiro Marcos Vinicius Jardim Rodrigues	145	139	95,9%
Conselheiro Marcello Terto	140	181	129,3%
Conselheiro Mário Goulart Maia	242	221	91,3%
Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello	220	234	106,4%
Total CNJ	20.239	21.219	104,8%



Magistrados punidos por decisão Plenária

Foram aplicadas 12 (doze) punições por decisão Plenária. Dessas punições, 01 (um) magistrado foi punido com pena de advertência; 03 (três) magistrados com pena de censura; 03 (três) magistrados com pena de disponibilidade e 04 (quatro) magistrados punidos com pena de aposentadoria compulsória. Ademais, foi punido um servidor com pena de demissão.

ADVERTÊNCIA
PAD 0005237-10.2021.2.00.0000
CENSURA
PAD 0000046-18.2020.2.00.0000
PAD 0006814-57.2020.2.00.0000
PAD 0000057-13.2021.2.00.0000
DISPONIBILIDADE
PAD 0002799-84.2016.2.00.0000
PAD 0000036-08.2019.2.00.0000
PAD 0000970-63.2019.2.00.0000
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA
PAD 0002803-24.2016.2.00.0000
PAD 0006920-87.2018.2.00.0000
PAD 0009550-19.2018.2.00.0000
PAD 0006481-08.2020.2.00.0000
DEMISSÃO SERVIDOR
PADServ 0004692-71.2020.2.00.0000

Magistrados afastados

Durante a gestão, foram afastados preventivamente 7 (sete) magistrados:

PAD 0002232-77.2021.2.00.0000	1 magistrado
PAD 0000074-15.2022.2.00.0000	1 magistrado
PAD 0003379-07.2022.2.00.0000	1 magistrado afastado apenas da função eleitoral
PAD 0005326-96.2022.2.00.0000	1 desembargadora
PAD 0005352-94.2022.2.00.0000	1 desembargadora
PAD 0005357-19.2022.2.00.0000	1 desembargadora
PAD 0005358-04.2022.2.00.0000	1 desembargadora

Atos normativos publicados

ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS	QUANTIDADE
Resoluções	136
Resoluções Conjuntas	2
Recomendações	56
Total	194

Resoluções

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 333	Vigente	Determina a inclusão de campo/espaco denominado Estatística na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário indicados nos incisos I-A a IV, VI e VII do art. 92 da Constituição Federal e dá outras providências.
Resolução nº 334	Vigente	Institui o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 335	Vigente	Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br. Mantém o sistema Ple como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.
Resolução nº 336	Vigente	Dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional.
Resolução nº 337	Vigente	Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário.
Resolução nº 338	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 207/2015, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
Resolução nº 339	Vigente	Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas - NAC, dos Núcleos de Ações Coletivas - NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.
Resolução nº 340	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 88/2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.
Resolução nº 341	Vigente	Determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19.
Resolução nº 342	Revogada	Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência - BNMPU, nos termos do parágrafo único do artigo 38-A da Lei nº 11.340/2006, com redação dada pela Lei nº 13.827/2019.
Resolução nº 343	Vigente	Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.
Resolução nº 344	Alterada	Regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispoendo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.
Resolução nº 345	Alterada	Dispõe sobre o "Juízo 100% Digital" e dá outras providências.
Resolução nº 346	Vigente	Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006).
Resolução nº 347	Vigente	Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.
Resolução nº 348	Alterada	Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 349	Alterada	Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 350	Alterada	Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.
Resolução nº 351	Alterada	Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
Resolução nº 352	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 342/2020, que institui o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência - BNMPU.
Resolução nº 353	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 71/2009, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.
Resolução nº 354	Vigente	Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.
Resolução nº 355	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 231/2016.
Resolução nº 356	Vigente	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Resolução nº 357	Vigente	Dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial.
Resolução nº 358	Vigente	Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação.
Resolução nº 359	Vigente	Institui o Comitê Nacional dos Juizados Especiais.
Resolução nº 360	Revogada	Determina a adoção do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ).
Resolução nº 361	Revogada	Determina a adoção de Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPICiber/PJ).
Resolução nº 362	Revogada	Institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ).
Resolução nº 363	Vigente	Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais.
Resolução nº 364	Vigente	Dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Resolução nº 365	Vigente	Altera a redação dos artigos 67, 85, § 1º, III e IV, e artigo 86, caput, e parágrafo único da Resolução CNJ nº 303/2019.
Resolução nº 366	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 348/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.
Resolução nº 367	Vigente	Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 368	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 214/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) nos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e nos Tribunais Regionais Federais, e dá outras providências.
Resolução nº 369	Vigente	Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF
Resolução nº 370	Alterada	Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
Resolução nº 371	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 227/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 372	Alterada	Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada "Balcão Virtual."
Resolução nº 373	Vigente	Altera o art. 4º-A da Resolução CNJ nº 34/2007, que dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional. (Ver "Observação")
Resolução nº 374	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 349/2020.

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 375	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 227/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, criando a Equipe de Trabalho Remoto e dando outras providências.
Resolução nº 376	Vigente	Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
Resolução nº 377	Vigente	Institui o "Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral" de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.
Resolução nº 378	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 345/2020, que dispõe sobre o "Juízo 100% Digital"
Resolução nº 379	Vigente	Dispõe sobre o uso e o fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual para os(as) Inspetores(as) e para os(as) Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário.
Resolução nº 380	Vigente	Dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação dos(as) Inspetores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário e do documento de autorização do porte de arma de fogo institucional e estabelece os elementos que constarão do referido conjunto.
Resolução nº 381	Vigente	Acrescenta o parágrafo 6º ao art. 13 da Resolução nº 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, vedando a realização de entrevista pessoal reservada como etapa do certame.
Resolução nº 382	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 81/2009.
Resolução nº 383	Vigente	Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 384	Vigente	Revoga a Resolução CNJ nº 110/2010, que institucionaliza, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Fórum de Assuntos Fundiários, de caráter nacional e permanente, destinado ao monitoramento dos assuntos pertinentes a essa matéria e à resolução de conflitos oriundos de questões fundiárias, agrárias ou urbanas.
Resolução nº 385	Alterada	Dispõe sobre a criação dos "Núcleos de Justiça 4.0" e dá outras providências.
Resolução nº 386	Vigente	Altera a Resolução nº 253/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais, para dispor sobre os Centros Especializados de Atenção à Vítima e dá outras providências.
Resolução nº 387	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 231/2016, que instituiu o Fórum Nacional da Infância e da Juventude - FONINJ.
Resolução nº 388	Vigente	Dispõe sobre a reestruturação dos Comitês Estaduais de Saúde, fixados pela Resolução CNJ nº 238/2016, e dá outras providências.
Resolução nº 389	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 215/2015, para incluir os serviços auxiliares e dá outras providências.
Resolução nº 390	Alterada	Dispõe sobre a extinção de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações e serviços digitais, que foram substituídos ou se encontram inoperantes, fixa regras para a criação de novas soluções de tecnologia e dá outras providências.
Resolução nº 391	Vigente	Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.
Resolução nº 392	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 228/2016.
Resolução nº 393	Vigente	Dispõe sobre os Cadastros de Administradores Judiciais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
Resolução nº 394	Vigente	Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízos estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais.
Resolução nº 395	Vigente	Institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 396	Vigente	Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
Resolução nº 397	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 322/2020, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para a retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.
Resolução nº 398	Vigente	Dispõe sobre a atuação dos "Núcleos de Justiça 4.0", disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais.
Resolução nº 399	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 234/2016.

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 400	Vigente	Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 401	Vigente	Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.
Resolução nº 402	Vigente	Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.
Resolução nº 403	Alterada	Dispõe sobre a participação, no âmbito da Justiça Eleitoral, de magistrados nas composições dos comitês e comissões instituídos por força de Resoluções deste Conselho, bem como sobre a suspensão do decurso dos prazos impostos em atos normativos deste Conselho entre a data de encerramento do prazo para registro de candidatos e a data de diplomação dos eleitos, além de alterar as Resoluções CNJ 71/2009, 207/2015, 240/2016, 291/2019, 308/2020, 324/2020, 372/2021, 400/2021 e 401/2021 (redação dada pela Resolução n. 424, de 5.10.2021)
Resolução nº 404	Alterada	Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.
Resolução nº 405	Vigente	Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 406	Vigente	Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Núcleo de Mediação e Conciliação (Numec), no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências
Resolução nº 407		Institui o Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais.
Resolução nº 408	Vigente	Dispõe sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais relativos a autos de processos administrativos e judiciais
Resolução nº 409	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 195/2014.
Resolução nº 410	Vigente	Dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 411	Alterada	Institui o Programa Internacional "Visão Global do Poder Judiciário".
Resolução nº 412	Vigente	Estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas.
Resolução nº 413	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 351/2020, que institui no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
Resolução nº 414	Vigente	Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.
Resolução nº 415	Vigente	Altera a Resolução nº 83/2009.
Resolução nº 416	Vigente	Institui o Prêmio "Juízo Verde", com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aumento de produtividade do Poder Judiciário na área ambiental.
Resolução nº 417	Vigente	Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.
Resolução nº 418	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 255/2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
Resolução nº 419	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 155/2012, que dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.
Resolução nº 420	Vigente	Dispõe sobre a adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente dos órgãos do Poder Judiciário.
Resolução nº 421	Vigente	Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências.
Resolução nº 422	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 308/2020, que organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria, bem como a Resolução CNJ nº 309/2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário - DIRAUD-Jud e dá outras providências.

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 423	Vigente	Altera a Resolução CNJ no 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.
Resolução nº 424	Vigente	Altera a Resolução CNJ no 403/2021, para estabelecer a facultatividade da participação de magistrados(as) da Justiça Eleitoral nas comissões de sustentabilidade e de acessibilidade, previstas nas Resoluções CNJ no 400 e 401/2021.
Resolução nº 425	Vigente	Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.
Resolução nº 426	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau.
Resolução nº 427	Vigente	Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos.
Resolução nº 428	Vigente	Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
Resolução nº 429	Vigente	Institui o "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".
Resolução nº 430	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.
Resolução nº 431	Vigente	Altera o artigo 8º e o anexo da Resolução CNJ nº 390/2021, restabelecendo a vigência dos artigos 70 e 71 da Resolução CNJ nº 303/2019.
Resolução nº 432	Vigente	Dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça e dá outras providências.
Resolução nº 433	Vigente	Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente.
Resolução nº 434	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 404/2021, que estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.
Resolução nº 435	Vigente	Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 436	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.
Resolução nº 437	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 331/2020.
Resolução nº 438	Vigente	Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução CNJ nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 439	Vigente	Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica.
Resolução nº 440	Vigente	Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.
Resolução nº 441	Vigente	Institui o Programa Nacional "Visão Global do Poder Judiciário".
Resolução nº 442	Vigente	Altera a Resolução CNJ no 349/2020, que dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 443	Vigente	Dispõe sobre a aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de tecnologia da informação e comunicação dos órgãos do Poder Judiciário.
Resolução nº 444	Vigente	Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais.
Resolução nº 445	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 411/2021, que institui o Programa Internacional "Visão Global do Poder Judiciário".
Resolução nº 446	Vigente	Institui a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional e dá outras providências.

RESOLUÇÕES	SITUAÇÃO	EMENTA
Resolução nº 447	Vigente	Institui a Doutrina de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 448	Vigente	Altera, renúmeras e acrescenta dispositivos à Resolução CNJ nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 449	Vigente	Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças (1980), em execução por força do Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000.
Resolução nº 450	Vigente	Institui a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação na agenda permanente dos tribunais.
Resolução nº 451	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 289/2019, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA e dá outras providências.
Resolução nº 452	Vigente	Altera a Resolução CNJ n. 35, de 24 de fevereiro de 2007
Resolução nº 453	Vigente	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.
Resolução nº 454	Vigente	Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas.
Resolução nº 455	Vigente	Institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos.
Resolução nº 456	Vigente	Altera a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências.
Resolução nº 457	Vigente	Altera as Resoluções CNJ nº 203/2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura e 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, respectivamente.
Resolução nº 458	Vigente	Acréscena o artigo 29-A à Resolução CNJ nº 225/2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 459	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências.
Resolução nº 460	Vigente	Dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e dá outras providências.
Resolução nº 461	Vigente	Altera o art. 1º da Resolução CNJ nº 107/2010
Resolução nº 462	Vigente	Dispõe sobre a gestão de dados e estatística, cria a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e os Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPI) no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 463	Vigente	Altera a Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.
Resolução nº 464	Vigente	Altera o Regimento Interno do CNJ para prever que o cálculo dos trinta dias para posse de Conselheiro apenas se inicia a contar da vacância do cargo.
Resolução nº 465	Vigente	Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução nº 466	Vigente	Institui o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de processos de recuperação empresarial e falências.
Resolução nº 467	Vigente	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º - A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012.
Resolução nº 468	Vigente	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
Total: 136		

Recomendações

RECOMENDAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	SITUAÇÃO	EMENTA
Recomendação nº 74	Vigente	Recomenda medidas para implementação de política de dados abertos no âmbito do Poder Judiciário.
Recomendação nº 76	Vigente	Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário.
Recomendação nº 77	Vigente	Recomenda aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais a instalação de Varas Criminais Colegiadas previstas no art. 1º-A da Lei nº 12.694/2012, incluído pelo art. 13 da Lei nº 13.964/2019, e dá outras providências.
Recomendação nº 78	Vigente	Acrescenta o art. 5-A à Recomendação CNJ nº 62/2020, que trata das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, e altera o art. 15, para prorrogar sua vigência.
Recomendação nº 79	Vigente	Dispõe sobre a capacitação de magistradas e magistrados para atuar em Varas ou Juizados que detenham competência para aplicar a Lei nº 11.340/2006.
Recomendação nº 80	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância da necessidade de preservação do sigilo das informações dos procedimentos de interceptação de comunicações telefônicas, de informática e telemática.
Recomendação nº 81	Vigente	Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude.
Recomendação nº 82	Vigente	Altera a Recomendação CNJ nº 79/2020, que dispõe sobre a capacitação de magistrados e magistrada em curso de capacitação em direitos fundamentais e perspectiva de gênero.
Recomendação nº 83	Vigente	Recomenda aos tribunais brasileiros o estabelecimento de critérios para a realização de audiências, avaliação da equipe interprofissional, participação em programa e/ou curso de preparação para adoção e outros atos processuais por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19.
Recomendação nº 84	Vigente	Dispõe sobre a exclusão da parcela referente aos planos de saúde do cálculo da margem consignada facultativa.
Recomendação nº 85	Vigente	Dispõe sobre a observância de composição paritária na formação das Comissões Organizadoras e das Bancas Examinadoras de concursos públicos para ingresso na magistratura.
Recomendação nº 86	Vigente	Altera a Recomendação CNJ nº 61/2020.
Recomendação nº 87	Vigente	Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário.
Recomendação nº 88	Vigente	Recomenda aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a utilização de ferramentas tecnológicas de baixo custo para instalação de salas de depoimento especial de que trata a Resolução CNJ nº 299/2019 (art. 7º a 9º).
Recomendação nº 89	Vigente	Altera o prazo para a apresentação de relatório final, previsto na Recomendação CNJ nº 73/2020.
Recomendação nº 90	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).
Recomendação nº 91	Vigente	Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas adicionais à propagação da infecção pelo novo Coronavírus e suas variantes - Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.
Recomendação nº 92	Vigente	Recomenda aos magistrados que, à luz da independência funcional que lhes é assegurada, atuem na pandemia da Covid-19 de forma a fortalecer o sistema brasileiro de saúde e a preservar a vida com observância da isonomia e dos preceitos veiculados pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
Recomendação nº 93	Vigente	Recomenda o uso da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus).

RECOMENDAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	SITUAÇÃO	EMENTA
Recomendação nº 94	Vigente	Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas incentivadoras da prática de gravação de atos processuais, com vistas à melhoria da prestação jurisdicional.
Recomendação nº 95	Vigente	Recomenda aos tribunais brasileiros estrita observância do disposto no § 1º do art. 224 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), para que os dias do começo e do vencimento do prazo processual sejam protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal.
Recomendação nº 96	Vigente	Altera o art. 1º, caput, e § 2º, da Recomendação CNJ nº 64/2020, que trata da suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário e recomenda a prorrogação, até 31 de dezembro de 2021, dos concursos públicos vigentes, como meio de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação causada pelo Coronavírus - Sars-cov-2.
Recomendação nº 97	Vigente	Recomendar aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios a utilização de ferramentas tecnológicas para a realização de audiências e atendimentos pelas equipes técnicas, em razão da pandemia mundial por Covid-19, dentre outras recomendações.
Recomendação nº 98	Vigente	Recomendar aos tribunais e autoridades judiciais a adoção de diretrizes e procedimentos para realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
Recomendação nº 99	Vigente	Recomenda a utilização de dados de sensoriamento remoto e de informações obtidas por satélite na instrução probatória de ações ambientais.
Recomendação nº 100	Vigente	Recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde.
Recomendação nº 101	Vigente	Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais.
Recomendação nº 102	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.
Recomendação nº 103	Vigente	Dispõe sobre a padronização dos documentos necessários para ajuizamento dos processos de recuperação judicial.
Recomendação nº 104	Vigente	Recomenda aos tribunais que celebrem acordos de cooperação com os Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Procuradorias, Seccionais da OAB e Polícias que se situem na área territorial de suas competências para maximizar a eficiência das comunicações de atos processuais.
Recomendação nº 105	Vigente	Dispõe sobre a necessidade de se conferir prioridade à apreciação das hipóteses de descumprimento de medidas protetivas de urgência e à atuação em rede, com o Ministério Público e os órgãos integrantes da Segurança Pública, para se conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência, e dá outras providências.
Recomendação nº 106	Vigente	Propõe a utilização do Método Integrado de Gestão de Riscos (MIGRI), como ferramenta de segurança institucional, responsável por identificar, analisar, avaliar e orientar os tribunais no tratamento dos riscos aos quais os ativos do Poder Judiciário estão sujeitos.
Recomendação nº 107	Vigente	Inclusão, nos cursos iniciais de aperfeiçoamento e de formação continuada de magistrados(as) e servidores(as), da matéria de cooperação judiciária nacional.
Recomendação nº 108	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário com competência para julgamento de questões que envolvem refúgio e migrações a observância de diretrizes estabelecidas nos tratados internacionais sobre direitos humanos, enquanto perdurar a situação de pandemia de Covid-19.
Recomendação nº 109	Vigente	Recomenda aos magistrados e serventuários que adotem como padrão o modelo de comunicação de distribuição de demanda, ao ser distribuída ação contra o devedor em recuperação judicial, e dá outras providências.
Recomendação nº 110	Vigente	Dispõe sobre a organização e padronização dos trâmites para realização das Assembleias Gerais de Credores na forma virtual e híbrida e da coleta de votos de forma eletrônica de maneira antecipada e dá outras providências.
Recomendação nº 111	Vigente	Recomendar aos tribunais de todo o país que divulguem, em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais, da campanha contra violência infantil, com a finalidade de informar aos usuários do sistema de justiça os canais de comunicação para proteção de crianças e de adolescentes.

RECOMENDAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	SITUAÇÃO	EMENTA
Recomendação nº 112	Vigente	Adequa as Recomendações CNJ nº 57/2019; nº 58/2019; Recomendação CNJ nº 63/2020; Recomendação CNJ nº 71/2020 à Lei nº 14.112/2020, alteradora das Leis nº 11.101/2005, nº 10.522/2002, e nº 8.929/1994.
Recomendação nº 113	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário medidas de segurança para o funcionamento de instituições financeiras em suas dependências.
Recomendação nº 114	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.
Recomendação nº 115	Vigente	Dispõe sobre a necessidade de se conferir absoluta prioridade à imposição das medidas protetivas de urgência de apreensão de arma de fogo que esteja em poder do agressor e de suspensão da posse ou restrição do porte de armas.
Recomendação nº 116	Vigente	Dispõe sobre a necessidade de os juizes e as juizas, que detenham competência na área da violência doméstica, familiar e de gênero, procederem ao imediato encaminhamento das decisões de deferimento das medidas protetivas de urgência aos órgãos de apoio do Município (Creas e órgão gestor).
Recomendação nº 117	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de medidas para assegurar a eficiência e a qualidade na contratação de serviços de segurança privada, com observância aos direitos humanos.
Recomendação nº 118	Vigente	Recomenda aos(às) juizes(as) com jurisdição criminal a utilização da ferramenta para consulta unificada de antecedentes criminais.
Recomendação nº 119	Vigente	Recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade.
Recomendação nº 120	Vigente	Recomenda o tratamento adequado de conflitos de natureza tributária, quando possível pela via da autocomposição, e dá outras providências.
Recomendação nº 121	Vigente	Recomenda-se aos tribunais que, na hipótese de vara especializada com competência exclusiva para determinadas matérias e jurisdição territorial igual à do tribunal, designem mais de um magistrado para nela atuar ou criem mais de uma vara com igual competência.
Recomendação nº 122	Vigente	Recomendação aos magistrados dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal que forem analisar pedidos de decretação de prisão do devedor de alimentos.
Recomendação nº 123	Vigente	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
Recomendação nº 124	Vigente	Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar.
Recomendação nº 125	Vigente	Dispõe sobre os mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento e a instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de conflitos oriundos de superendividamento, previstos na Lei nº 14.181/2021.
Recomendação nº 126	Vigente	Recomendar aos Tribunais de Justiça a adoção de medidas com vistas à implementação da Resolução CNJ no 345/2020, bem como à priorização da digitalização dos processos físicos na competência especializada da Infância e da Juventude.
Recomendação nº 127	Vigente	Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão.
Recomendação nº 128	Vigente	Recomenda a adoção do "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.
Recomendação nº 129	Vigente	Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a evitar o abuso do direito de demandar que possa comprometer os projetos de infraestrutura qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), previsto na Lei n. 13.334/2016.
Recomendação nº 130	Vigente	Recomenda aos tribunais a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID), para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais.
Total: 56		

Resolução Conjunta

N. DA RESOLUÇÃO CONJUNTA	SITUAÇÃO	ASSUNTO
Resolução Conjunta nº 7	Vigente	Determina que seja assegurada a participação de pelo menos um(a) integrante do Ministério Público nos concursos públicos para ingresso na carreira da Magistratura e de pelo menos um(a) integrante da Magistratura nos concursos públicos para ingresso na carreira do Ministério Público.
Resolução Conjunta nº 8	Vigente	Institui o painel interativo nacional de dados ambiental e interinstitucional - SireneJud.
Total: 2		

PRINCIPAIS INICIATIVAS

Secretaria-Geral

Projeto Institucional – Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário

Descrição – O Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODHPJ), criado pela Portaria CNJ n. 190/2020, tem o objetivo de subsidiar a atuação do Conselho Nacional de Justiça na efetivação dos direitos humanos e fundamentais no âmbito dos serviços judiciários. Para tanto, o Observatório busca aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade civil, criando um ambiente propício para o surgimento de propostas inovadoras destinadas à tutela dos direitos humanos.

Resultados

Atos Normativos publicados

- ▶ Resolução n. 357/2020, pela qual o CNJ passou a admitir a realização das audiências de custódia por videoconferência, notadamente nas hipóteses em que não fosse possível a sua realização em 24 horas e de forma presencial;
- ▶ Resolução n. 382/2021, que regulamenta a promoção de cotas raciais nos concursos para ingresso na atividade notarial e de registro, e determina a reserva aos negros do percentual mínimo de 20% das serventias vagas oferecidas no certame de provimento e de remoção;
- ▶ Resolução n. 386/2021 para dispor sobre os Centros Especializados de Atenção à Vítima;
- ▶ Recomendação n. 90/2021, para que os órgãos do Poder Judiciário adotem cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia da Covid-19;

- ▶ Recomendação n. 124/2021 para que os Tribunais de Justiça dos Estados instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar;
- ▶ Resolução n. 418/2021, altera a Resolução CNJ n. 255/2018, que institui a Política Nacional de incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, em que os tribunais foram instados a criar um repositório online para cadastramento de dados de mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito, para viabilizar a participação destas em eventos e ações institucionais e a promoção de citações bibliográficas, com vistas a efetivar a paridade de gênero;
- ▶ Recomendação n. 127/2022, que recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão;
- ▶ Resolução n. 454/ 2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas;
- ▶ Resolução n. 460/ 2022, que dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça;
- ▶ Portaria n. 146/2022, que institui a obrigatoriedade e capacitação em ações de segurança humana nas contratações de empresas de segurança privada pelo Conselho Nacional de Justiça;
- ▶ Recomendação n. 127/2022, recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão;
- ▶ Portaria n. 33/2022, que cria canal para a prestação de atendimento especializado à mulher vítima de violência – Ouvidoria Nacional;
- ▶ Portaria n. 176/2022, institui o Repositório Nacional de Mulheres Juristas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Grupos de Trabalho instituídos

- ▶ Portaria n. 63/2021, que instituiu o Grupo de Trabalho denominado “Direitos indígenas: acesso à justiça e singularidades processuais”;
- ▶ Portaria n. 81/2021, que instituiu o Grupo de Trabalho para discutir as melhores práticas para assegurar a eficiência e a qualidade na prestação de serviços de segurança privada;
- ▶ Portaria n. 315/2021, que institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento e à execução do Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas;
- ▶ Portaria n. 181/2021, que institui Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de Formulário de Avaliação de Risco para a população LGBTQIA+;

- ▶ Portaria n. 228/2022, institui Grupo de Trabalho para colaborar com as demais autoridades no acompanhamento dos fatos que deram causa à morte do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Acordos Firmados

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica n. 26/2021, que tem por objeto a conjugação de esforços entre o CNJ e o Instituto Avon para a produção de um diagnóstico técnico da eficácia das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs);
- ▶ Termo de Cooperação Técnica n. 041/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Faculdade Zumbi dos Palmares, cujo objeto é a cooperação recíproca técnico-científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências para criação e desenvolvimento de estudos e pesquisas de avaliação, observação e monitoramento de políticas afirmativas e de Cotas para negros nos concursos da Magistratura, nos estágios, órgãos e ambientes da justiça. Relatório preliminar apresentado pela Faculdade na última reunião do ODHPJ ocorrida no dia 21 de junho de 2022;
- ▶ Termo de Cooperação Técnica n. 112/202 com a ENFAM para consolidar materiais diversos visando à qualificação do tratamento judicial conferido aos povos indígenas.

Eventos realizados

- ▶ Realização de três Encontros Virtuais sobre Liberdade de Expressão, com os temas: “A liberdade de expressão artística e os limites do Poder do Estado”, “Liberdade de expressão dos Povos Indígenas” e “Desinformação como ameaça aos Direitos Humanos e à Democracia”;
- ▶ Realização do evento “Mães em Luta por Justiça: a Resolução CNJ n. 253/2018 e o Papel do Poder Judiciário” com movimentos de mães de desaparecidos e vítimas de violência estatal.

Acompanhamentos de investigações

- ▶ Acompanhamento das investigações sobre a Operação Policial no Jacarezinho, que vitimou 25 pessoas em maio de 2021;
- ▶ Acompanhamento das investigações sobre os fatos que deram causa à morte do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Projetos em desenvolvimento

- ▶ Levantamento de dados sobre crimes cometidos contra a população LGBTQIA+. Dados parciais apresentados pelo DPJ na última reunião do ODHPH ocorrida no dia 21 de junho de 2022;

- ▶ Na esfera criminal, foram realizadas reuniões com o DTI sobre a possibilidade de promover modificações no PJe para criar alerta de prescrição;
- ▶ Previsão de lançamento de Edital de pesquisa empírica sobre o tema “*Obstáculos à Liberdade de expressão no Brasil*”;
- ▶ O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Fundação Getúlio Vargas encaminharam ao Observatório proposta de parceria para viabilizar a realização do projeto “Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe” (CERALC), que visa a realização do Projeto “*Formação para Juízes em Empresas e Direitos Humanos*”;
- ▶ Apresentação do projeto “Itinerância Integrada: Proteção à população ribeirinha da Amazônia”, desenvolvido pela SEP/CNJ, e convite ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima para tratar de boas práticas de itinerância e do Polo de Conciliação Indígena de Maturuca.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Projeto: Fazendo Justiça

Descrição: o programa Fazendo Justiça é a nova fase da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e outras colaborações envolvendo o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Trata-se de política de Estado hábil a construir e disseminar meios capazes de fazer frente à existência de um estado inconstitucional de coisas do sistema prisional, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF 347. O público-alvo do programa inclui beneficiários de nível inicial – Judiciário e atores do sistema de Justiça Criminal – e de nível final – cerca de 800 mil pessoas no sistema prisional e 140 mil adolescentes no sistema socioeducativo, em regime aberto ou fechado. A Carta de Projetos do programa compreende um plano nacional com 28 ações para as diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, adaptado à realidade de cada unidade da federação com o protagonismo dos atores locais. As iniciativas reúnem as melhores práticas de diferentes gestões do CNJ e se desdobram em apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional. Para isso, foram elaborados 24 Planos Executivos Estaduais e 5 Planos Executivos com TRFs e 16 Termos de Cooperação Técnica com os Tribunais sobre os Planos Executivos celebrados.

Resultados/Benefícios: durante o período da Gestão Ministro Luiz Fux (2020-2022), o Programa realizou diversas entregas, dentro de cada um dos eixos de atuação, a saber: a) Proporcionalidade Penal; b) Cidadania; c) Sistemas e Identificação; d) Socioeducativo. A seguir, consta um resumo das principais ações agrupadas pelo tipo de entrega.

São **21 insumos para elaboração de normativos e orientações técnicas**, entre as quais destacam-se Resoluções n. 348/2020 (LGBTI), n. 368/2021 (GMFs), n. 369/2021 (Gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência) n. 391/2021 (Remição de pena por meio de práticas sociais educativas); n. 404/2021 (Transferências e recambiamento); n. 405/2021 (Migrantes); n. 412/2021 (Monitoramento eletrônico de pessoas); e n. 414/2021 (Exames periciais em casos de tortura). Recomendações n. 81/2020 (Tratamento de pessoas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual); n. 87/2021 (Núcleos de Atendimento Integrado do Socioeducativo); n. 98/2021 (Audiências concentradas do Socioeducativo); e n. 119/2021 (Assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença).

Ao todo são **106 produtos de conhecimento**, entre os quais estão: Proporcionalidade Penal: Manuais sobre Tomada de decisão na Audiência de Custódia; Manual de Arquitetura Judiciária para Audiência de Custódia; 8 vídeos sobre o funcionamento das Audiências de Custódia; Manual de Gestão para as Alternativas Penais e Guias de Formação em Alternativas Penais; Pesquisa sobre monitoração eletrônica de pessoas; Manual e Folder informativo sobre Central de Regulação de Vagas. Socioeducativo: Cadernos I, II e III do Guia com a metodologia do Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Medida Socioeducativa; Manual da Central de Vagas e Manual de Audiências Concentradas nas línguas indígenas Nheengatu, Baniwa e Tukano. Cidadania: Manuais do Escritório Social; Modelo de Gestão da Política Prisional; Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões; Cartilha de Direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional; Relatório sobre levantamento de mais de 400 Conselhos da Comunidade de 26 UFs.

Durante o período, foram **106 serviços** entregues, com destaque para: Proporcionalidade Penal: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), com equipe multiprofissional (MA, MT, MS e SE); Projeto Piloto para prevenir e tratar doenças infecto-contagiosas infectocontagiosas (SE); Centrais Integradas de Alternativas Penais (RR e RO); Projeto Piloto Central de Regulação de Vagas (MA). Socioeducativo: Protótipo para criação do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS); Centrais de vagas implantadas (RS, MG, GO e MS); Censo de Leitura das unidades socioeducativas. Cidadania: 23 Escritórios Sociais inaugurados em 12 UFs (DF, ES, MA, MG, MS, MT, PB, PE, RJ, RN, RS e TO); Equipamentos entregues em várias unidades dos Escritórios Sociais (AC, AL, AP, BA, MS, MT, PB, PI, SE e TO); II Jornada da Leitura no Cárcere, com mais de 9 mil inscritos e 15,8 mil acessos às plataformas de exibição da atividade; lançamento de nova versão aplicativo Escritório Social Virtual, com novas funcionalidades e ampliação de base de dados; Missões para monitoramento do Escritório Social em 6 UFs (AM, AL, AP, BA, MT e RN). Identificação Civil e Documentação: Manual de Instalação de Software e Hardware do Kit de Identificação Civil; Diagnóstico Nacional das iniciativas de documentação civil; Pactuado fluxo para emissão de documentos a pessoas egressas e pré-egressas com 20 UFs (AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PI, PR, RN, RO, RR, SE e TO); Retomada dos fluxos permanentes da Ação Nacional de Identificação e Documentação

Civil de Pessoas Presas, atividade estava suspensa desde o final de 2021 por conta da Covid-19, totalizando 8 estados; PE e RR incluídos no Fluxo de Documentação Civil, totalizando 21 estados. Evolução e Desenvolvimento do SEEU: infraestrutura e segurança do sistema; *tokens* para assinatura eletrônica de peças; migração para ambiente em nuvem; lançamento das versões 6.0 e 6.1; assinatura em lote para Ministério Público e Defensoria Pública; webservice para certidão de antecedentes criminais; segunda versão do fluxo de documentação civil; reestruturação de gerenciamento de sessão; integração de atestado único de prisão; e funcionalidades para atender a Resolução 369 e a garantia dos Direitos das Populações em Situação de Vulnerabilidade. Integração do SEEU: funcionalidades para integração à fase de conhecimento; 4ª fase de integração do BNMP 2.0; integração às seguintes soluções do e-Carta, DataJud, PDPJ, e-Seac e SISDEPEN; migração para o TJSC; extração de dados do SEEU para projeto Justiça Começa na Infância.

Indicação de continuidade do projeto: diante do conjunto de resultados expostos, não só em termos quantitativos, como também pela diversidade de atores institucionais impactados, em todas as unidades federativas, sobressai a importância da continuidade do Programa. Além dos objetivos alcançados, é de se frisar o aumento da capacidade institucional deste Departamento e do próprio Poder Judiciário, mediante a transferência de conhecimento realizada, por intermédio da execução deste Programa que consolida metodologia mais eficaz de atuação do CNJ como órgão capaz de induzir políticas judiciais sustentáveis.

Projeto: Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF)

Descrição: a UMF foi criada pela Resolução CNJ n. 364, de 12 de janeiro de 2021, como desdobramento do Memorando de Entendimento celebrado entre o CNJ e a Corte Interamericana de Direitos Humanos cujo objetivo foi incrementar o diálogo em prol da integração entre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Poder Judiciário nacional. A Unidade demonstrou importância ao estabelecer e mediar contato com petionários e vítimas e na interlocução interinstitucional com órgãos diferentes do Poder Judiciário, algo que até então representava óbice no cumprimento de determinações interamericanas. Além disso, a Unidade adotou para si o modelo de mecanismo nacional judicial para fazer valer seus mandatos, seguindo as diretrizes de boas práticas consolidadas em documento das Nações Unidas. A alocação da UMF no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF se deu em razão da expertise já acumulada pelo Departamento na monitoração, fiscalização e tratamento de dados referentes a políticas judiciais de amplitude nacional, com tradição consolidada na promoção de direitos humanos. Em março de 2022, após um ano em que a UMF desenvolveu suas metodologias de ação, o [Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos](#) é lançado na abertura da 347ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça. O Pacto consiste na adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário e volta-se ao

fortalecimento da cultura de Direitos Humanos no Poder Judiciário e à prestação jurisdicional efetiva e orientada pelos parâmetros constitucionais e tratados internacionais, com ênfase no controle de convencionalidade.

Resultados/Benefícios: durante o período da Gestão Ministro Luiz Fux (2020-2022), a UMF foi criada, estruturada e realizou diversas entregas, sob os dois Eixos que norteiam a sua atuação: monitoramento das decisões interamericanas e a promoção de direitos. A seguir, um resumo das principais ações agrupadas pelo tipo de entrega.

No **Eixo de Monitoramento**, destacam-se as seguintes entregas: Gestão de Dados: **infográfico dos casos brasileiros na Corte IDH**; aprovação pelo Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) de inclusão de **novos assuntos** relacionados aos casos em trâmite na Corte IDH; Painel Interativo com o procedimento de monitoramento de decisões internacionais, nos moldes do SIMORE Plus (AGNUDH, Paraguai); revisão das traduções das decisões da Corte IDH para o português. Monitoramento e Fiscalização das medidas para o cumprimento das decisões da corte IDH: participação de quatro audiências públicas junto à Corte IDH (nos casos Damião Ximenes Lopes, Gomes Lund e Herzog, Favela Nova Brasília, e uma relativa à supervisão de medidas provisórias, referentes à Unidade de Internação Socioeducativa/ES, ao Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho/RJ, ao Complexo Penitenciário de Curado/PE e ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas/MA); visitas técnicas ao Instituto Plácido de Sá Carvalho (RJ), ao Presídio Central de Porto Alegre (RS) e ao Complexo de Pedrinhas (MA); apoio logístico para a publicação de Informe elaborado pela SEP/CNJ, sobre a Supervisão de Sentença no Caso dos Empregados(as) da Fábrica de Fogos Santo Antônio de Jesus vs. Brasil. Elaboração de propostas e observações ao poder público para o cumprimento das decisões da corte IDH: elaboração de pesquisa para prestação de subsídios ao Poder Executivo Federal para a manifestação do Estado brasileiro nos casos Maria da Penha, Crimes Sexuais/RS, Chacina do Acari, e Gabriel Sales Pimenta; Publicação do Sumário Executivo (Caso Nova Brasília vs. Brasil); criação de GT sobre Saúde Mental para auxiliar no cumprimento da sentença do caso Ximenes Lopes; atuação em GTs (Perícias do Instituto Herzog; GT sobre Reconhecimento de Pessoas; Direitos Indígenas, sobre os parâmetros que derivam da sentença no Caso da Comunidade Xukuru vs. Brasil); elaboração de subsídios e/pareceres sobre temas diversos (caso Complexo do Curado nos autos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas instaurado; medidas provisórias prisionais relacionadas ao sistema socioeducativo e às ações do “estado de coisas inconstitucional” (ADPF 347) e os *habeas corpus* coletivos que tramitam perante o STF; casos interamericanos que versam sobre violência no campo; auxílio na supervisão da pesquisa sobre “Homicídios” pelo Fórum de Segurança Pública e na organização do “Seminário Nacional Simone André Diniz: Justiça, Segurança Pública e Antirracismo”; Diálogo com Fundação Konrad Adenauer, durante o XIII Encontro do Grupo de Estudos sobre Justiça Constitucional e Direitos Fundamentais.

No **Eixo de Promoção**, destaca-se o Pacto Nacional de Direitos Humanos com as seguintes ações: Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos: o Concurso

contou com 145 decisões/acórdãos inscritos, por 102 Juízes/as e Desembargadores/as e encontra-se em fase de avaliação das decisões submetidas. Minuta de Resolução: prevendo a inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, em continuidade às inovações apresentadas pela Resolução CNJ n. 423/2021, que alterou a Resolução CNJ n. 75/2009. Capacitações: realização do 1º Curso Piloto de Capacitação em Controle de Convencionalidade, em parceria com a ENFAM e a Escola Paulista da Magistratura (13 aulas; iniciativa que contou com palestras de cinco Juízes da Corte IDH, de Comissionados e Comissionadas da CIDH, bem como de acadêmicos e magistrados brasileiros e estrangeiros), que ensejará replicação em demais Escolas Judiciais e de Magistratura, garantindo-se a difusão dos padrões interamericanos, em observância às realidades locais e regionais; Curso com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, curso presencial a ser realizado em Brasília, em agosto de 2022, e em parceria com ENFAM, cuja programação prevê aulas expositivas e o acompanhamento de audiências da Corte IDH. Publicações: Cadernos de Jurisprudência do STF: Concretizando Direitos Humanos”, com volumes específicos dedicados a relevantes temas da agenda de Direitos Humanos e em cooperação com o *Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law* e a Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE) do STF; Adesões: Sob o Termo de Cooperação Técnica 19/2022, celebrado entre o CNJ e a ENFAM para este fim, o Pacto já conta com as adesões institucionais do TJSP e do TJSC.

Indicação de continuidade do projeto: com a criação da UMF, o CNJ inaugura estrutura especializada no diálogo institucional relacionado ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIDH), razão pela qual o órgão desenvolveu competências e habilidades para concretizar as ações previstas nos termos de cooperação já acordados com os órgãos interamericanos. A partir de abril de 2021, o CNJ passou a ser notificado para prestar informações como “fonte independente de informação” (espécie de *amicus curiae*) em audiências convocadas pela Corte IDH para a supervisão e o monitoramento das sentenças prolatadas em desfavor do Brasil, momento em que a UMF/CNJ tem registrado o seu diagnóstico sobre os principais obstáculos encontrados para o cumprimento de cada decisão, bem como apresentado uma lista de compromissos destinados a superar esses impasses resolutivos, no limite de suas atribuições, igualmente se incumbindo de promover ações comprometidas com a não repetição e a não perpetuação das violações detectadas, a priori, contribuindo, assim, para o fortalecimento de uma cultura de Direitos Humanos no Poder Judiciário.

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Acordo de Termo de Cooperação Técnica entre CNJ e Pnud

Projeto em execução.

Através dos Termos de Cooperação Técnica n. 050/2020 e n. 051/2020 por meio da individualização de custos por produto previsto, respectivamente, nos Prodocs BRA/20/015 e BRA/20/003 firmados entre CNJ e Pnud é viabilizado a execução de dois grandes projetos.

TCOT n. 050/2020: Projeto “*Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe*” (BRA/20/003) temem como objetivo geral desenvolver estratégias, metodologias e ações com o foco na promoção da inovação e transformação digital para ampliação do acesso à Justiça no Brasil. Para alcançar esse objetivo, o projeto está estruturado em três eixos de trabalho:

1. Estratégia de desenvolvimento de capacidades e disseminação nacional do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), em resumo, os produtos esperados são:
 - a. Disseminação e fortalecimento da implantação do PJe;
 - b. Desenvolvimento de metodologias de formação e guias de implantação;
 - c. Realização de ações de capacitação da equipe do CNJ e de equipes nos Estados;
 - d. Desenvolvimento de proposta de integração com o ecossistema de sistemas sociais;
 - e. Construção de interfaces de comunicação;
 - f. Desenvolvimento de subsídios voltados a sustentabilidade, desenvolvimento e consolidação nacional da implantação do PJe;
 - g. Interoperabilidade com outros sistemas.

2. Subsídios (estudos, metodologias e ações) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário, com execução de tarefas e entregas assim alinhadas:
 - a. Missões técnicas de acompanhamento das atividades em andamento;
 - b. Identificação, sistematização e disseminação de boas práticas a partir dos resultados obtidos;
 - c. Ações de capacitação voltadas para o corpo técnico do CNJ;
 - d. Avaliação do histórico e de resultados de ações de transformação digital implantadas no Judiciário;
 - e. Benchmarking nacional e internacional de boas práticas em uso de tecnologia para ampliação do acesso à Justiça;
 - f. Desenvolvimento de proposta de aprimoramento da estratégia das políticas de informatização do processo judicial;

- g. Estruturação da metodologia de monitoramento da implantação das políticas de transformação digital no Poder Judiciário;
 - h. Desenvolvimento e aplicação piloto de metodologia para implantação fortalecida de políticas de transformação digital nas unidades da federação, a partir dos subsídios produzidos no âmbito do projeto.
3. Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto, sendo esperados como produtos:
- a. Missões técnicas de acompanhamento das atividades em andamento;
 - b. Identificação, sistematização e disseminação de boas práticas a partir dos resultados obtidos;
 - c. Ações de capacitação voltadas para o corpo técnico do CNJ.

Como resultado final do projeto, espera-se o aprimoramento da efetividade e transparência das políticas de informatização do processo judicial, em especial da aplicação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), contribuindo para a desburocratização do Poder Judiciário, para o fortalecimento das estruturas de governança e para ganhos de eficiência.

TCOT n. 051/2020: Projeto “Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” (BRA/20/015)

Em dezembro de 2020, o CNJ e o Pnud assinaram o projeto de cooperação técnica internacional BRA/20/015 como objetivo desenvolver subsídios (novas metodologias, estudos e ferramentas) para promoção de inovação com foco na efetividade da realização da Justiça.

Para o alcance desses objetivos, o projeto prevê os seguintes eixos de atuação:

1. Inovações tecnológicas voltadas à melhoria da eficiência e efetividade da justiça;
2. Fortalecimento da gestão da informação para formulação de políticas judiciais baseadas em evidências e gestão por resultados;
3. Fortalecimento de capacidades para a atuação do Poder Judiciário em ações de prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos;
4. Fortalecimento de capacidades institucionais do CNJ e da Justiça, com ênfase na promoção de segurança jurídica e do ambiente de negócios para o desenvolvimento nacional.

O Pnud já tem atuado na execução de diversos projetos citados e detalhados nesse relatório, entre eles estão o desenvolvimento dos serviços estruturantes da PDPJ-Br, apoio aos tribunais para adesão à PDPJ-Br, desenvolvimento do Sniper, melhorias no Sinapses, aprimoramentos

e expansão do Codex, criação do Data Lake que é uma estratégia de gerenciamento e governança de dados em alto padrão, consolidando em repositório centralizado os dados originados de sistemas do Poder Judiciário, a reescrita do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, a construção do módulo Previdenciário da Justiça 4.0 da PDPJ-Br, desenvolvimento do novo Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), desenvolvimento de uma solução em nível nacional para o trato de RPVs e Precatórios, melhorias no sistema de gestão integrada dos precedentes e jurisprudência, entre outros.

É esperado como benefício o desenvolvimento de novas metodologias, mecanismos e instrumentos que potencializem a implantação, disseminação e sustentação de capacidades técnicas, conceituais e operativas voltadas ao aperfeiçoamento das políticas.

Parque Tecnológico do DTI

O DTI busca manter o Datacenter local do CNJ com uma infraestrutura adequada para suportar as inúmeras demandas relacionadas à implementação de novos sistemas, além da necessidade de hospedar serviços computacionais que serão compartilhados com diversos órgãos do Poder Judiciário.

Como benefício é possível assegurar a disponibilidade dos recursos tecnológicos necessários à implementação dos projetos de TIC sob a responsabilidade e ou participação do CNJ, bem como para garantir aderência tecnológica à implementação de serviços em nuvem computacional, permitindo maior flexibilidade, resiliência, performance e economia de recursos.

O DTI possui, em sua infraestrutura interna, os seguintes ativos:

Máquinas Físicas e Solução de Hiperconvergência

MODELO	QTD.	PROCESSADORES	MEMÓRIA
Dell PowerEdge R820	12	4x8 cores	512 GB
HP Proliant DL560 G9	8	4x10 cores	512 GB
HPE Simplivity 380 Gen10	2x8	2x20 cores	1,5 TB

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Clusters VMware

CLUSTER	HOSTS	VMS	ARMAZENAMENTO PRÓPRIO
Cluster 1	12	468	<utiliza storages>
Cluster 2	8	86	237 TB
Cluster 3	8	95	237 TB

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Armazenamento

EQUIPAMENTO	CAPACIDADE TOTAL
Storage VNX 7600 DELL/EMC	Aproximadamente 215 TB
Storage Huawei OceanStor 5600 V3	Aproximadamente 140 TB
Dell EMC ECS EX500	2x 650 TiB

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Clusters Kubernetes

CLUSTER	QTD. DE NÓS	TIPO	LOCALIZAÇÃO
Homologação 1	6	EKS	AWS
Homologação 2	3	EKS	AWS
Homologação 3	9	RKE	AWS
Homologação 4	19	RKE	On-premises
Produção 1	6	EKS	AWS
Produção 2	3	EKS	AWS
Produção 3	36	EKS	AWS
Produção 4	6	EKS	AWS
Produção 5	24	EKS	AWS
Produção 6	9	RKE	AWS
Produção 7	9	RKE	AWS
Produção 8	27	RKE	On-premises
Produção 9	3	RKE	AWS
Produção 10	3	RKE	On-premises

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Backup

EQUIPAMENTO	MODELO	CAPACIDADE
Fitoteca	Quantum Scalar i500	-
Appliance	Netbackup 5240 Appliance	144 TB
Appliance	Netbackup 5240 Appliance	144 TB

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Tabela XX – Microsoft 365

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Caixas de correio no Exchange Online	1.264
Usuários Ativos	4.323
Usuários Licenciados	1.302

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Equipamentos de Rede

EQUIPAMENTO / SOFTWARE	FUNÇÃO	MARCA	QUANTIDADE
Switch	Acesso	Cisco	63
Switch	Distribuição	Cisco	4
Switch	Core	Cisco	4
Switch	Core	Dell	6
Switch	SAN	Cisco	4
Switch	SAN	Brocade	2
Controladora	Wireless	Cisco	2
Access point	Wireless	Cisco	50
Codec	Videoconferência	Huawei	6
Servidor de gravação	Videoconferência	Huawei	1
MCU	Videoconferência	Huawei	2
Software Network Access Control	Controle de acesso à rede	Cisco	2
Software de Gerência de rede sem fio	Gerência wireless	Cisco	1
IPBX	Central telefônica IP	Unify	2
Telefone IP	ramal telefônico	Unify	1069

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Bancos de Dados

TIPOS DE BANCOS	SERVIDORES/ENDPOINTS	BANCOS/BASES/SCHEMAS	TAMANHO TOTAL (GB)
BDaaS	48	95	60.735
Postgres	38	36	20.972
MySQL	11	144	16.440
Oracle	6	84	2.838
SQL Server	2	7	597
MongoDB	2	1	1.350
Elastic Search	21 (EC2) + 6 (logs CNJ)	-	7.770

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Portfólio de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e Serviços Digitais do Conselho Nacional de Justiça

Projeto em execução.

O Portfólio de Soluções de TIC e Serviços Digitais do CNJ foi instituído pela Portaria n. 118/2021 e atualmente é composto por 121 soluções, sendo mantido no Portal do CNJ e atualizado por ato da Presidência sempre que houver inclusão ou exclusão de solução ou alteração do gestor negocial. Para a criação do Portfólio os gestores negociais foram envolvidos de forma a gerar maior engajamento, patrocínio e racionalização no desenvolvimento e uso dos sistemas. O Portfólio pode ser acessado por meio do [link: http://tiny.cc/oj2tuz](http://tiny.cc/oj2tuz).

O Portfólio promove a eficiência das operações e a facilidade de identificar e interagir com o gestor negocial, a área e a unidade gestora, agilizando o processo de desenvolvimento e suporte das soluções.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021.

Portfólio de soluções de TIC e serviços digitais

GESTOR NEGOCIAL	SIGLA	SOLUÇÃO DE TIC	ABRANGÊNCIA
Corregedoria Nacional de Justiça	APOSTIL	Apostila	Externa
Corregedoria Nacional de Justiça	RC	Registro Civil	Externa
Corregedoria Nacional de Justiça	SACI	Sistema de Apoio às Correções e Inspeções	Interna
Corregedoria Nacional de Justiça	SEJ	Serventias Extrajudiciais	Externa
DG – Diretoria-Geral	BSERV	Boletim de Serviço do CNJ	Interna
DG – Diretoria-Geral	BT	Banco de Talentos e Interesses	Interna
DG – Diretoria-Geral	CBE	Cadastro de Bolsas de Estudos	Interna
DG – Diretoria-Geral	CNJSERV	Sistema de requisição serviços	Interna
DG – Diretoria-Geral	EADSEUDC	Plataforma EAD – SEDUC	Interna
DG – Diretoria-Geral	ESTAGIARIO	Sistema para Estagiários	Interna
DG – Diretoria-Geral	FP	Sistema de Folha de pagamento	Interna
DG – Diretoria-Geral	FRÓTA	CNJ-FRÓTA	Interna
DG – Diretoria-Geral	GEAFIN	Gestão administrativa e financeira	Interna
DG – Diretoria-Geral	IRH	Contracheque online	Interna
DG – Diretoria-Geral	MWSCL	Sistema de Controle de Licitações -	Interna
DG – Diretoria-Geral	NSGPT	Sistema de gerenciamento de postos de trabalho – notificador de ponto dos colaboradores	Interna
DG – Diretoria-Geral	PROGD	PROGD Administrativo	Interna
DG – Diretoria-Geral	PRONLINE	PROGD Online	Interna

GESTOR NEGOCIAL	SIGLA	SOLUÇÃO DE TIC	ABRANGÊNCIA
DG – Diretoria-Geral	RECADASTRAMENTO	Sistema de cadastramento de servidores	Interna
DG – Diretoria-Geral	REM	Remuneração	Interna
DG – Diretoria-Geral	RPT	Sistema de registro de faturamento (SGPT) – módulo de registro biométrico	Interna
DG – Diretoria-Geral	Serh	SIGEPE – Sistema Eletrônico de Recursos Humanos -	Interna
DG – Diretoria-Geral	SFO	Férias Online	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGPT	Sistema de gerenciamento de postos de trabalho	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de afastamentos	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de anuênios	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de aposentadoria	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de auxílios	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de averbação	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de benefícios	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de cessão	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de comissionamento	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de controle de registro de ponto	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de dependentes e pensionistas	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de exercício provisório	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de férias	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de gestão de pessoal	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de licenças médicas	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de lotação	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de progressão	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de quadro de vagas	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de requisição	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo de substituição	Interna
DG – Diretoria-Geral	SGRH	SGRH Módulo Quintos	Interna
DG – Diretoria-Geral	SIAA	Sistema de Autorização de Acessos	Interna
DG – Diretoria-Geral	SIAC	Sistema de administração de contratos	Interna
DG – Diretoria-Geral	SISGESTAG	Sistema de Gestão de Estagiários	Interna
DG – Diretoria-Geral	SISTCAP	Capacitação	Interna
DG – Diretoria-Geral	SRPD	Sistema de Requisição de Passagens e Diárias	Interna
OUV – Ouvidoria	OUV	Sistema Ouvidoria	Externa
SAU – Secretaria de Auditoria	AUDITAR	Sistema de auditoria	Interna

GESTOR NEGOCIAL	SIGLA	SOLUÇÃO DE TIC	ABRANGÊNCIA
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	ATOS	Atos administrativos	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	BNPR	Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	BTUT	Banco de Tutores do Poder Judiciário	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	CNCIAI	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	CODEX	Codex	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	CONCILIAJUD	Sistema de Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	DATAJUD	DATAJUD	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	DSPACE	Biblioteca Digital	Ambas
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	EADCNJ	Plataforma EAD – CEAJUD	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	Infojud	Sistema de Informações ao Judiciário	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	JUSNUM	Justiça em Números	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	LIODS	Plataforma da Rede de Inovação e Inteligência do Judiciário	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	METAS	Metas Nacionais	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	MODULO_XML	Módulo de Produtividade Mensal	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	OBSERVATORIO	Portal do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	OJS	e-Revista CNJ	Ambas
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	PORTALBP	Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	QDPJ	Sistema de Questionário de Desenvolvimento sustentável – DPJ	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	Renajud	Renajud Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	SEI	Sistema eletrônico de informações	Interna
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	Serasajud	Serasajud	Externa

GESTOR NEGOCIAL	SIGLA	SOLUÇÃO DE TIC	ABRANGÊNCIA
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	SGT	Sistema de Gestão de Tabelas	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	SIP	Sistema de Permissões	Interna
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	Sisbajud	Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário	Externa
SEP – Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica	SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	Externa
SG – Secretaria-Geral	Audidi	Audiência Digital	Externa
SG – Secretaria-Geral	BNMP2	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões	Externa
SG – Secretaria-Geral	CEDINPREC	Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes	Externa
SG – Secretaria-Geral	CF	Webservice Consulta Funcionário	Interna
SG – Secretaria-Geral	CIS	Cadastro de Incidentes de Segurança	Externa
SG – Secretaria-Geral	CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei	Externa
SG – Secretaria-Geral	CNIEP	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	Externa
SG – Secretaria-Geral	CNIUIS	Cadastro Nacional de Inspeções nas Unidades de Internação e Semiliberdade	Externa
SG – Secretaria-Geral	CNPGL / CAPG	Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes	Externa
SG – Secretaria-Geral	CNSM	Cadastro Nacional de Subsídios dos Magistrados	Externa
SG – Secretaria-Geral	COMUNICAJUS	Portal de Comunicação Integrada do Poder Judiciário	Externa
SG – Secretaria-Geral	CONNECTJUS	Plataforma de governança digital do Poder Judiciário	Externa
SG – Secretaria-Geral	CORPORATIVO	Sistema Corporativo de Controle de Acesso	Externa
SG – Secretaria-Geral	DJE	Diário de Justiça Eletrônico	Interna
SG – Secretaria-Geral	ENATJUS	e-Natjus Nacional	Externa
SG – Secretaria-Geral	EVENTOS	Sistema de controle de Eventos	Interna
SG – Secretaria-Geral	FORMULARIOS	Sistema de Gestão de Formulários	Externa
SG – Secretaria-Geral	GEPOST	Sistema de postagem	Interna
SG – Secretaria-Geral	GITJUS	O Repositório Nacional de Projetos de Software e Versionamento de Arquivos	Ambas
SG – Secretaria-Geral	GQU	Questionário de Governança de TI	Externa
SG – Secretaria-Geral	INFOJURIS	Sistema de Jurisprudência	Interna
SG – Secretaria-Geral	INTRANET	Intranet do CNJ	Interna
SG – Secretaria-Geral	MCP	Módulo de controle de portarias	Interna
SG – Secretaria-Geral	MD	Malote Digital	Externa
SG – Secretaria-Geral	MIGRI	Método Integrado de Gerenciamento de Riscos – MIGRI	Externa
SG – Secretaria-Geral	OTRS	OTRS – Open-Source Ticket Request System	Interna
SG – Secretaria-Geral	PCP	Plataforma de comunicações processuais	Externa

GESTOR NEGOCIAL	SIGLA	SOLUÇÃO DE TIC	ABRANGÊNCIA
SG – Secretaria-Geral	PJe	Processo Judicial Eletrônico	Interna
SG – Secretaria-Geral	PJe Mídias (Portal)	Mídias PJe	Externa
SG – Secretaria-Geral	PJECRI	PJe Criminal	Externa
SG – Secretaria-Geral	PJEESD	Escritório Digital	Externa
SG – Secretaria-Geral	PORTAL	Portal CNJ	Externa
SG – Secretaria-Geral	PORTRANSP	Portal da Transparência	Externa
SG – Secretaria-Geral	PRECATORIO	Sistema de Informações de Precatórios.	Externa
SG – Secretaria-Geral	proxyRFB CNJ	Proxy da RFB no CNJ	Ambas
SG – Secretaria-Geral	QUI9	Questionário de TIC – Indicador 9 (Planejamento Estratégico)	Interna
SG – Secretaria-Geral	R102	SIAFI-JUD – Sistema de Administração Financeira do Judiciário	Externa
SG – Secretaria-Geral	RoChat	RocketChat	Externa
SG – Secretaria-Geral	SCPDTI	Sistema de Controle de Processos do DTI	Interna
SG – Secretaria-Geral	SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado	Externa
SG – Secretaria-Geral	SICNJ	Sistema Integrado do Conselho Nacional de Justiça	Interna
SG – Secretaria-Geral	SINAPSES	Sinapses	Externa
SG – Secretaria-Geral	SISTAC	Sistema de Audiência de Custódia	Externa
SG – Secretaria-Geral	SJJ	Sistema Justiça ao Jovem	Externa
SG – Secretaria-Geral	SMC e SMJ	Sistema Mutirão Carcerário e Sistema Infância e Juventude	Externa
SG – Secretaria-Geral	VC	Videoconferência	Externa

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Aperfeiçoamento da Política Nacional de Tecnologia da Informação

Projeto em execução.

Trata-se da realização de estudo compreensivo das políticas institucionais globais e setoriais da área de Tecnologia da Informação lançadas pelo CNJ.

Resulta na coleta de sugestões dos tribunais e conselhos submetidos ao controle administrativo-financeiro deste órgão, compilados e analisados em parecer do Departamento de Tecnologia da Informação. Alteração do quadro regulamentar e de governança a partir do lançamento da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)

Não conveniente a continuidade do projeto institucional, com o arquivamento do respectivo expediente de acompanhamento, nos termos do parecer do Departamento de Tecnologia da Informação.

Monitoramento da aderência e conformidade às políticas nacionais de Tecnologia da Informação e Inovação

Projeto em execução.

Visa acompanhar a implementação dos diversos atos normativos editados ao longo dos últimos dois anos voltados à implementação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e de seu modelo de governança (Resolução n. 335/2020), da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução n. 396/2021) e de projetos como o Balcão Virtual (Resolução n. 372/2021), Juízo 100% Digital (Resolução n. 345/2020), cumprimento eletrônico de atos processuais (Resolução n. 354/2020), Núcleos de Justiça 4.0 (Resolução n. 385/2021), conservação e digitalização de acervo processual físico remanescente (Resolução n. 420/2021).

Objetiva a prestação de informações pelos Tribunais, geralmente por meio de documentos juntados a procedimentos de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão instaurados especificamente para monitoramento da implementação de atos normativos relacionados à área de Tecnologia da Informação.

Julga-se premente a continuidade do projeto, de modo a garantir a autoridade das decisões do CNJ e de seu papel como coordenador central das políticas públicas judiciárias, recomendando-se o engajamento de órgãos e colegiados do Conselho na criação de ferramentas mais adequadas para o monitoramento de conformidade de regulamentos e ações.

Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)

Projeto em execução.

Instituída pela Resolução n. 335/2020, a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br viabiliza a nova política de disseminação do processo judicial eletrônico no país, para uso colaborativo dos órgãos de justiça, tendo sido lançada em fevereiro de 2022 a versão PJe 2.2 integrada à PDPJ-Br.

Nesse sentido, por meio da integração de sistemas de processo judicial eletrônico dos tribunais à PDPJ-Br, 86 Tribunais têm recebido suporte técnico e operacional para ingresso na PDPJ-Br e integração a seus Serviços Estruturantes. Foi concluída a 1ª etapa de integração (e-Proc, em parceria com o TRF4; eSAJ, em parceria com o TJMS; Projudi, em parceria com o TJPR; PJe, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral). Ademais foi desenvolvido o Programa de Formação para Integração e Desenvolvimento da PDPJ-Br, composto de sete webinários, bem como quatro cursos autoinstrucionais para capacitar as equipes dos Tribunais nas tecnologias utilizadas na PDPJ-Br.

A PDPJ-Br foi uma das vencedoras do Prêmio de Inovação: Judiciário Exponencial na 5ª edição do Congresso de Direito, Tecnologia e Inovação para o Ecossistema de Justiça (Expojud), realizado em outubro de 2021.

A continuidade do projeto objetiva o atendimento à Resolução n. 335/2020 e aos demais normativos que utilizam a PDPJ-Br para sua operacionalização.

Serviços Estruturantes da PDPJ-Br

Projeto em execução.

Com a publicação da Resolução n. 335/2020, resultando no lançamento da PDPJ-Br, em agosto de 2021, foi planejado inicialmente o desenvolvimento dos “Serviços Estruturantes”. Estes módulos são essenciais para o funcionamento da PDPJ-Br e permitem a intercomunicação entre os serviços negociais a serem disponibilizados para uso do Poder Judiciário e da sociedade.

Os Serviços Estruturantes podem ser consumidos por diversas aplicações com segurança, eficiência e sensível economia de custos e tempo, em decorrência do compartilhamento de esforços e de recursos. Foram desenvolvidos e disponibilizados microsserviços básicos que possibilitam a utilização da PDPJ-Br pelos entes do Poder Judiciário brasileiro.

Os serviços disponibilizados são:

- ▶ Serviço Estruturante Módulo Organizacional: identifica as estruturas do Poder Judiciário brasileiro e suas vinculações. Como resultado, o módulo disponibiliza os principais serviços que servirão de alicerce para o desenvolvimento dos demais módulos e serviços da Plataforma.
- ▶ Serviço Estruturante Cabeçalho Processual: expõe os dados de cabeçalho de um processo por meio da PDPJ-Br que, por sua vez, obtém estas informações do Datajud. Este serviço simplifica o compartilhamento das informações de cabeçalho entre as aplicações dos tribunais.
- ▶ Serviço Estruturante Notificação Processual – *Webhooks*: o serviço entrega alertas e comunicações aos usuários e aos sistemas externos à PDPJ.
- ▶ Serviço Estruturante Pessoas e Endereços: responsável pela base única de cadastro e endereços de pessoas e partes da justiça, permitindo o compartilhamento desta base unificada e atualizada com os sistemas dos tribunais.
- ▶ Serviço Estruturante SSO (*Single Sign-On*): permite a autenticação única do usuário ao acessar as aplicações que integram o portfólio de sistemas do CNJ, aumentando a segurança e melhorando a usabilidade. O login único está integrado ao gov.br com implementação de duplo fator de autenticação (OTP).
- ▶ Serviço Estruturante TPU (Tabelas Processuais Unificadas): uniformiza a taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito do Poder Judiciário e Serviço Estruturante Marketplace: Módulo que agrega os serviços citados.

A continuidade do projeto objetiva o atendimento à Resolução n. 335/2020 e aos demais normativos que utilizam a PDPJ-Br para sua operacionalização.

Nuvem computacional para sustentação de Soluções de TIC no Poder Judiciário

Projeto em execução.

Foi iniciado um processo de migração de serviços mantidos na infraestrutura interna do CNJ para servidores da AWS, bem como foi criado um Grupo de Trabalho para tratar e criar um modelo de custos compartilhados da PDPJ-Br em Nuvem com o intuito de levar os benefícios da nuvem computacional em maior escala para todo o Poder Judiciário.

Espera-se como benefício para o DTI uma redução no esforço de manutenção do sistema uma vez que diversas atividades podem ser automatizadas em Nuvem, permitindo uma maior consistência operacional e tornando o processo menos susceptível a falhas humanas, e consequentemente prestando um melhor serviço para o judiciário. Outros benefícios percebidos são: escalabilidade e elasticidade da infraestrutura: capacidade de processamento do sistema pode crescer tanto horizontalmente (aumento da quantidade de servidores que atendem à demanda) quanto verticalmente (aumento na quantidade de recursos disponíveis em cada servidor); manutenibilidade: permite que tarefas envolvidas no ciclo de vida de desenvolvimento e operação de um serviço sejam executadas de forma mais simples por meio de uma interface de gerenciamento Web, linha de comando ou APIs; performance: o DTI passa a contar com uma maior quantidade de ferramentas de monitoramento que permite analisar Logs e Métricas em diversas camadas da aplicação e segurança: uma empresa como a AWS que tem em seu modelo de negócio o objetivo de prestar serviços em ambientes em Nuvem, que estes sejam rápidos e seguros, acaba detendo processos e protocolos de segurança mais avançados e maduros.

O prosseguimento do projeto visa ao atendimento, ao objetivo estratégico de promover o “fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Segurança cibernética

Projeto em execução.

O DTI, juntamente com o Comitê de Governança de Segurança da Informação e de Crises Cibernéticas (CGSICC.CNJ) e com o Comitê Gestor de Segurança da Informação do Poder Judiciário (CGSI-PJ), tem atuado para buscar a melhoria contínua da segurança cibernética, atender aos requisitos instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), e conduzir ações para implantar o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (CPTRIC-PJ).

Isso resultou na contratação de empresas especializadas para execução de serviços gerenciados de segurança (*Managed Security Services Provider* – MSSP) e de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC) além de diversas ações para aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética no CNJ e demais órgãos do Poder Judiciário, abrangendo os aspectos fundamentais da segurança da informação para o aperfeiçoamento necessário à consecução desse propósito. Os benefícios com as ações de segurança cibernética são:

- ▶ tornar o Judiciário mais seguro e inclusivo no ambiente digital;
- ▶ aumentar a resiliência às ameaças cibernéticas;
- ▶ permitir a manutenção e a continuidade dos serviços, ou o seu restabelecimento em menor tempo possível;
- ▶ fortalecer as ações de governança cibernética;
- ▶ elevar o nível de segurança das infraestruturas críticas;
- ▶ estabelecer rede de cooperação do Judiciário para a segurança cibernética; e
- ▶ estabelecer modelo centralizado de governança cibernética nacional.

O projeto de segurança cibernética também busca implementar processos para criar, revisar e implementar os protocolos de segurança cibernética:

- ▶ Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPINC-PJ);
- ▶ Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC-PJ);
- ▶ Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PIILC-PJ).

Sua manutenção visa ao atendimento à Resolução n. 396/2021 (ENSEC-PJ), à Portaria n. 128/2021 (CGSICC.CNJ) e à Portaria n. 172/2022 (CPTRIC-PJ), à Portaria n. 242/2020 e à Portaria n. 46/2022.

Serviços gerenciados de segurança da informação

Projeto em execução.

Contratação de Serviços Gerenciados de Segurança da Informação, incluindo Serviços de Administração, Operação e Atendimento a Requisições, Gestão de Vulnerabilidades, Gestão de Incidentes, Monitoramento e Visibilidade de ataques Cibernéticos e Testes de Invasão.

Com a execução do Contrato n. 8/2021, o CNJ passa a ter melhores meios de gerenciar os controles relativos à gestão da segurança da informação, a fim de manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações e dos recursos de TIC.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao Contrato n. 08/2021 (Processo Administrativo n. 131/2020), ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Governança, Riscos e Conformidade – GRC

Projeto em planejamento.

Trata da contratação de apoio à Governança, Riscos e Conformidade (GRC), com fornecimento de *software* de GRC, incluindo treinamento, manutenção e suporte técnico.

Com a efetivação do Contrato n. 10/2022, pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

- ▶ apoio técnico e suporte tecnológico para as fases de análise de impacto e definição das estratégias e, por fim, a elaboração de planos de Continuidade e Recuperação de serviços essenciais de TIC;
- ▶ monitoramento contínuo dos riscos de TIC;
- ▶ melhor tomada de decisão baseada em riscos;
- ▶ oferecimento de suporte tecnológico no atendimento aos requisitos legais obrigatórios de instruções normativas e normas deste Conselho e de outros órgãos da Administração Pública;
- ▶ ambiente mais seguro na rede corporativa do CNJ, minimizando ataques à infraestrutura e comportamentos maliciosos que possam comprometer a segurança da informação;
- ▶ proteção de informação sensível evitando vazamento a terceiros não autorizados;
- ▶ apoio para Gestão de Políticas de Segurança da Informação e respectivas análises de conformidade.

Visa dar atendimento ao Contrato 10/2022 (Processo Administrativo n. 01619/2021), à Portaria n. 87/2021, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Infraestrutura de Datacenter

Projeto em execução.

Aquisição de infraestrutura de datacenter, composta por solução de infraestrutura convergente, *softwares* de virtualização VMWare e equipamentos de rede, incluindo instalação e treinamento oficial.

Por meio do Contrato n. 45/2019 foi possível expandir a capacidade computacional do CNJ, prover uma camada de abstração baseada no conceito de nuvem computacional, com aderência ao modelo ágil de desenvolvimento de sistemas e à racionalização dos esforços de administração operacional do ambiente, garantindo a conectividade de todos os elementos.

Sua continuidade visa dar atendimento ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução CNJ n. 370/2021).

Armazenamento de dados não estruturados

Projeto em execução.

Aquisição de solução para armazenamento de dados não estruturados.

Por meio do Contrato n. 20/2021, foi possível expandir a capacidade e prover com segurança o armazenamento de dados não estruturados do CNJ. Sua manutenção visa dar atendimento ao Contrato 20/2021 (Processo Administrativo n. 02530/2019), ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Solução de *backup* – Netbackup

Projeto em execução.

Trata-se da aquisição de licenças Netbackup, garantia do *software* em sua última versão, além de garantia e suporte técnico especializado para o *Appliance NetBackup Media Server 5240*.

Foi obtida a aquisição de licenças de *software* e serviço de suporte técnico para a solução de *backup*, com o intuito de atender as diversas áreas do CNJ e de modernização contínua dos programas por meio das atualizações oferecidas pelo fabricante, aumentando o nível de segurança e confiabilidade.

Sua manutenção visa dar atendimento ao Contrato n. 38/2021 (Processo Administrativo n. 03851/2021), ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Serviços de atendimento aos usuários (*service desk*)

Projeto em execução.

Prestação de serviços técnicos de atendimento remoto e presencial aos usuários de soluções de TIC do CNJ (*service desk*) com o fornecimento de ferramentas de gerenciamento de serviços de TIC e assistência virtual.

Por meio do Contrato n. 35/2011, foi possível melhorar a Central de Serviços de Atendimento ao Usuário, promovendo-se maior eficiência à resolução das requisições e problemas relacionados à tecnologia.

Sua manutenção visa atender os termos do Contrato n. 35/2021 (Processo Administrativo n. 03577/2020), ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Implantação Nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Projeto em execução.

O objetivo é a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em todos os Tribunais, estabelecendo-se uma base nacional de execução penal que possibilite um único processo de execução ativo em todo território nacional e a sua integração à PDPJ-Br.

Com a implementação nacional do SEEU, é esperada a integração e centralização da gestão de processos de execução penal no país, conectando-se os atores de justiça criminal para maior agilidade na tramitação processual e na análise de incidentes e garantias processuais. O sistema permite, ainda, o gerenciamento de dados nacionais em tempo real para facilitar a tomada de decisão com base em evidências, além de possibilitar a criação de novas ações estratégicas com foco na melhoria da execução penal, como os mutirões carcerários eletrônicos e os alertas pré-egressos.

Sua manutenção visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021, à Resolução n. 304/2019 e à Resolução n. 280/2019.

Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0)

Projeto em execução.

O Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP 2.0) é um banco de dados mantido pelo DMF/CNJ, em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), para geração, tramitação cumprimento e armazenamento de documentos e informações relativas a ordens judiciais que se referem à imposição de medidas cautelares, medidas protetivas, alternativas penais, condenações e restrições de liberdade de locomoção das pessoas naturais. Está sendo elaborada

uma nova versão do BNMP, agora sob o nome de Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), integrada à PDPJ-Br com as seguintes inovações: identificação biométrica dos presos; geração de mandados e alvarás; tramitação eletrônica de documentos entre as unidades judiciárias e aquelas encarregadas de encarceramento e soltura; controle do cumprimento de prisão domiciliar; medidas restritivas substitutivas de prisão e medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (BNMPU).

É esperada uma reorganização do banco, agregando valor com novas medidas e a reestruturação de sua arquitetura para microsserviço, bem como uma convergência digital completa.

Sua manutenção visa dar atendimento à Resolução n. 417/2021 e à Portaria n. 69/2021 (PDTIC).

Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud)

Projeto em execução.

O Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) permite requisitar informações detalhadas sobre extratos em conta corrente no formato esperado pelo Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba) do Ministério Público Federal.

Por meio do Sisbajud, os juízes podem emitir ordens solicitando às instituições financeiras informações dos devedores, tais como: cópia dos contratos de abertura de conta corrente e de conta de investimento, fatura do cartão de crédito, contratos de câmbio, cópias de cheques, além de extratos do PIS e do FGTS. Podem ser bloqueados tanto valores em conta corrente quanto ativos mobiliários como títulos de renda fixa e ações.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021, à Portaria n. 281/2021 e ao Acordo de Cooperação Técnica n. 41/2019 (Processo Administrativo n. 14421/2019) entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional de Justiça.

Serasajud

Projeto em execução.

O Serasajud facilita a tramitação de ofícios entre o Poder Judiciário e a Serasa Experian. A ferramenta permite o encaminhamento de ordens judiciais por meio eletrônico, para agilizar e otimizar a prestação de informações à Justiça.

Todo e qualquer tipo de ordem judicial passível de atendimento pela Serasa Experian pode ser enviada por meio do Serasajud: inclusão/baixa de anotação, revogação de ordens anteriores, solicitação de informações históricas e de eventuais endereços constante em nossa base de dados, entre outros – sem qualquer tipo de restrição. Cabe destacar que, sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido ou hospedado pelo CNJ.

Diagnóstico dos tribunais brasileiros em relação a aspectos como tecnologia e gestão para a sua plena integração ao Programa Justiça 4.0

Projeto concluído.

Diagnóstico a respeito da conjuntura tecnológica nos tribunais e apoio à elaboração de planos de ação visando a sua integração ao Programa Justiça 4.0 e à PDPJ-Br.

Definição de estratégia de integração à PDPJ-Br adaptada de acordo com as necessidades e realidade de cada Tribunal, com base nos diagnósticos realizados, contribuindo para o cumprimento da Resolução n. 335/2020, bem como o mapeamento dos sistemas de processo judicial eletrônico utilizados pelos Tribunais ao redor do país. Em 2021, foram realizados o diagnóstico e a elaboração da versão preliminar dos Planos de Trabalho de todos os tribunais estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e militares, bem como do Tribunal Superior Eleitoral, totalizando 90 tribunais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 335/2020, ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE2 – Promover Transformação Digital” e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Projeto Institucional: Codex – Melhorias Evolutivas e Corretivas

Projeto em execução.

O Codex é uma plataforma, oriunda de cooperação técnica entre o CNJ e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), responsável pela indexação e centralização das Bases de Dados Processuais, provendo o conteúdo textual de documentos e dados estruturados de processos judiciais. As atividades dessa iniciativa no âmbito do Justiça 4.0 focam nos aprimoramentos e correções na plataforma, resultando em maior efetividade no uso do Codex pela Justiça Brasileira. Foram realizadas melhorias e correções no controle de acesso aos processos e suas vinculações; atualização e disponibilização de documentação de uso para desenvolvedores do Codex e do Sinapses; atualizado e inserido dado relativo à instância da fonte de dados para a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud).

Objetiva a minimização de problemas na implantação e utilização do Codex com menos bugs, monitoramento do envio de dados pelos Tribunais, a fim de identificar problemas e assim facilitar a definição da estratégia de correção.

Ademais, ocorreu a ampliação da ferramenta oficial de extração e armazenamento de informações processuais para todos os tribunais brasileiros, compreendendo a integração dos sistemas dos órgãos ao Codex, com apoio técnico desde a adesão, o credenciamento à plataforma até a etapa final de produção. O sistema está sendo expandido para 87 tribunais: 1) Justiça Federal – 5 tribunais; 2) Justiça Estadual – 27 tribunais; 3) Justiça do Trabalho – 24 tribunais; 4) Jus-

tiça Eleitoral – 27 tribunais regionais; 5) Justiça Militar – 3 tribunais e 6) Tribunais superiores – Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi adaptado o microsserviço Conversor do Codex para outros sistemas processuais: SAJ, Projudi e e-Proc;

Objetiva consolidar o Codex como principal fonte de informação de conteúdo textual de documentos e dados estruturados de processos judiciais, com a ampliação do acervo de dados para todos os 90 Tribunais que compõem o Judiciário brasileiro, resultando em mais de 1 bilhão de documentos inseridos no sistema.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 446/2022 e à Portaria n. 118/2021.

Integração do Datajud ao Codex

Projeto em execução.

A Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário (Datajud) tem por objetivo o aprimoramento do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) por meio do recebimento de metadados dos processos, observando os padrões do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e atendendo à padronização das tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, conforme a Resolução n. 46/2007. O Codex é um repositório de algoritmos de inteligência artificial (IA), que tem como objetivo extrair informações de peças processuais e fazer questão de similaridades entre elas, tudo isso dentro de uma plataforma única chamada Sinapses.

A integração simplificará o envio de dados pelos tribunais para alimentar o Datajud e demais relatórios pesquisados pela SEP, e, com a utilização da estratégia de extração de dados do Codex, irá garantir que os dados sejam mais fidedignos e o *feedback* da inadequação de dados efetivamente chegue a quem os alimentar.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 446/2022, à Resolução n. 46/2007, à Portaria n. 183/2022 e à Portaria n. 118/2021.

Sinapses – Inteligência Artificial

Projeto em execução.

O objetivo do Sinapses é hospedar modelos de inteligência artificial, permitindo o treinamento de modelos em aprendizagem assistida, oferecer a IA como serviço para o PJe, auditar os modelos durante sua utilização e permitir que cada tribunal possua um domínio para treinar seus modelos (*sandbox*) e publicá-los.

Objetiva disponibilizar modelos para utilização compartilhada, potencializando a sistematização, mineração de textos e análise de dados do Poder Judiciário como subsídio ao planejamento da política judiciária e apoio à tomada de decisão pelos magistrados, bem como

agilidade processual por meio da automação de atividades. As ações estão divididas em cinco subprojetos: Modelo de Classificação Processual, a ser desenvolvido por meio de parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor); Modelo de Agrupamento por Similaridade, desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Modelo de Identificação de Precedentes Qualificados, desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB); Modelos de Identificação de Petição, Contestação e Procuração/Subestabelecimento, em desenvolvimento pela equipe Pnud e Melhorias e Padronização de Processos e Ferramentas de IA.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 395/2021, à Portaria n. 118/2021 e à Portaria n. 271/2020.

Judiciário & Mineração de Processos (JuMP-CNJ)

Projeto em execução.

A ferramenta JuMP-CNJ tem como objetivo possibilitar a mineração de dados dos processos do poder judiciário brasileiro e consequentemente ajudar os tribunais a identificar gargalos no andamento dos processos e melhorar o trabalho realizado nas unidades judiciárias.

Busca reduzir o retrabalho por meio da identificação de oportunidades de melhorias nos fluxos dos processos, e promover o aumento da produtividade das unidades, ao eliminar gargalos e ao reduzir custos operacionais. Com o JuMP-CNJ, os tribunais podem identificar em quais setores e em que etapas da tramitação se acumulam as ações judiciais. Também é possível descobrir quais são as providências necessárias à movimentação do processo que levam mais tempo a serem tomadas. Dessa forma, as gestões das varas podem dinamizar o trabalho da equipe e, por consequência, reduzir a duração de tramitação da ação.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021). A ferramenta se encontra em fase de evolução e de aprimoramento da integração com as bases da PDPJ-Br, Codex e Datajud.

Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (Cedinprec)

Projeto concluído.

O Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (Cedinprec) é o sistema informatizado por meio do qual são centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos de 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil.

O sistema se destina ao cadastro e consulta dos entes devedores inadimplentes do regime especial, e por meio dele serão viabilizados: retenção de recursos financeiros junto aos repasses dos Fundos de Participação dos estados e municípios; sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente, conforme o disposto nos arts. 68 e 69 da Resolução n. 303/2019 e retenção do valor dos repasses previstos nos arts. 157 e 158, parágrafo único, da Constituição Federal, fornecendo todos os dados necessários à prática do ato, conforme art. 67 da Resolução n. 303/2019.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Constituição da República Federativa do Brasil, à Resolução n. 303/2019 e à Resolução n. 428/2021.

Sistema E-Natjus

Projeto em execução.

O Sistema E-Natjus tem como objetivo a criação de um banco de dados nacional para abrigar pareceres técnico-científicos e notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde. A ferramenta está a serviço do magistrado para que a sua decisão não seja tomada apenas diante da narrativa apresentada pelo demandante em sua peça inicial.

A finalidade é reduzir a possibilidade de decisões judiciais conflitantes em temas relacionados a medicamentos e tratamentos, concentrar em um único banco de dados notas técnicas e pareceres técnicos a respeito dos medicamentos e procedimentos, bem como facilitar a obtenção de dados estatísticos pelos agentes (médicos, juízes, advogados, entre outros) que atuam e acionam o sistema, permitindo a obtenção de relatórios circunstanciados sobre os vários temas da Judicialização da Saúde, evitando assim a formalização de pedidos cujos tratamentos não são recomendados.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao Termo de Cooperação Técnica n. 027/2022 entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (Processo SEI CNJ n. 01880/2021) e ao Atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper)

Projeto em execução.

Ferramenta *on-line* que facilitará a pesquisa e compreensão de crimes que envolvem sistemas financeiros complexos, como corrupção e lavagem de dinheiro, com as seguintes funcionalidades: Mapa de Relacionamentos: Ferramenta que possibilita a identificação dos vínculos societários a partir das bases de dados abertas (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sócios

de pessoas jurídicas; e candidatos a cargos políticos); Pesquisa e Busca de Ativos: Ferramenta que possibilita a pesquisa e busca de Ativos em bases de dados abertas e fechadas; Mapa de Relacionamentos: Ferramenta que possibilita a identificação de vínculos societários a partir de bases de dados do CNJ ou outras obtidas por meio de convênio ou acordo. Permite encontrar outros tipos de vínculo em registros preexistentes do: 1) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; 2) Sócios de pessoas jurídicas; 3) Candidatos a cargos políticos e 4) Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud) e Módulo de Dados Sigilosos: Capacidade de abrigar dados de informações sigilosas que serão adicionadas pelos próprios usuários do sistema, de maneira independente aos extratores de dados citados anteriormente, na integração com outras bases, tendo ainda a capacidade de extrair dados oriundos de formatos PDF.

Objetiva trazer para os magistrados e outros tomadores de decisão informações complementares para instrução e julgamento de casos relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro de forma sistematizada, rápida e integrada à PDPJ-Br.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud.

Data Lake do Poder Judiciário

Projeto em execução.

Estratégia de gerenciamento e governança de dados em alto padrão, consolidando em repositório centralizado os dados originados de sistemas do Poder Judiciário. O projeto passou a integrar o programa Justiça 4.0 em 2022, visando à criação de um repositório de grandes conjuntos de dados (*big data*) extraídos dos sistemas dos tribunais pelo Codex. Concluída a 1ª etapa de suporte à implementação, compreendendo: (i) definição e estruturação do dicionário de dados (Codex/PJe); (ii) definição da arquitetura do projeto Data Lake; (iii) criação da infraestrutura/ambiente (AwS Cloud); (iv) implementação do repositório de dados; e (v) análise e definição da ingestão e transição de dados para o repositório.

Objetiva a definição de uma estratégia de gerenciamento e governança de dados com o estabelecimento de um repositório em centralizado de dados processuais originados de sistemas do Poder Judiciário.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Balcão Virtual

Projeto em execução.

Estabelecido pela Resolução n. 372/2021, o Balcão Virtual está sendo implantado por todos os tribunais do país, tornando permanente o acesso remoto e imediato às unidades judiciárias.

O objetivo é tornar o atendimento a sociedade mais ágil, promovendo a eficiência e a diminuição dos custos para os tribunais, advogados e partes, uma vez que evita a visita presencial aos fóruns.

Com a implantação deste canal, foi reforçada a crescente oferta de atendimento virtual, baseado na ampliação dos processos eletrônicos e uso intensivo de tecnologia para a realização de audiências, sessões e reuniões por videoconferência. A ferramenta é implantada nos sites dos tribunais e disponibilizada durante o horário de atendimento ao público.

Em setembro de 2021, foi realizado um levantamento com os órgãos do Poder Judiciário e como resultado, das 17.843 unidades jurisdicionais, 11.696 unidades possuem Balcão Virtual, enquanto 6.147 unidades não implementaram o sistema.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 372/2021.

Expansão do Módulo PJe Criminal

Projeto em execução.

Desenvolvido por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o TJDFT e o CNJ, o PJe Criminal tem como objetivo padronizar e como consequência acelerar os processos criminais de primeira e segunda instância.

Com a expansão do módulo PJe Criminal, novas funcionalidades foram entregues aos tribunais, permitindo agilidade em processos criminais dentro do PJe, para a realização das atividades de magistrados, servidores, polícias, Ministério Público e advocacia. O advento do módulo permitiu o registro de informações fundamentais para o acompanhamento dos eventos criminais, e viabilizou atividades cuja realização de forma automática era ineficiente, como o trâmite de informações da fase de conhecimento para a execução e a geração de certidões automáticas.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas”, ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Projeto Institucional: Mandamus

Projeto em execução.

O projeto realizado por meio do Termo de Cooperação Técnica, TCT n. 001/2021, firmado entre o CNJ e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRO), consiste no desenvolvimento e no uso colaborativo na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br do módulo Mandamus, que é uma solução baseada no emprego de Inteligência Artificial (IA), com a finalidade de melhorar a eficiência da tramitação dos processos e a qualidade de vida do trabalho dos servidores e de concretizar o compromisso do Judiciário com a sustentabilidade.

A solução permitirá maior eficiência e agilidade no cumprimento da intimação judicial, diminuindo o tempo médio de tramitação processual e da taxa de congestionamento, a partir da automatização do procedimento de cumprimento dos mandados judiciais, pois o robô de IA analisa as decisões judiciais proferidas, identificando a necessidade de expedição do mandado judicial, com posterior confecção e distribuição deste ao oficial de justiça mais próximo ao endereço de cumprimento.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021), ao Termo de Cooperação Técnica 001/2021 (SEI 1013188), bem como à Portaria n. 59/2021.

Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI 4.0)

Projeto em execução.

Em 2021, foi definida a necessidade de implantar um projeto-piloto visando à atualização do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), que é um protocolo para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual, para versão 4.0. Atualmente, o MNI está na versão 2.0 e 3.0 e precisa de reestruturação em suas APIs (*Application Programming Interfaces*) além de integração à PDPJ-Br, o que garantirá também sua integração ao Data Lake do Judiciário.

Objetiva a atualização tecnológica do MNI com a transição do protocolo Soap para REST, com novo *gateway* que permite a simplificação da sua utilização pelo Judiciário e outros entes, bem como a avaliação das solicitações de ajustes encaminhados pelos Tribunais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 456/2022 e a Resolução Conjunta n. 3/2013.

Monitoramento de Conformidade de normativos de TIC pelos Órgãos do Judiciário

Projeto em execução.

O Sistema Nacional de Monitoramento de Conformidades (SNMC) tem como objetivo disponibilizar aos órgãos do poder judiciário uma ferramenta de gestão para o registro e monitoramento de conformidade dos atos normativos do CNJ e acompanhamento de Cumpridecs.

Atualmente, o Poder Judiciário possui um elevado número de normas, resoluções e recomendações que se desdobram em uma infinidade de itens a serem cumpridos pelos Órgãos. Além do grande esforço exigido na adequação de processos e implementação de controles internos, existe uma enorme dificuldade em mensurar de forma objetiva o quanto cada órgão está cumprindo de cada norma. Ainda, cabe ressaltar que, vários destes normativos possuem temas correlatos ou, em alguns casos, até conflitantes, o que exige uma abordagem holística e integrada na execução das ações de implementação de seus requisitos.

Como benefício da utilização do SNMC, é esperada otimização do trabalho, melhor visibilidade do atendimento aos normativos, diagnósticos mais aprofundados, maior monitoramento do cumprimento das normas, maior facilidade na validação das evidências e maior agilidade para atendimento aos Cumpridecs.

Os Tribunais terão uma solução intuitiva e simplificada para cadastrar as evidências necessárias para comprovar o atendimento aos normativos, bem como haverá uma integração com o PJe que facilitará o acompanhamento dos Cumpridecs, otimizando assim o tempo e esforço necessário para o acompanhamento por parte do CNJ e dos tribunais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud 2021-2026 (Resolução n. 370/2021).

Contratações de Solução TIC do Poder Judiciário

Projeto em execução.

O DTI/CNJ trabalhou na elaboração da nova resolução de Contratações de Soluções de TIC do Poder Judiciário com o objetivo de substituir a Resolução n. 182/2013.

A nova Resolução, aprovada na 353ª Sessão Ordinária do CNJ, de 21 de junho de 2022, traz diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça. O novo normativo está adequado para atender à nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021), atualizado para suportar os avanços da tecnologia atual, e recebeu diversas contribuições dos tribunais e alinhamento à Entic-Jud.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Lei n. 14.133/2021, ao “OE3 – Aprimorar as Aquisições e Contratações”, ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” da Entic-Jud (Resolução CNJ n. 370/2021) e atualização da Resolução CNJ n. 182/2013.

Guia de Referência da Estratégia para a Transformação Digital do Poder Judiciário (ETD-JUD)

Projeto em execução.

O Guia de Referência da Estratégia para a Transformação Digital do Poder Judiciário visa estabelecer diretrizes e orientações para o estabelecimento da Transformação Digital do Poder Judiciário para o período de 2022-2026, em harmonia aos macrodesafios do Poder Judiciário, em especial com o que estabelece o “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados” em alinhamento com a Resolução 370/2021 (Entic-Jud).

Esse Guia introduzirá o conceito de Transformação Digital, com o intuito de definir um pensamento único de planejamento e gestão para todos os órgãos do Poder Judiciário; diretrizes estratégicas para a Transformação Digital, considerando a complexidade das ações e a necessidade de entregar resultados de forma imediata e contínua, com uma real percepção de benefício pela sociedade; papel do Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) contendo propostas de algumas ações com o intuito de promover a transformação digital; eixos da transformação digital onde foram definidos três eixos que deverão ser atendidos pelos órgãos, sendo eles:

- ▶ Eixo I – Melhoria da eficiência operacional;
- ▶ Eixo II – Melhoria da experiência do usuário; e
- ▶ Eixo III – Melhoria da avaliação e qualidade dos serviços públicos.

Cabe destacar que, além do desenvolvimento do Guia de Referência, o DTI do CNJ incorporou ao Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário da Entic-Jud um capítulo com objetivo de trazer como exemplo aos Tribunais uma espécie de modelo de Plano de Transformação Digital (PTD), com caráter sugestivo, podendo o órgão criar o seu plano de acordo com sua estratégia, maturidade, segmento, tamanho, orçamento, entre outros fatores. Esse modelo de PTD define uma proposta de metodologia contendo critérios de categorização e priorização, processos, atividades e modelos de documentos.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 370/2021.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Projeto concluído.

Trata-se da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2021/2022, com o objetivo de detalhar e acompanhar as principais ações e o alcance dos resultados-chave de TIC do CNJ, estando este alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, Resolução n. 325/2020, ao Planejamento Estratégico do Conselho

Nacional de Justiça 2021-2026, à Portaria n. 104/2020 e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (Entic-Jud) 2021-2026, Resolução n. 370/2021.

O Plano de Ações do PDTIC conta com 98 ações, sendo 53 (54,1%) iniciativas e 45 (45,9%) projetos. Até junho de 2022, 30 ações já foram concluídas, correspondendo a 64% de execução do Plano de Ações do PDTIC, excluindo as ações canceladas ou suspensas.

Visando à transparência da informação e à melhoria do processo de monitoramento das ações do PDTIC, o DTI elaborou um painel para o acompanhamento da execução das iniciativas e projetos, que pode ser acessado por meio do *link* <http://tiny.cc/ry6quz>.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 370/2021 e à Portaria n. 69/2021.

Modelo de governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e os serviços digitais do Conselho Nacional de Justiça

Projeto concluído.

Instituído pela Instrução Normativa n. 86/2021, que dispõe sobre a governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais do CNJ, o modelo abrange a criação de fluxos padronizados para o ciclo de vida do desenvolvimento de Soluções de TIC e serviços digitais, além de esclarecimento de dúvidas, orientações e fornecimento de capacitações.

O normativo define papéis essenciais para a governança dos sistemas, sendo eles: Gestor Negocial (responsável por receber, avaliar e priorizar as demandas referentes ao negócio de uma solução de TI, sejam elas normativas, evolutivas ou adaptativas, além de ter a atribuição de definir as regras de negócio e os seus requisitos, e acordar os níveis de serviços com a DTI desde a concepção até a descontinuação da solução), Gestor técnico (responsável por coordenar as ações técnicas necessárias para a implementação das demandas apresentadas pelo gestor negocial) e Instância de governança (comitê ou unidade do CNJ responsável por decisões que impactem a gestão e a utilização das soluções tecnológicas nas unidades a ela subordinadas).

A Instrução Normativa n. 86/2021 traz o Gestor Negocial para atuar ativamente no ciclo de vida das soluções de TIC, reduzindo o tempo de desenvolvimento, diminuindo o retrabalho, melhorando a eficiência e a qualidade das soluções, além de agilizar a entrega da solução e suas melhorias.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Instrução Normativa n. 86/2021 e boas práticas de mercado.

Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário – Connect-Jus

Projeto em execução.

Prevista na Resolução n. 370/2021, a Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus) está em constante evolução e é voltada ao compartilhamento de Iniciativas, Projetos e Ações de TIC, com incentivo ao trabalho colaborativo, interativo e integrado, para o intercâmbio das melhores práticas adotadas pelo Poder Judiciário.

A plataforma atualmente conta com 16 trilhas, mais de 1.000 iniciativas, sete fóruns de discussão, mais de 3.370 arquivos e diversos eventos. A Connect-Jus tornou-se o repositório nacional de informações na qual os tribunais inserem planos da Entic-Jud, artefatos de contratações e demais documentos relevantes à temas de TIC. Dentro da solução, os usuários compartilham notícias e iniciativas de diversas áreas, entre elas: LGPD, contratações compartilhadas, big data, inteligência artificial, governança, gestão, computação em nuvem, infraestrutura, transformação digital, segurança da informação, desenvolvimento de *software*, inovação, *compliance*, PDPJ-Br e Entic-Jud.

A continuidade do projeto visa dar atendimento aos seguintes normativos: Resolução n. 370/2021, Recomendação n. 93/2021, Portaria n. 211/2021 e Portaria n. 118/2021.

Reestruturação do Levantamento de Maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – iGovTIC-Jud

Projeto em execução.

O iGovTIC-Jud trata do diagnóstico anual para aferir o índice de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, no âmbito do Poder Judiciário, bem como do nível de cumprimento das estratégias e diretrizes emanadas pela nova Entic-Jud (Resolução n. 370/2021). Em 2021, o DTI reformulou todo o diagnóstico, criando novos critérios de avaliação, nova metodologia de cálculo e novas perguntas, resultando no iGovTIC-Jud, período de 2021 a 2026, publicados na Portaria n. 211/2021.

Por meio da aplicação do iGovTIC-Jud é esperado que os órgãos do Poder Judiciário direcionem os seus esforços para aumentar o nível de maturidade no domínio da Governança e Gestão e no domínio do Gerenciamento de Serviços de TIC, em que cada domínio possui temas relevantes para a melhoria dos serviços para a sociedade, conforme quadro que se segue:

Domínio da Governança e Gestão e no domínio do Gerenciamento de Serviços de TIC

GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC	GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TIC
Políticas e Planejamento	Sistemas de Informação
iGovTIC-Jud	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem
Transformação Digital	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados
Atendimento e Suporte ao Usuário	
Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	
Pessoas	

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Com a finalidade de assegurar que os órgãos tenham um período de adequação do novo iGovTIC-Jud, destaca-se a criação de faixas de transição para as avaliações compreendidas entre 2021 e 2022, conforme tabela que segue:

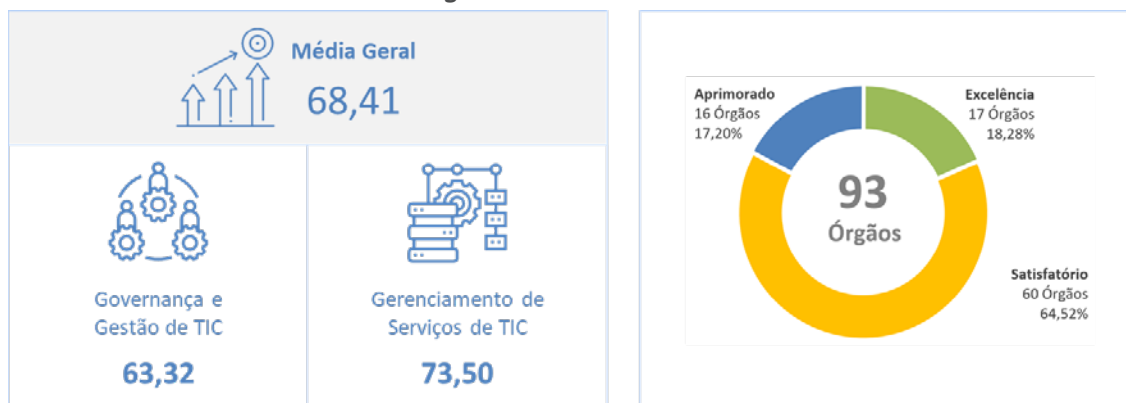
Nível de maturidade iGovTIC-Jud 2021

NÍVEL DE MATURIDADE	FAIXAS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO 2021	FAIXAS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO 2022	FAIXAS 2023 A 2026
Baixo	$0 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 30$	$0 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 35$	$00 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 40$
Satisfatório	$30 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 60$	$35 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 65$	$40 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 70$
Aprimorado	$60 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 80$	$65 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 85$	$70 \leq \text{iGovTIC-Jud} < 90$
Excelência	$80 \leq \text{iGovTIC-Jud} \leq 100$	$85 \leq \text{iGovTIC-Jud} \leq 100$	$90 \leq \text{iGovTIC-Jud} \leq 100$

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

A meta atribuída pela Entic-Jud é atingir, no mínimo, 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório no iGovTIC-Jud até dezembro de 2026. Como resultado da aplicação do questionário em 2021 foi obtida uma média geral de maturidade de 68,41 pontos.

Média geral de maturidade no iGovTIC-Jud



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

A continuidade do projeto visa dar atendimento aos seguintes normativos: Resolução n. 370/2021, Portaria n. 211/2021 e Portaria n. 170/2022.

Nova Metodologia para o Processo de Desenvolvimento Ágil de Software (PDS-Ágil)

Projeto concluído.

O PDS-Ágil tem como objetivo trazer as melhores práticas do mercado em desenvolvimento de *software* e, como consequência, promover a entrega das soluções de TIC de forma ágil e contínua, fazendo que a área negocial consiga obter os resultados da implantação da solução, agregando valor para os usuários da solução.

Com a nova metodologia, o DTI passa a utilizar técnicas e ferramentas para realizar de forma mais efetiva o planejamento inicial do projeto utilizando Canvas. Também define conceitos básicos para os servidores e fábrica de *software*, define os papéis e responsabilidades, descreve os fluxos de processos para o desenvolvimento ágil de *software*, ritos obrigatórios e os modelos de documentos.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021)

Nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos Ágil

Projeto concluído.

A Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP) define boas práticas de gestão de projetos no DTI, buscando assegurar a conclusão do projeto com a qualidade definida, no prazo estabelecido e com a otimização do uso de recursos.

A continuidade do projeto visa dar atendimento A MGP trata de um modelo híbrido de gestão, unindo as vantagens de um gerenciamento de projetos preditivo (tradicional) com o gerenciamento ágil, visando definir processos que permitam potencializar, contribuir e aperfeiçoar o monitoramento e o controle dos projetos do DTI. A metodologia traz conceitos básicos, modelos de documentos, define papéis e responsabilidades, técnicas, ferramentas e o fluxo do processo desde a concepção até o encerramento.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021)

Melhoria do Processo de Execução Fiscal

Projeto em execução.

O objetivo deste projeto é dotar o PJe de soluções que permitam a tramitação célere e com o máximo de automação para enfrentar o problema da execução fiscal. O projeto envolve várias frentes e a principal delas é a ferramenta tecnológica.

Como resultado do projeto será obtido a automação nas atividades do fluxo processual dos executivos fiscais e nas interações com sistemas externos envolvidos, como Bacenjud e Renajud, de forma a diminuir a necessidade de intervenção humana em atividades repetitivas e aumentar a eficácia das execuções fiscais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE2 – Promover Transformação Digital” e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Automação do Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud)

Projeto em execução.

O Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud) tem como objetivo atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. O projeto de Automação do Infojud tem como objetivo desenvolver um serviço que permita uma integração de forma automatizada entre o Infojud (Receita Federal) e o PJe (CNJ) para atender às solicitações de informações feitas pelos magistrados.

Como benefício, será obtida a redução de tempo de tramitação dos processos, a redução do fluxo de trabalho, não necessitando mais de intervenção do próprio magistrado ou serventário por ele determinado para fazer o cadastro, e será possível o acompanhamento e retorno das informações solicitadas à Receita Federal.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021.

Desenvolvimento do Novo Cadastro Nacional de Adoção (SNA)

Projeto em execução.

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) foi criado em 2019 e nasceu da união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). Ele traz uma visão integral do processo da criança e adolescente desde sua entrada no sistema de proteção até a sua saída, quer seja pela adoção, quer seja pela reintegração familiar. Foi desenvolvida para a versão atual do SNA a ferramenta de busca ativa que amplia o acesso a informações de crianças e adolescentes acolhidos, aptos, mas sem pretendentes disponíveis compatíveis com seu perfil, de forma a aumentar suas chances de encontrar uma família. Foi também realizado o levantamento de requisitos negociais e não negociais para construção de termo de referência para contratação de empresa para desenvolvimento do novo sistema integrado à PDPJ-Br.

O desenvolvimento do novo SNA tem como prioridade dar celeridade aos processos de infância e juventude protetiva, a fim de garantir o melhor interesse da criança, com a saída do acolhimento no menor tempo possível, seja pela reintegração familiar ou pela colocação em família substituta. Desenvolvido por meio de acordo de cooperação técnica (ACT), já foi disponibilizada em produção a parte referente a família acolhedora e estão sendo desenvolvidos alguns módulos para a busca ativa.

A continuidade do projeto visa dar atendimento aos seguintes normativos: Portaria Conjunta 4/2019, Resolução n. 289/2019, Portaria n. 83/2021, Portaria n. 114/2022 e Resolução n. 451/2022.

Domicílio Eletrônico

Projeto em execução.

Essa plataforma visa criar um banco de cadastros de pessoas físicas e jurídicas para envio de comunicações processuais (citações, intimações e expedientes) de forma eletrônica. Foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre CNJ e Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para estruturar a solução. Posteriormente, foi firmado novo Termo de Cooperação entre CNJ e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que contribuiu para o desenvolvimento do sistema com novas

funcionalidades. O Domicílio Eletrônico possui as seguintes funcionalidades: Módulo de cadastro de empresas e usuários e revisão da estrutura e do apoio às ações do usuário, e inclusão de base de dados vinculada à Receita Federal; Integração entre os tribunais e o Domicílio Eletrônico; Integração entre as empresas e o Domicílio Eletrônico e Serviço de notificação de empresas.

O projeto contempla a criação e integração do Domicílio Eletrônico no Painel de Usuários Externos do PJe, permitindo a citação/intimação eletrônica de empresas de médio e grande porte. Foram realizados ajustes nos serviços, nas funcionalidades e na arquitetura, bem como a inclusão de comunicações a partir do PJe.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 445/2022 e à Resolução n. 234/2016.

Ferramenta de Acessibilidade no PJe

Projeto em execução.

A ferramenta de acessibilidade PJe+R é uma extensão de navegador que atende à Resolução n. 401/2021 e se constitui em tecnologia assistiva que promove adaptação razoável nos sistemas por ela abrangidos para minimizar as barreiras tecnológicas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência a referidos sistemas.

O PJe+R é um recurso de acessibilidade que visa facilitar a operação dos principais sistemas (pesquisas, *e-mails* etc.) com adaptações de usabilidade e otimização de procedimentos. Já foram desenvolvidas funcionalidades como botões de cópia de data transitada em julgado, aparências das janelas, aplicação do tema de alto contraste e barra lateral em todas as páginas. Está sendo desenvolvida ainda, a funcionalidade de salvar o processo para acesso off-line e um robô que analisará o conteúdo do editor de texto.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 401/2021.

Integração ao e-Carta

Projeto em execução.

A Solução de TIC e-Carta é uma ferramenta que capta as notificações postais emitidas no PJe e as entrega automaticamente aos Correios.

O principal objetivo desse projeto é a integração do e-Carta ao PJe a nível nacional. Após a remessa, o sistema dos Correios valida os dados, remetente e destinatário, posta e informa um código de rastreamento. A impressão em papel A4, o envelopamento e a distribuição também ficam por conta dos Correios. A situação da correspondência é atualizada diariamente na base

de dados do sistema e-Carta, possibilitando o seu rastreamento. Os documentos oficiais são enviados com garantia de integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

Atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário” e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Mineração de processos do PJe

Projeto em execução.

Esse projeto, em parceria com o TJPE e a UFPE, tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para aplicação de técnicas de mineração de processos nas bases de dados do PJe.

Como atividades, já foram executados o estudo de diversas ferramentas de mineração de dados, a elaboração e submissão de um artigo científico para veículos qualificados sobre a mineração de dados processuais no Poder Judiciário brasileiro, a implantação do laboratório virtual de mineração de processos, e o desenvolvimento de um guia com as melhores práticas.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Portal de Serviços Unificados do Poder Judiciário

Projeto em execução.

O objetivo do projeto é o desenvolvimento de solução que possibilitará a advogados, defensores, procuradores e demais usuários externos realizar ações incluindo: enviar petições, ajuizar novas demandas, controlar prazos e compartilhar processos com outros advogados em um só ambiente, independentemente do tribunal em que o processo estiver. Contempla a inclusão do Domicílio Eletrônico e a comunicação com o Diário da Justiça Nacional e Citação Eletrônica. Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para integrar o Portal de Serviços à PDPJ-Br. A ferramenta possui os seguintes módulos: Consulta Processual: Por número do processo, nome das partes e número da OAB; Peticionar: Permite inserir novas peças processuais; Novo Processo: Protocolo e abertura; Acervo e Autos Digitais.

Concentrar os serviços frequentemente utilizados pelos operadores do direito e pelos cidadãos em uma ferramenta única, disponível para todos os tribunais via Internet e aplicativos móveis, promovendo a celeridade processual como a consulta processual, peticionamento, citação e intimação.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 455/2022 e à Portaria n. 146/2021.

Consulta Unificada de Processos Criminais

Projeto concluído.

A ferramenta contribui para a universalização da informação sobre antecedentes criminais, a fim de aprimorar os mecanismos de recuperação de recursos públicos e dosimetria da pena.

A solução tem como objetivo uniformizar procedimentos e agilizar a consulta de antecedentes criminais, auxiliando os magistrados na adequada aplicação da pena, evitando a concessão indevida de benefícios no cumprimento da pena, localizando patrimônio e outros valores, e o mapeamento das condições pessoais dos indivíduos e da situação de empresas envolvidos em investigações criminais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao objetivo estratégico de promover a “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional” e “aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026).

Justiça 4.0 Automação das Ações Previdenciárias

Projeto em execução.

Sistema integrado à PDPJ-Br que automatiza o envio de ordens judiciais ao INSS, bem como o acesso às suas bases de dados, acelerando a análise e conclusão dos processos dos cidadãos. Quando concluído, o Módulo Previdenciário possuirá os seguintes serviços: Dossiê Médico: permite solicitar uma informação com o CPF e receber laudo médico com dados estruturados e em PDF; Dossiê Previdenciário: oferece informações de cidadãos, como histórico de créditos, benefícios e extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Intimação Judicial: permite o envio automatizado de dados e metadados das ordens judiciais para aceleração do cumprimento pelo INSS e Processo Administrativo Previdenciário (PAP); possibilita integração eletrônica para buscar dados do processo.

Automatização tanto do acesso às informações das bases de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto do envio de ordens judiciais a esse instituto, resultando em ganhos de celeridade e confiabilidade no cumprimento de ordens judiciais.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao Termo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 4ª região (Processo SEI 02781/2021), ao Projeto “BRA/20/015: Inovação e efetividade na realização da Justiça”, ao “OE2 – Promover Transformação Digital” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad)

Projeto em execução.

Projeto realizado por meio de acordo de cooperação técnica entre o CNJ e a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad recebeu a atribuição de promover a alienação de bens apreendidos em processos criminais. O Acordo de Cooperação Técnica prevê o encaminhamento das decisões que deferem a alienação antecipada ou o perdimento de bens diretamente à Secretaria, por meio do sistema de comunicação processual ou outro equivalente, reduzindo os prazos e atos de comunicação processual entre os juízos e a Senad, conferindo maior agilidade à alienação de bens apreendidos.

O projeto, iniciado em outubro de 2021, irá criar um serviço de integração na PDPJ-Br, permitindo assim que os órgãos recebam as ordens de autorização de venda de bens, seja ela cautelar antecipada ou definitiva por sentença de perdimento. Este serviço irá interagir com a API da Senad para que possam tratar de forma automatizada essas ordens de alienação, eliminando assim o trabalho manual em formulários.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 356/2020 e ao Acordo de Cooperação Técnica n. 020/2020 (Processo MJSP n. 08129.003682/2020-20 / CNJ n. 05434/2020).

Gestão de Requisição de Pequeno Valor e Precatórios

Projeto em execução.

O sistema objetiva ser solução nacional única para o trato de Requisições de Pequeno Valor (RPV) e Precatórios, independentemente do segmento de Justiça.

Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica N. 129/2021 entre o CNJ, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para desenvolver a ferramenta. O objetivo é que todos os tribunais, não importando a jurisdição, se valham de uma solução única para expedir, processar e pagar as RPVs e precatórios, totalmente integrada à PDPJ-Br.

A continuidade do projeto visa dar atendimento às Resoluções n. 303/2019, n. 438/2021 e n. 335/2020, e ao “OE2 – Promover Transformação Digital” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Módulo de Sessão de Julgamento

Projeto em execução.

Trata-se do desenvolvimento de melhorias na solução responsável pelo acompanhamento e gestão das sessões de julgamento virtuais nos tribunais, proporcionando celeridade e segurança nas sessões de forma virtual, com otimização do tempo despendido no processo.

As melhorias a serem implantadas no Módulo de Sessão e Julgamento permitirão a realização de sessões de forma virtual de maneira segura e célere, com otimização do tempo despendido

no processo. A gestão da sessão, de seus votos, informações e documentos, será mais efetiva tanto para magistrados quanto para os secretários de sessão.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 312/2020, ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB)

Projeto em execução.

O Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) é a nova versão do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) que consolida as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais em todo o território nacional, permitindo um melhor controle dos processos e bens pelos órgãos judiciais. O sistema possui funcionalidades como: acesso e controle de perfis no sistema; [Cadastramento e registro de bens apreendidos; acompanhamento da tramitação, movimentação e *status* (ativação/desativação); destinação dos bens; controle e segurança do Sistema e Painéis BI.

Nova versão integrada à PDPJ-Br, que permite uma gestão mais efetiva, permitindo rastrear da apreensão à destinação final de bens envolvidos em processos judiciais e evitando extravios, depreciação ou perecimento de bens.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 63/2008, à Portaria Conjunta n. 5/2019, à Portaria n. 187/2019.

Sistema Nacional de Depósitos Judiciais (Sidejud)

Projeto em execução.

Módulo integrado à PDPJ que permita que os tribunais realizem a gestão de seus depósitos judiciais e de pagamentos de precatórios, mantendo o controle das movimentações financeiras.

Com o Sidejud, será possível assegurar um melhor gestão dos depósitos judiciais e de precatórios, garantir maior segurança à administração dos depósitos judiciais e controle financeiro de precatórios, complementar o orçamento dos Tribunais de Justiça, permitir que os tribunais realizem a gestão de seus depósitos judiciais e de pagamento de precatórios, mantendo o controle das movimentações financeiras, eficiência para as unidades judiciais que terão acesso aos extratos dos depósitos de forma imediata, agilidade e segurança na emissão e autorização dos alvarás de levantamento de valores pelos juízos, rapidez no crédito dos valores para as partes beneficiadas, e controle e auditoria das movimentações pelos gestores do Tribunal.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Precedentes

Projeto em execução.

Gestão integrada dos precedentes, legislação e jurisprudência.

Com o sistema Precedentes, será realizada uma revisão da solução de integração via formulário e planilha de envio de dados, o levantamento de soluções de consulta a precedentes e jurisprudência, a revisão do banco de dados de precedentes de abrangência nacional (BNPR), a disponibilização de nova API de consulta de precedentes, a integração dos sistemas processuais para informação de precedentes e dessobrestamento de processos judiciais (PJe-Nacional, PJe-JT, eProc, Projudi e SAJ), e a criação do portal unificado de consulta a jurisprudências nacional e dados abertos de jurisprudência.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE2 – Promover Transformação Digital”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE8 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Renajud

Projeto concluído.

O sistema Renajud é uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), em tempo real.

A solução permite que os magistrados e servidores do Judiciário procedam à inserção e retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema Renavam, e essas informações são repassadas aos Detrans em que estão registrados os veículos, para atualização em suas bases de dados.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021, à Resolução n. 356/2020 e à Recomendação n. 51/2015.

Controle de Custas

Projeto concluído.

O projeto consiste em estabelecer regras de integração entre o sistema de Custas utilizado pelos Tribunais com o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Com a disponibilização da API de comunicação é possível garantir a integração do sistema de custas dos Tribunais com o PJe, validar guia de recolhimento informada pelo usuário antes de protocolar, evitar reutilização de guia de recolhimento, impedir utilização de guia de recolhimento inválida e possibilitar executar eventos após a distribuição do processo e peticionamento.

Atendimento ao objetivo estratégico de promover a “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Relatórios Estatísticos

Projeto em execução.

O projeto visa permitir a geração de relatórios estatísticos fixos e dinâmicos dentro da solução PJeCor.

Como resultado, as Corregedorias terão a autonomia de gerarem seus relatórios estatísticos às suas devidas administrações, com a possibilidade de trabalhar com eles em formatos fixos e dinâmicos, possibilitando assim agilidade na tomada de decisão da alta gestão.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Portaria n. 118/2021, ao Provimento n. 112/2021, à Resolução n. 399/2021, à Resolução n. 320/2020 e à Resolução n. 185/2013.

Novo Sistema de Protocolo e Etiquetas de Petições Físicas

Projeto em execução.

O objetivo é desenvolver e implementar um novo sistema que traga funcionalidades que auxiliem a tramitação de protocolo entre os departamentos do CNJ.

Melhorias nas funcionalidades de geração de número de protocolo para os documentos recebidos fisicamente, no gerenciamento e impressão de etiquetas (em equipamento específico) relativas aos protocolos gerados, tramitação de protocolo entre áreas do CNJ.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Adequação do Sistema eSocial para Prestar Informações

Projeto em execução.

Implantar uma solução para gerar os arquivos de dados padronizados que serão integrados com o eSocial, em atendimento ao Decreto n. 8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Realizar o envio das obrigações do eSocial, garantir os direitos previdenciários e trabalhistas, racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações, eliminar a redundância nas informações prestadas e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao Decreto n. 8.373/2014 e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Expansão do PJe no TJAP

Projeto em execução.

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá utiliza o sistema Tucujuris, desenvolvido pelo próprio Tribunal, e que não é compatível com a implementação plena do Projeto Justiça 4.0. A tecnologia antiga gera dificuldade de manutenção e integração com novas tecnologias. Atualmente, o TJAP tem uma pequena parte dos processos judiciais do primeiro grau no PJe.

Pretende-se utilizar o PJe para gerenciamento dos processos eletrônicos em toda a justiça amapaense.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao objetivo estratégico de promover a “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Implantação do UIKit nos Tribunais e ao PJe

Projeto em execução.

Aplicação de novo padrão de interface chamado UIKIT em todos os tribunais e aos módulos do PJe proporcionando uma interface (*front-end*) padronizada para os sistemas.

Além da padronização da interface com o usuário em todo o poder judiciário é esperada uma melhor experiência na interação dos usuários com os sistemas por meio de melhorias na usabilidade e acessibilidade.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Plataforma Socioeducativo)

Projeto em execução.

Desenvolvimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), uma solução tecnológica que deverá atender as necessidades identificadas no contexto da justiça juvenil brasileira e a sua integração à PDPJ-Br.

Objetiva possibilitar o controle e atendimento aos prazos processuais, a informatização e a padronização dos processos de atos infracionais em âmbito nacional, contemplando as fases de conhecimento e execução. O sistema será estruturado de modo a assegurar a alimentação automatizada do CNAEL, evitando o retrabalho por parte de magistrados e servidores do Judiciário.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 326/2020.

Integração com EFD-REINF (MDEO)

Projeto em execução.

Desenvolver um Módulo de Execução Financeira e Orçamentária do CNJ, uma vez que hoje está sendo utilizado o sistema SIGEO, desenvolvido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Objetiva resultar em um sistema que permita ao CNJ realizar a gestão de contratos e informações fiscais, insumos para gerar os arquivos que devem alimentar o sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF) da Receita Federal.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Melhoria da Satisfação do Usuário

Projeto em execução.

Diante da institucionalização do Portfólio de Soluções de TIC do CNJ, nos termos da Portaria n. 118/2021, o número de abertura de chamados na central de atendimento do DTI também cresceu consideravelmente. Assim, buscando melhor prestação de serviço, faz-se necessário implementar melhorias na central de atendimentos.

Objetiva prover aos usuários um ponto único de contato, por meio de uma central de serviços. Obter melhorias no processo de atendimento de demandas de suporte técnico remoto e presencial, de modo a manter a disponibilidade das informações e dos serviços de TIC do CNJ.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Módulo de Jurisdição Extraordinária (MJE)

Projeto em execução.

O Módulo de Jurisdição Extraordinária (MJE) tem a finalidade de auxiliar a atividade de admissibilidade recursal extraordinária nos tribunais de segundo grau, por meio da racionalização do fluxo de recursos especiais e extraordinários com agravo (RE e ARE), fornecendo-lhes ferramentas de automação e de inteligência artificial.

A iniciativa cria um modelo integrado dos sistemas eletrônicos dos tribunais, para interposição de recursos extraordinários no STF, promovendo maior celeridade na análise de admissibilidade nos tribunais, maior enquadramento da repercussão geral e melhora o alinhamento da interlocação com os tribunais. O MJE utiliza filtros para auxiliar os servidores da área responsável pelo recebimento e análise a identificar a existência de eventuais vícios e o enquadramento dos casos em temas de repercussão geral. O sistema ainda gera minutas de decisão e admissibilidade a partir de questionário preenchido com auxílio de inteligência artificial.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao objetivo estratégico de promover a “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Modernização da Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos (DCOR)

Projeto em execução.

O projeto visa apoiar a estruturação das ações da Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos (DCOR), fortalecendo o alinhamento estratégico da área junto ao Conselho.

Apresenta como benefícios identificar, analisar e propor melhorias no processo de desenvolvimento de *software* e do catálogo de serviços de forma que a DCOR possa atender as demandas do Portfólio de Soluções de TIC e Serviços Digitais do CNJ. Atuar no mapeamento de processos de atendimento da área. Realizar acompanhamento de projetos e de identificação de fluxos de informações existentes.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

Automação da Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos (DCOR)

Projeto em execução.

Iniciativa interna da área, visando à manutenção do Portfólio de Soluções de TIC, mantendo-o atualizado e vivo dentro da organização e automatizando os controles de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

Objetiva atender a expectativa da área no que diz respeito a disponibilização de um Portfólio de Soluções de TIC atualizado e ambientes de desenvolvimento, manutenção e produção com controle automatizado de processos, promovendo práticas combinadas de integração contínua e entrega contínua entre as atividades e equipes.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao “OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário”, ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” e ao “OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

CNIUPS – Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos

Projeto em execução.

O projeto visou criar o sistema CNIUPS com o objetivo de substituir o Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS), em atenção às alterações da Resolução CNJ n. 77/2009 pela Resolução n. 326/2020.

Produção do formulário de inspeção judicial do meio fechado (internação e semiliberdade). Produção do formulário de inspeção judicial do meio aberto. Alteração normativa elaborada e publicada. Desenvolvimento, implementação e hospedagem do cadastro nacional de inspeções judiciais. Elaboração de manual para orientação dos magistrados sobre a metodologia de inspeções judiciais e seu preenchimento eletrônico. Realização de processos formativos regionais. Manutenção preventiva e corretiva do sistema. Assistência técnica e conteudista dos usuários do sistema. Monitoramento e acompanhamento dos dados. Elaboração de painéis de dados e infográficos.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 326/2020.

Plano de Gestão de Continuidade e Gestão de Riscos

Projeto em execução.

Trata de definir, formalizar e implementar os processos contidos na Política de Segurança da Informação do CNJ (PSI-CNJ), Portaria SG-CNJ n. 47/2017, em especial o processo de Gestão

da Continuidade de Serviços Essenciais de TIC tratado na Seção VI, pauta prioritária da seção de Gestão de Segurança da Informação (SEGSI) do DTI.

Objetiva operacionalizar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação, de acordo com o preconizado na Seção II da Portaria SG-CNJ n. 47/2017 que instituiu a Política de Segurança da Informação do Conselho Nacional de Justiça e operacionalizar a Gestão da Continuidade de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação, de acordo com o preconizado na Seção VI da Portaria SG n. 47/2017. Implementar o monitoramento contínuo dos riscos de TIC. Proporcionar a tomada de decisão baseada em riscos. Proporcionar um ambiente mais seguro na rede corporativa do CNJ, minimizando ataques à infraestrutura e comportamentos maliciosos que possam comprometer a segurança da informação.

A continuidade do projeto visa dar atendimento à Resolução n. 396/2021, à Portaria n. 162/2021, à Resolução n. 291/2019, à Portaria SG n. 47/2017 e à Resolução n. 239/2016.

Desenvolvimento e manutenção de painéis de informação relacionados à TIC

No período de 2020 a 2022, o DTI criou, atualizou e manteve em sua infraestrutura diversos painéis com o objetivo de promover a transparência da informação, e agilizar a governança e gestão com informações que subsidiam e aceleram as tomadas de decisões.

Visa dar maior transparência às informações relacionadas à TIC e a publicação dos Painéis de Informações seguem listados a seguir:

Painel da PDPJ-Br

O Painel da PDPJ-Br exibe as principais informações para a gestão efetiva dos projetos pertencentes ao Programa. Nele, é possível ter uma visão geral do total de projetos e o percentual de execução da carteira, bem como acompanhar os projetos não iniciados, em planejamento e em execução, suas prioridades, níveis de criticidade e distribuição por unidade. Na seção de informações analíticas dos projetos, é possível selecionar e acompanhar detalhes de cada um dos projetos tais como, situação anterior e atual, percentual de evolução, entregas efetuadas e próximas entregas, problemas enfrentados, gerente do projeto, equipe, pontos focais e tarefas do cronograma. Acesse o painel: <http://tiny.cc/erhsuz>.

Painel da Carteira de Projetos da SEGPP

O Painel do Escritório de Projetos permite o acompanhamento detalhado e constante das informações dos projetos, facilitando o monitoramento e o controle das iniciativas, bem como subsidiando a tomada de decisão dos gestores. O painel permite realizar filtros dos projetos por status, alinhamento estratégico, área, prioridade, demandante entre outras informações essenciais para uma boa gestão da carteira. Acesse o painel: <http://tiny.cc/crhsuz>

Novo Painel do Panorama de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário

O Painel de Governança “Panorama de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário” apresenta de forma clara as informações consolidadas dos órgãos do Poder Judiciário. Este Painel está sendo totalmente reformulado e é um dos mais completos painéis criados pelo DTI para demonstrar as diversas frentes de atuação do departamento para atender com excelência o Poder Judiciário. Acesse o painel: <http://tiny.cc/8shsuz>.

Cockpit de Gestão e Governança de TIC

Por meio desse painel, o DTI e a sociedade podem acompanhar as ações e orçamento do departamento, o alinhamento dos projetos com o planejamento estratégico, o acompanhamento contratual do CNJ, os projetos em execução e as capacitações, promovendo assim a transparência ativa das informações. Acesse o painel: <http://tiny.cc/bxfsuz>.

Portfólio de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e Serviços Digitais do Conselho Nacional de Justiça

O Portfólio de Soluções de TIC e Serviços Digitais do CNJ traz informações do total de soluções de TIC, sua abrangência, instâncias de governança, gestor negocial, área e unidade gestora, e uma tabela analítica com informações de cada solução como nome, sigla, descrição e ato normativo que a instituiu. Acesse o painel: <http://tiny.cc/98vkuz>.

iGovTIC-Jud

O painel do iGovTIC-Jud foi totalmente reformulado em 2021 para exibir as informações do novo diagnóstico. Neste painel é possível visualizar o ranking iGovTIC-Jud, a média geral do Poder Judiciário, médias por domínio, tema, segmento, porte, distribuição dos resultados do nível de maturidade, além de uma visão analítica e detalhada de cada órgão. Acesse o painel: <http://tiny.cc/9nesuz>.

Orçamento de TIC

O painel exibe informações históricas de 2017 até 2022 contendo tanto uma visão geral como detalhada do plano orçamentário (custeio e investimento), execução financeira (crédito comprometido, despesas pagas e crédito disponível), valores previstos versus o pago por mês, monitoramento dos pagamentos das contratações entre outras informações essenciais para realizar uma boa gestão orçamentária de TIC. Acesse o painel: <http://tiny.cc/hrhsuz>.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O painel para o acompanhamento da execução do PDTIC traz diversas informações como: o total de ações (iniciativas e projetos), percentual de execução, dados analíticos, ações por status, ações por servidor responsável, por grupos e unidades de negócio. Acesse o painel: <http://tiny.cc/ry6quz>.

Laboratório de Inovação do Poder Judiciário

A Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021, considera inovação a implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas. Este painel exibe diversas informações e um acompanhamento de como os órgãos têm atuado para operacionalizar seus laboratórios. Acesse o painel: <http://tiny.cc/poesuz>.

Painel de Acompanhamento dos Artefatos e Planos inseridos na Connect-JUS

A Plataforma é um espaço colaborativo e reúne iniciativas das áreas de TIC de todo o Poder Judiciário. O painel da Connect-Jus exibe um resumo do que está sendo inserido na Plataforma e o que os órgãos poderão encontrar, estudar e utilizar como referência. Nele é exibido a quantidade de órgãos participantes, total de arquivos, artefatos (DOD, ETP, TR, contrato, mapa de preço, aditivo e repactuação) e planos (PDTIC, capacitação, gestão de risco, infraestrutura, desenvolvimento, entre outros). Acesse o painel: <http://tiny.cc/imjsuz>.

Outros painéis desenvolvidos com apoio do DTI

- ▶ Acompanhamento das Metas das Corregedorias no ano de 2021 – Cumprimento;
- ▶ Acompanhamento das Metas das Corregedorias no ano de 2022 – Cumprimento;
- ▶ Acompanhamento dos Artefatos e Planos inseridos na Connect-JUS;
- ▶ *Cockpit* de Gestão e Governança de TIC;
- ▶ Estatística de Execução Penal com dados carregados em tempo real pelos tribunais que operam o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);
- ▶ Estatística sobre audiências de custódia nacional;
- ▶ iGovTIC-Jud 2021;
- ▶ Indicadores Estratégicos do DTI;

- ▶ Laboratório de Inovação do Poder Judiciário;
- ▶ Mapa Estratégico do CNJ – 2021-2026;
- ▶ Metas Nacionais – 2021;
- ▶ Orçamento do TIC;
- ▶ Painel CACOL – Cadastro Nacional de Ações Coletivas;
- ▶ Painel de acompanhamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);
- ▶ Painel de dados sobre as inspeções penais em estabelecimentos prisionais;
- ▶ Painel de dados sobre Processos de Infância e Juventude – Datajud – Eixo 2;
- ▶ Painel de dados sobre Processos de Infância e Juventude – Datajud – Eixo 5;
- ▶ Painel de Gestão Financeira – Receitas e Despesas;
- ▶ Painel do diagnóstico da situação de atenção à primeira infância no sistema de justiça (Questionários aplicados às varas de família);
- ▶ Painel do diagnóstico da situação de atenção à primeira infância no sistema de justiça (Questionários aplicados às varas de infância e juventude);
- ▶ Painel do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD);
- ▶ Painel PDPJ-Br;
- ▶ PDTIC/CNJ – Acompanhamento da execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ▶ Portal da Transparência;
- ▶ Portal de Transparência da Corregedoria para Acompanhamento de Processos;
- ▶ Portfólio de Soluções de TIC e Serviços Digitais do CNJ (Port. 118/2021);
- ▶ Priorização movimentação 1º e 2º grau;
- ▶ *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário – 2021;
- ▶ Subsídio dos Magistrados.

A continuidade do projeto visa dar atendimento ao objetivo estratégico de promover a “fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados” da Resolução n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e ao “OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas” da Entic-Jud (Resolução n. 370/2021).

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Projeto: Prontificação do – Método Integrado de Gerenciamento de Riscos e disponibilização aos Órgãos do Poder Judiciário – MIGRI

Descrição: O Método Integrado de Gestão de Riscos – MIGRI surge como uma ferramenta que propicia aos profissionais de segurança e gestores o uso racional de recursos públicos na implementação das medidas descritas nos normativos referentes à segurança institucional, no âmbito da justiça.

Resultados/Benefícios: O MIGRI surge como um recurso fundamental para subsidiar o gestor na tomada de decisão, na medida em que mostra critérios objetivos para compreensão dos elementos fundamentais envolvidos no gerenciamento dos investimentos em segurança. Outro ponto que merece destaque, no programa apresentado, é a sinalização das ações que devam ser implantadas para viabilizar a concretização do Planejamento Estratégico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, com vistas a mitigar ou neutralizar os riscos identificados, principalmente referentes à magistrados ameaçados. Foi realizada capacitação que abrangeu todos os órgãos do Poder Judiciário, com um total de 160 agentes de segurança capacitados na utilização do sistema.

Projeto: Disponibilização do Sistema CórteX – Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aos Órgãos do Poder Judiciário.

Descrição: o CórteX é uma ferramenta que tem como principal escopo auxiliar a atividade de inteligência/segurança, objetivando identificar e acompanhar ameaças reais e/ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário.

Resultados/Benefícios: O principal benefício da disponibilização da plataforma é subsidiar os profissionais de segurança na identificação e mapeamento de riscos e/ou potenciais riscos à instituição, às autoridades e servidores do Poder Judiciário. Foi realizada capacitação que abrangeu todos os órgãos do Poder Judiciário, com um total de 160 agentes de segurança capacitados na utilização do sistema.

Projeto: Capacitação de Agentes e Inspectores da Polícia Judicial

Descrição: Realização do 1º e 2º Cursos de Formação em Polícia Judicial, desenvolvido pela Academia Nacional de Polícia ANP/DPF para 160 (cento e sessenta) Agentes e/ou Inspectores

da Polícia Judicial do Poder Judiciário e realização do Estágio de Inteligência na Escola de Inteligência Militar do Exército – EsIMEx/Brasília para 30 Agentes da segurança institucional do Poder Judiciário.

Resultados/Benefícios: Temos como principais objetivos dos eventos realizados o intercâmbio de conhecimentos e experiências profissionais e técnicas; bem como o estabelecimento de rotinas e de procedimentos padronizados de atuação.

Policiais Judiciais capacitados em 2021 e 2022 pelo CNJ

Projeto: Realização de Simpósio de Segurança

Descrição Realização do Simpósio Nacional para Difusão de Conhecimento de Segurança Institucional e Fomento da Cultura de Inteligência no Âmbito do Poder Judiciário, em conjunto com o Comitê Gestor do SINASPJ, em agosto de 2021.

Resultados/Benefícios: O evento contou com um total de 1.205 inscritos por meio de link de inscrição no sistema de eventos do Conselho Nacional de Justiça e teve como principal escopo a difusão de conhecimento de inteligência e sua importância nas instituições.

Projeto: Realização de Acordo de Cooperação com a PF

Descrição: Realização do Acordo de Cooperação Técnica CNJ/Polícia Federal n. 54/2021, cujo objeto é a realização de projetos e ações de interesse público e recíproco, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e o compartilhamento de ações de capacitação, a integração e o compartilhamento de boas práticas, com vistas ao fortalecimento da segurança institucional e da proteção pessoal e patrimonial, de modo que a colaboração mútua propicie a consolidação da Segurança Pública e Justiça Criminal.

Resultados/Benefícios: Somar esforços com o intuito de promover a capacitação perene dos servidores e autoridades do Poder Judiciário, fomentando conhecimento e fortalecendo as instituições.

Projeto: Renovação de Termo de Cooperação n. 05/2017

Descrição: Renovação do Termo de Cooperação Técnica n. 05/2017 – cujo objetivo é estabelecer esforços concentrado para a destruição de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário, considerados pelos juízes desnecessários para a continuidade e a instrução do processo.

Resultados/Benefícios: Desde a assinatura do TCT foram destruídas mais de 500 mil armas e um milhão de munições.

Projeto: Criação e inauguração da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário

Descrição: A criação da citada Instituição foi uma iniciativa do DSIPJ, após vários anos de trabalhos dedicados pelos Policiais Judiciais Nesse sentido. A estrutura está pronta e disponível no imóvel do Conselho Nacional de Justiça localizado na 514 Norte e sua inauguração está agendada para ocorrer em 21 de junho de 2022.

Resultados/Benefícios: Visa à capacitação de magistrados e servidores de todo o Brasil nas disciplinas afetas à área de segurança institucional e inteligência.

Projeto: Implantação de Sistemas de Segurança no âmbito do Conselho Nacional de Justiça

Descrição: Implantação do CIS4 – Sistema de Controle de Informações Sigilosas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja utilização se espera ocorrer dentro do Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário; e implantação do Sistema de Segurança Institucional (SSI) desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), que visa ser disponibilizado para todos os órgãos do Poder Judiciário utilizarem na gestão das suas atividades de segurança institucional.

Resultados/Benefícios: O CIS 4 visa atender a Resolução CNJ n. 383/2021, que institui o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do PJ, e seria um sistema similar ao SEI, só que criptografado, ou seja, com um nível de segurança mais avançado, onde teríamos totais condições de trafegar os documentos de inteligência de uma forma segura e também armazená-los em um banco de dados do próprio sistema. Já o SSI é uma aplicação de gestão estratégica de segurança institucional que tem como objetivo organizar dados, informações e conhecimentos de inteligência e segurança institucional a fim de subsidiar os processos decisórios pertinentes.

Projeto: Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário

Descrição: Trata-se de uma pesquisa com ano base 2021, que é uma demanda do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, junto ao Departamento de Pesquisas Judiciárias. A realização deste estudo é motivada pelo fato de o último levantamento a respeito da segurança institucional nos órgãos do Poder Judiciário ter sido realizado no ano de 2018 e de que as informações constantes no diagnóstico serem de extrema relevância para a atuação do Comitê Gestor e a formulação de políticas de segurança.

Resultados/Benefícios: A elaboração do Diagnóstico permite conhecer a realidade da estrutura de segurança das unidades judiciárias do Poder Judiciário, tanto em relação aos aspectos

físicos, como instalações e equipamentos de segurança, quanto em relação à existência de procedimentos e normas de segurança. Os resultados encontrados visam auxiliar os tribunais e o CNJ no direcionamento de ações relativas à segurança dos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário. Projeto se encontra em fase de aprovação para publicação.

Projeto: Aprovação e implantação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Abandono (PPCIA)

Descrição: Implantação do Plano de Escape com treinamento presencial e simulação de situação de incêndio com todo o público do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Abandono.

Resultados/Benefícios: Promover treinamento, a fim de capacitar os servidores para situações que demandem a evacuação do prédio do CNJ de forma ordenada.

Projeto: Aprimoramento e Integração do Sistema de Controle de Acesso

Descrição: Aprimoramento do sistema atual de controle de acesso, com melhorias relacionadas a realizar controle mais eficaz, como registros e relatórios de entrada e saída de servidores, além de melhor interface para cadastro de pessoas, bem como a integração do sistema com o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP).

Resultados/Benefícios: Visa aprimorar o controle de acesso no CNJ e conseqüentemente a segurança interna de todo o seu público, colaboradores, servidores, autoridades e visitantes.

Projeto: Sistema de portaria e confecção e entrega dos novos crachás/identidades funcionais

Descrição: Implantação do novo sistema de catracas em todas as portarias do Conselho Nacional de Justiça (Controle de Acesso) e confecção e entrega das novas identidades funcionais dos servidores do Conselho Nacional de Justiça.

Resultados/Benefícios: Melhorar o controle de acesso às dependências do Conselho Nacional de Justiça, bem como cumprir o previsto na Instrução Normativa do CNJ n. 02/2020.

Projeto: Atualização de Norma referente ao uso de veículos no Poder Judiciário

Descrição: Atualização da Resolução CNJ n. 83/2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.

Resultados/Benefícios: O objetivo é inclusão dos veículos do tipo segurança institucional, com sua respectiva identificação visual, a fim de dar continuidade a padronização e uniformização aos materiais afetos à segurança institucional, após a criação da Polícia Judicial, em todos os órgãos do Poder Judiciário.

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Projeto: Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça, desde a sua ativação, buscou coordenar os estudos sobre matérias orçamentárias de interesse comum aos órgãos do Poder Judiciário, exercendo sua competência de controle administrativo e financeiro no âmbito deste Poder. Nesse sentido, foi instituído o Comitê Técnico de Orçamento e Finanças, por meio da Portaria CNJ n. 7, de 5 de outubro de 2005, composto por representantes dos órgãos do Poder Judiciário integrantes do orçamento da União.

À medida que o Conselho se estruturava e crescia em atuação, o comitê foi sendo atualizado, mantendo seu objetivo inicial de oferecer subsídios para a participação do Poder Judiciário nos processos de elaboração e aprovação da legislação orçamentária (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) e de assessorar o Conselho em matéria orçamentária e financeira.

A questão orçamentária ganhou ainda mais importância nos últimos anos, especialmente com o advento da Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, a chamada Emenda do Teto de Gastos. A gestão 2018/2020 deste Conselho percebeu a necessidade de reformular o comitê, ampliando sua composição e seu âmbito de atuação. Por meio da Portaria CNJ n. 73, de 16 de maio de 2019, instituiu o Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário.

A composição do novo comitê passou a contar com representantes da alta administração do Conselho, o Secretário-Geral e o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, além de Juizes Auxiliares da Presidência. Ainda, franqueou a participação do titular da área de orçamento do Supremo Tribunal Federal.

Alinhadas com essa composição, as atribuições do comitê foram ampliadas em relação às do comitê anterior, passando a fazer a interlocução com as áreas técnicas de orçamento dos demais poderes e com as assessorias parlamentares, no trato de matérias de interesse do Poder Judiciário em trâmite no Poder Legislativo.

Atuação principal do Comitê:

Participação junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional na elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), e da Lei Orçamentária Anual;

Atuação no Congresso Nacional, em coordenação com a Assessoria Parlamentar, no acompanhamento das Matérias orçamentárias de interesse do Poder Judiciário;

Deliberações sobre os processos destinados à compensação entre os limites individualizados do Teto de Gastos dos Órgãos do Poder Judiciário (art. 107, § 9º, do ADCT), de que trata a Resolução Conjunta n.N. 1, de 14 de agosto de 2019, dos Presidentes dos Tribunais e Conselhos Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Projeto: Indicadores Orçamentários no Planejamento Estratégico

Associada à transparência, a iniciativa idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça de incluir no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, indicadores relacionados à execução orçamentária, abre espaço para maior eficácia no uso de recursos, permitindo aos órgãos da justiça a busca em fazer mais com recursos públicos limitados em tempos de restrição fiscal.

O Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias (IDOB), o Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD) e o Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP) compõem os indicadores de desempenho do macrodesafio Gestão Orçamentária e Financeira do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, um amplo instrumento de gestão iniciado em 2021 e que será desenvolvido observado e executado por mais cinco anos.

Adotados pela primeira vez como parâmetros de avaliação dos orçamentos das cortes, os três índices integram uma ferramenta moderna de administração de contas públicas que auxiliará os gestores dos órgãos jurisdicionais na busca dos melhores resultados com os recursos orçamentários disponibilizados nas Leis Orçamentárias Anuais.

Ao idealizar os três índices e vinculá-los ao macrodesafio de gestão orçamentária e financeira a ser perseguido pela totalidade do Judiciário, o objetivo do CNJ é padronizar essa análise e criar uma cultura nos tribunais de adequação do gasto público de forma que a meta central seja atender as necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça para o melhor e mais amplo atendimento à sociedade.

Projeto: Requisição de Precatórios em Face da Fazenda Pública Federal pelos Tribunais de Justiça

O Ministério da Economia demandou a participação do Conselho Nacional de Justiça no procedimento orçamentário destinado ao pagamento dos precatórios expedidos pelos tribunais de justiça em desfavor da Fazenda Pública Federal. Justificou esse ajuste procedimental pela

dificuldade que vem enfrentando para receber as informações pertinentes, bem como para a alocação adequada dos recursos no orçamento dos órgãos devedores.

Entendendo que a proposição está em consonância com sua atribuição constitucional de controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário, o CNJ acolheu a proposição. Em coordenação com aquele ministério, foi proposto dispositivo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dando competência a este Conselho para a captação e o envio das informações necessárias ao processo orçamentário. Ao mesmo tempo, esse tema foi incluído na Resolução CNJ n. 303/2019, determinando aos tribunais que observem o contido na LDO e definindo que ato próprio deste Conselho regulamentaria essa matéria, o que culminou com a edição da Resolução CNJ n. 327/2020.

Como primeira fase deste projeto, alinhada com as normas citadas, em trabalho conjunto entre o Fórum Nacional de Precatórios – Fonaprec, o Departamento de Tecnologia da informação – DTI e o Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DAO, foi desenvolvido um sistema informatizado para o envio das informações pelos tribunais, a consolidação neste Conselho e o envio aos órgãos envolvidos nos procedimentos de alocação de recursos no orçamento da União.

Após a consolidação dos procedimentos desta primeira fase, novo passo foi dado. Para o exercício do ano de 2022, a LDO atribuiu ao CNJ o encargo de receber as dotações orçamentárias aprovadas e destinadas ao pagamento desses compromissos, com a incumbência de execução, viabilizando o repasse dos recursos financeiros aos tribunais.

Nesse interim, foram promulgadas as Emendas Constitucionais n. 113 e 114, que alteraram o regime de pagamento de precatórios, especialmente estabelecendo um teto de gastos anual para pagamento de tais compromissos.

As disposições da LDO e das EC requereram por parte dos DTI e do DAO novas adaptações no sistema informatizada, adequando-o às novas exigências.

Este projeto é fator de agilidade processual e de eficiência. Melhora o controle financeiro dos recursos, dando previsibilidade e confiabilidade ao sistema de pagamento de precatórios devidos pela Fazenda Pública Federal, e imprime celeridade na prestação jurisdicional, evitando a ocorrência de incidentes processuais provocados pela morosidade no pagamento de precatórios, decorrentes de erros no envio de dados e dificuldades de alocação orçamentária dos recursos requisitados.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cobertura e divulgação de eventos e projetos

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ promove a troca de informações, divulga as ações do Conselho e colabora com o trabalho desenvolvido pelas unidades do CNJ. Sua atividade é pautada pela [Resolução CNJ n. 85/2009](#), que dispõe princípios e normas para a prestação de boa comunicação pública ao cidadão. Conheça também a [Portaria n. 198/2019](#), que Constitui o Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário.

Portal e Intranet do CNJ

O Portal CNJ (www.cnj.jus.br) é o principal canal de comunicação da instituição. Nele, compartilham-se notícias, serviços e informações relacionados ao órgão e também ao Poder Judiciário como um todo.

Os(As) conselheiros(as) e/ou as unidades que coordenam programas e ações do CNJ também têm responsabilidade sobre as informações publicadas nas páginas do Portal CNJ referentes a esses programas e essas ações. Por isso, é muito importante verificar, periodicamente, se o respectivo conteúdo está correto e encaminhar, à SCS, pelo *e-mail* G-PortalCNJ@cnj.jus.br, as atualizações.

A [Intranet](#) agrega diversas informações do Portal CNJ e, também, acrescenta notícias, documentos e dados relacionados à rotina interna do órgão, permitindo consultas rápidas a contatos e acesso a sistemas de Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação. As unidades possuem conteúdos sob sua responsabilidade que, assim como no Portal, devem estar sempre em dia. Para solicitações e atualizações, envie as informações para o *e-mail* G-Intranet.CNJ@cnj.jus.br.

Para saber mais sobre a gestão de conteúdo do Portal, da Intranet e das Redes Sociais, acesse a Instrução Normativa Conjunta n. 1/2019, alterada pela Instrução Normativa Conjunta n. 2/2020. Está disponível, também, o [Manual de Comunicação Digital](#), com diversas orientações e dicas importantes.

Cobertura e divulgação de eventos e projetos

Consiste na produção diária de conteúdos jornalísticos sobre políticas e ações do Poder Judiciário, com média de 110 matérias publicadas por mês, abrangendo cobertura factual – inclusive sessões plenárias e reuniões de comissões, Grupos de Trabalho (GTs), fóruns e outros colegiados –, reportagens especiais, avisos de pauta e notas oficiais como principais formatos.

Destaques:

- **Especial Depoimento Especial em Comunidades Tradicionais:** quatro reportagens especiais em abril de 2022 contam o trabalho da Justiça para garantir a escuta protegida a crianças e adolescentes de comunidades tradicionais vítimas ou testemunhas de violências.
- **Especial Prêmio Prioridade Absoluta 2021:** nove matérias publicadas em janeiro de 2022 relatam resultados de boas práticas premiadas pelo CNJ por promoverem o respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros.
- **Especial Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026:** 13 matérias publicadas entre julho e agosto de 2021 para apresentar, a tribunais e sociedade, o planejamento estratégico da Justiça para oferecer qualidade na prestação de serviços jurisdicionais.

Atendimento a demandas de imprensa

De 10 de setembro de 2020 a 15 de junho de 2022, a Coordenadoria de Imprensa atendeu 1.972 demandas de imprensa, entre mídias regionais, nacionais, internacionais e especializadas, divididas da seguinte forma: 68 de revistas; 156 de emissoras de rádio; 327 de veículos *on-line*; 412 de jornais; 844 de emissoras de TV e 165 de outros (estudantes, universidades, assessorias de imprensa de tribunais).

Viagem para cobertura de projetos institucionais

Cobertura jornalística, fotográfica e assessoria de imprensa para agenda de atividades do CNJ na mediação da Repactuação do Acordo do Rio Doce com viagens em abril de 2022 para áreas atingidas em Minas Gerais e, em maio de 2022, para região no Espírito Santo.

Cobertura jornalística e assessoria de imprensa em inspeções ao sistema carcerário do Ceará e do Amazonas, com participação de conselheiros e da Corregedoria Nacional de Justiça.

Programa Link CNJ na TV Justiça

A SCS pauta e acompanha a produção do programa de televisão semanal chamado Link CNJ. Cada edição tem 30 minutos de duração. Os episódios adotam o formato “revista”, com conteúdo noticioso e de debate sobre a agenda de decisões do Conselho Nacional de Justiça.

O programa traz entrevistas dos(as) conselheiros(as), dirigentes e técnicos(as) do CNJ, promove discussões entre juristas, pesquisadores(as) do Direito, cientistas sociais e profissionais atuantes na sociedade civil. Cada edição faz o registro de atividades dos mais de 90 tribunais ligados ao conselho, repercute os conteúdos do CNJ nas redes sociais e ainda registra a memória de magistrados em torno de julgamentos que marcaram a carreira.

O Link CNJ vai ao ar todas às quintas-feiras às 21h na TV Justiça, encarregada da produção e veiculação. As edições são reprisadas quatro vezes na grade de programação da emissora e também estão permanentemente disponíveis no canal do CNJ no YouTube.

Redes Sociais

Importantes instrumentos da comunicação moderna, as redes sociais do CNJ têm a missão de disseminar informações sobre o órgão e sobre o Poder Judiciário. Além disso, são ferramenta fundamental para a educação sobre direitos para a população em geral.

Números das Redes Sociais do CNJ:

- ▶ Facebook – 1.879.038 seguidores
- ▶ Twitter – 891.355 seguidores
- ▶ Instagram – 832.890 seguidores
- ▶ LinkedIn – 100.008 seguidores
- ▶ YouTube – 86.247 inscritos

Promoção de campanhas

#FakeNewsNão

Desde 2019, o CNJ realiza a mobilização digital #FakeNewsNão nas redes sociais, em especial no Twitter, no dia 1ª de abril. Em 2021 e 2022, obtiveram-se resultados expressivos, ao se abordarem temas como a disseminação de informações falsas sobre a pandemia da covid-19 e, também, sobre o processo eleitoral brasileiro. Todos os tribunais superiores, tribunais estaduais, regionais do trabalho e regionais eleitorais participam do movimento.

#AdotarÉAmor

Para celebrar o Dia Nacional da Adoção (25/5), o CNJ realiza grande mobilização em torno da hashtag #AdotarÉAmor. Em 2021, o tema ficou entre os mais comentados do dia por mais de 6 horas no Twitter Brasil. Já em 2022, além da tradicional mobilização nas redes sociais, com forte participação da sociedade, a ação também teve a parceria da Confederação Brasileira de Futebol (CBF): em 27 jogos do Campeonato Brasileiro – séries A e B –, os times entraram em campo levando uma faixa com os dizeres “Adotar é amor. 25 de maio – Dia Nacional da Adoção”.

#BrasilSemTrabalhoInfantil

Em 2022, em parceria com a Justiça do Trabalho, o CNJ promoveu grande Twittaço sobre os riscos do trabalho infantil, em razão do Dia Nacional e Internacional de Combate ao Trabalho

Infantil (12/6), com o objetivo de sensibilizar, informar, debater e dar enfoque ao combate a esse tipo de exploração de crianças e adolescentes.

Direitos Humanos

Além da criação do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, o CNJ também encabeçou diversas campanhas voltadas para a proteção de idosos, crianças e mulheres, especialmente entre 2020 e 2022. Destacamos:

- **Se Renda à Infância:** campanha realizada em 2021 e 2022, incentiva que os contribuintes doem parte de seus incentivos fiscais vinculados ao IRPF e ao IRPJ, para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica:** campanha em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), lançada em 2020, já salvou diversas mulheres e virou Lei Federal, em 2021.
- **Crescer sem Medo:** campanha realizada em 2021, alertava sobre a violência contra crianças e adolescentes, especialmente durante o isolamento social.

Identidade Visual do CNJ

A SCS é a responsável pela gestão da marca do CNJ e das áreas relacionadas; das ações, dos programas e dos projetos do Conselho. As solicitações de demandas gráficas e visuais à Seção de Comunicação Institucional (SECIN) são realizadas por meio do PIT (Pedido Interno de Trabalho para Comunicação), pelo SEI, em formulário de mesmo nome. Um *briefing* bem elaborado é fundamental para conduzir de forma profícua e assertiva o trabalho.

Conheça o [Manual de Identidade Visual](#) e acesse o logotipo CNJ, em diversos formatos e aplicações.

Registro de Marcas no INPI

O acordo firmado em abril de 2021 entre o CNJ e o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual) teve como objetivo principal proteger as marcas de programas e projetos do Conselho. A parceria mostrou-se fundamental para o desenvolvimento digital do Órgão, ao proteger as marcas já existentes e orientar a criação de futuros projetos, garantindo, assim, propriedade e distintividade.

SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS

Descrição:

A Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, na gestão do Ministro Luiz Fux, realizou eventos em todo o território nacional e passou a prestar apoio nas sessões plenárias e nas audiências.

Resultados/Benefícios:

Uma das principais características da gestão do Ministro Luiz Fux foi a elevada quantidade de eventos. A realidade virtual permitiu a realização de solenidades com menor intervalo de tempo entre elas e, em alguns casos, simultâneas.

No ano de 2020, de setembro a dezembro, foram realizados 81 eventos. Já em 2021, esse número subiu para 290. Ressalte-se que, dentro do quantitativo de 2021, contabiliza-se o apoio a 29 sessões plenárias e 38 audiências.

Já em 2022, até junho, foram realizados 188 eventos, estando contabilizadas nove sessões plenárias e 38 audiências. Cabe destacar que para o levantamento consideraram-se dados até o dia 30 de junho de 2022.

Vale evidenciar que, por exemplo, nos meses de outubro e novembro de 2021, foram realizados 42 eventos cada mês. Levando-se em conta que os meses em questão tiveram 19 dias úteis cada, tem-se uma média de mais de dois eventos por dia.

O mesmo ocorreu em março e maio de 2022, em que foram realizados, respectivamente, 51 e 48 eventos, com 22 dias úteis mensalmente.

Nesta gestão, também houve registros de eventos nos meses de janeiro e julho de 2021 e 2022.

Assim, de set./2020 a jun./2022 totalizam 559 apoios prestados pela Secretaria de Cerimonial e Eventos do CNJ.

É oportuno registrar que, desde dezembro de 2021, este Conselho proporcionou serviços de tradução simultânea da Língua Brasileira de Sinais (Libras), durante as sessões plenárias do CNJ e em eventos com público externo, por meio do Contrato n. 25/2021, em consonância com o disposto na Resolução CNJ n. 230, de 22 de junho de 2016, que orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quantidade de eventos por porte, durante a gestão do Ministro Presidente (set./2020 – jun./2022):

A classificação dos eventos, de acordo com o porte, considera o seguinte critério: pequeno porte (até 50 participantes), médio porte (de 50 a 100 participantes) e grande porte (acima de 100 participantes).

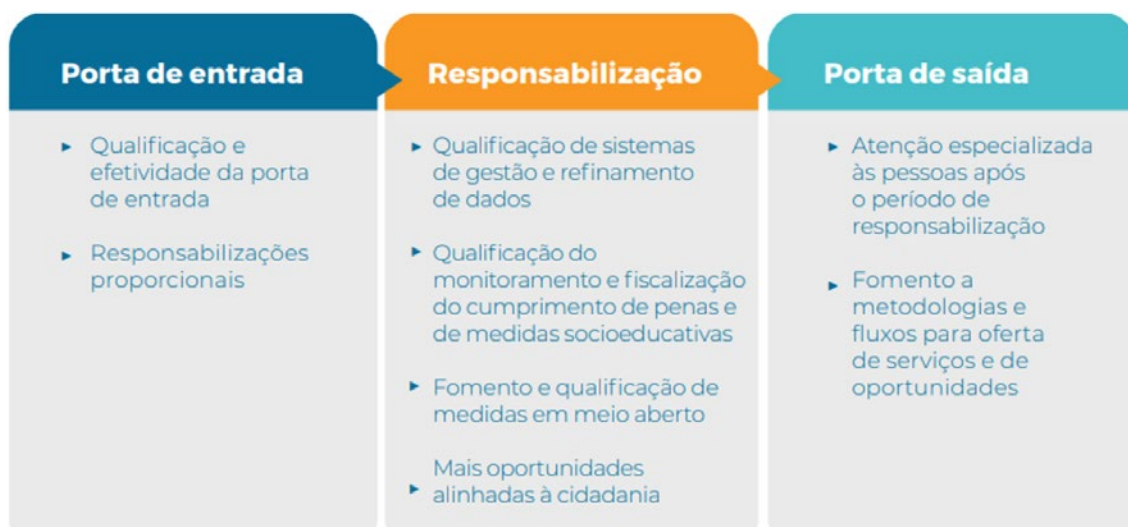
O maior número de eventos de pequeno porte em 2021 e 2022 deve-se ao apoio que a SCE passou a prestar nas sessões e nas audiências, que se enquadram como eventos desse porte.

Programa Fazendo Justiça

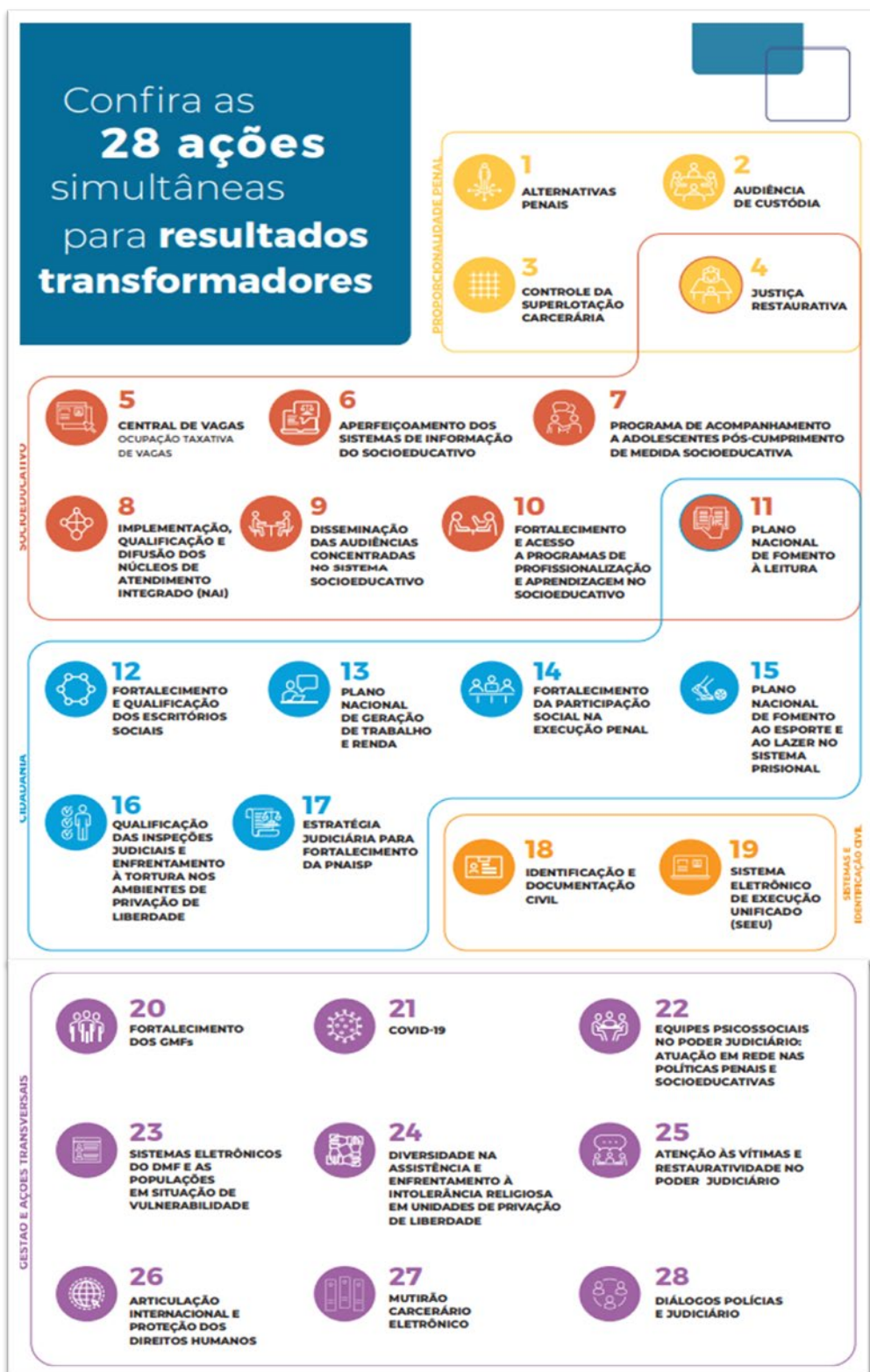
ESTRUTURA E AÇÕES

Nos últimos dois anos, por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), o CNJ deu sequência a um portfólio de ações estruturantes iniciadas ainda em 2019, que hoje compõem o programa Fazendo Justiça. Esta segunda etapa foi amplamente discutida e validada entre equipes do CNJ, do próprio programa e dos tribunais, de forma individualizada e customizada a cada realidade. Foram agregados planos para os cinco tribunais regionais federais, aproximando a Justiça Federal dos esforços em andamento.

As incidências qualificam todo o ciclo penal e socioeducativo por meio de apoio técnico e articulação institucional, trabalhadas para beneficiários de nível inicial (Judiciário e atores do Sistema de Justiça) e de nível final – mais de 750 mil pessoas no sistema penal e cerca de 120 mil no sistema socioeducativo. O trabalho segue desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional, além de outros parceiros executores, incluindo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no campo das audiências de custódia.



O Fazendo Justiça se estrutura em quatro eixos temáticos responsáveis por diferentes iniciativas, além de um eixo para gestão e ações transversais contemplando, ao todo, 28 ações estratégicas.



ATUAÇÃO LOCAL E RESULTADOS GLOBAIS

A estratégia de implementação local sobressai como tecnologia viabilizadora de resultados e, sobretudo, de sustentabilidade das iniciativas. Nesse sentido, o CNJ, por meio do Programa Fazendo Justiça, apoia tribunais e demais atores locais indispensáveis à realização dos resultados imediatos e de longo prazo. Dessa forma, o CNJ promove a criação ou melhoria de produtos, estruturas e serviços; realiza eventos e capacitações; gera produtos de conhecimento e apoia produção normativa para fortalecer a institucionalidade das transformações em curso.

Alguns dos exemplos são contribuições para a ação nacional de identificação e documentação civil de pessoas que passaram pelo cárcere e emissão de documentos na porta de saída; a pactuação de 36 Escritórios Sociais em 22 unidades da federação e georreferenciamento do aplicativo Escritório Social Virtual; a implantação de órgãos de macro gestão de justiça restaurativa em 10 tribunais e a implantação ou qualificação de diferentes serviços no socioeducativo - a exemplo das centrais de vagas e do programa pós-medida socioeducativa.

A partir daqui, serão apresentados os principais avanços realizados pelos tribunais de justiça de cada unidade da federação, como também pelos tribunais regionais federais, a partir da implementação dos respectivos planos executivos. As incidências foram trabalhadas a partir do Judiciário, especialmente na figura dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e com apoio das equipes técnicas do programa, para mobilização em rede dos poderes públicos locais e da sociedade civil. As intervenções alcançaram desde a porta de entrada ao fim do ciclo de responsabilização, tanto no campo penal como no socioeducativo.

**ACRE**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Comitê de Políticas Penais instituído, com grupos de trabalho sobre Proporcionalidade Penal e Prevenção à tortura. Procedimentos relativos a pessoas indígenas e ações de enfrentamento ao racismo;
- ▶ Articulação para implantação do Protocolo de Istambul (Manual de Investigação e Documentação Eficaz da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas);
- ▶ Cursos sobre Audiências de Custódia, Monitoração Eletrônica e CIAP realizado pela ESJUD;
- ▶ Projeto de Lei para instituir Política Estadual de Alternativas Penais apresentado ao Poder Executivo e Legislativo;
- ▶ Normativa do TJAC alterada para alinhamento ao manual da Resolução CNJ 412/21 sobre monitoração eletrônica;
- ▶ Grupos reflexivos: implantados no regime semiaberto para pessoas em monitoração eletrônica; interiorização de grupos reflexivos para Tarauacá e Cruzeiro do Sul;
- ▶ Alternativas Penais: convênio CIAP Rio Branco prorrogado; apresentado projeto para interiorização de CIAP (edital do Depen); celebrado TCT para implantação da CIAP de Cruzeiro do Sul;
- ▶ Justiça Restaurativa: projeto Rede Justiça Restaurativa concluído com atendimento de casos na Justiça Juvenil, Varas Criminais e Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas; construído plano de implantação e expansão da Política Estadual de Justiça Restaurativa do TJAC; instituídos Núcleo de Justiça Restaurativa do TJAC – Nujures e Centro de Justiça Restaurativa (Cejures) de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Destinados servidores com dedicação exclusiva; processos formativos realizados pela ESJUD;
- ▶ Implantação da Central de Regulação de Vagas no âmbito do Sistema Prisional em negociação.

Audiência de Custódia

- ▶ Apoio técnico ao Judiciário para análise de perfil decisório por tipo penal - compreensão de decisões durante a suspensão das audiências na pandemia de Covid;
- ▶ Estruturação da nova sala de atendimento da APEC no Fórum Criminal, com apoio técnico para qualificação do atendimento pré e pós;
- ▶ Criação de ato normativo de segurança e condições adequadas para ambientes destinados à realização das audiências de custódia;
- ▶ Interiorização em andamento em Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasília - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- ▶ Fornecimento de insumos emergenciais para custodiados na comarca de Sena Madureira – em andamento.

Socioeducativo

- ▶ NAI e ações de Justiça Restaurativa incluídos no Plano Decenal do Estado do AC;
- ▶ Justiça restaurativa: interiorização na VIJ de Cruzeiro do Sul (meio fechado);
- ▶ GTs para implantação da Central de Vagas e do NAI instituídos;
- ▶ Qualificação do fluxo de atendimento inicial em construção;
- ▶ Projeto de Lei para a Política Estadual de Acompanhamento de Adolescentes Pós cumprimento de MSE apresentado ao Poder Executivo e Legislativo;
- ▶ ACT do Programa Radioativo assinado: oferta de cursos de aprendizagem do SENAI e SENAC para adolescentes do Sistema Socioeducativo;
- ▶ Processos formativos sobre Desafios atuais da Socioeducação realizado pela ESJUD;
- ▶ Realização das primeiras audiências concentradas em julho.

Cidadania

- ▶ Inaugurado Escritório Social em Rio Branco, via assinatura de TCT entre CNJ, TJ, MP, DPE e Executivo;
- ▶ Equipe multidisciplinar contratada e capacitada de forma continuada, atuando por meio de articulação de rede;
- ▶ Raesp em implementação - articulação de atores da rede, sociedade civil e pessoas egressas do sistema prisional, bem como seus familiares;
- ▶ Projeto de Lei para Política Estadual de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional apresentada ao Poder Executivo e Legislativo;
- ▶ PNAISP - adesão dos municípios de Tarauacá e Senador Guiomar;
- ▶ Saúde mental - proposta de capacitação em saúde mental no sistema prisional do Sistema de Justiça realizada junto ao projeto Teias da Cidadania, em articulação com MPAC e SESACRE, o qual subsidiou a construção de um projeto a ser implementado pelo MPAC; instituição de GT sobre o tema;
- ▶ Fluxos e linhas de cuidados para processos de desinstitucionalização de pessoas em situação de sofrimento psíquico no âmbito do Sistema Prisional desenvolvidos pelo Poder Executivo, Sistema de Justiça e organizações da sociedade civil - método em operação com casos em acompanhamento;
- ▶ Oferta de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade: Projeto Escrevivências da Libertação, metodologia para e com mulheres negras em privação de liberdade.

Identificação e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 48 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e IAPEN;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- ▶ Termo de convênio entre IAPEN e ARPEN celebrado para emissão de documentos.

Transversais

- ▶ GMF: plano de ação elaborado e em funcionamento; página estruturada no site do TJAC; alteração na composição com representantes de conselhos e organizações da sociedade civil (função consultiva);
- ▶ GTs instituídos: políticas para populações mais vulneráveis: Mulheres, LGBT+ e Pessoas em situação de rua;
- ▶ Realizados webinários e ciclo de debates sobre temas afetos ao Sistema Penal, Gestão da Justiça Criminal e Rede de Proteção Social;
- ▶ PL que cria o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em tramitação;
- ▶ Participação do GMF nos Comitês Estaduais de Políticas para População em Situação de Rua, de Políticas de Migração e de Prevenção e Combate à Tortura;
- ▶ Realizada ação do Projeto Cidadão Acolher para Transformar do TJAC voltada ao oferecimento de serviços às pessoas em situação de rua, atendendo à Resolução CNJ N° 425/2021;
- ▶ Elaborado pelo GMF o Projeto de Redução de Danos para pessoas custodiadas, em alternativas penais, monitoração eletrônica e egressas do sistema prisional em situação de rua e de uso abusivo de drogas - em construção
- ▶ Política Institucional de Atenção e Apoio às vítimas de crimes e atos infracionais no PJ do Acre instituída e lançamento do programa Conv-Vida para atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero;
- ▶ Ciclo de Debates com TJRN - Sistema Penal e Rede de Proteção Social, realizado pela Escola da Magistratura (ESJUD).



ALAGOAS

Proporcionalidade Penal

- ▶ Adequação de ato normativo local sobre regulamentação da monitoração eletrônica de pessoas, conforme diretrizes da Resolução CNJ 412/21 - em andamento;
- ▶ Em andamento TCT entre OAB, Defensoria Pública, Ministério Público, TJAL e Executivo (SERIS) para articulação e qualificação dos serviços no campo da audiência de custódia, alternativas penais, justiça restaurativa e monitoração eletrônica;
- ▶ Apresentada proposta para implementação do Comitê de Políticas Penais - em andamento;
- ▶ Núcleo de Justiça Restaurativa em desenvolvimento (Projeto Rede Justiça Restaurativa).

Audiência de Custódia

- ▶ Ajustados fluxos na Central de Audiência de Custódia, com particular atenção para encaminhamentos ao juizado de violência doméstica contra a mulher;
- ▶ Fluxo para o exame cautelar prévio às audiências de custódia, a partir de apoio técnico à coordenadoria da Central de Audiência de Custódia e APEC - previsão para novembro;
- ▶ Interiorização em andamento em Rio Largo, Arapiraca e Penedo - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ GT voltado às temáticas do socioeducativo com a participação do TJ/AL, MP/AL, DPE/AL, Executivo e sociedade civil - em andamento;
- ▶ Realizada adequação de Planos de Trabalho da Sumese em relação às pautas de saúde, atenção à saúde mental, educação, esporte, lazer, atualização do programa de leitura e qualificação para o trabalho;
- ▶ Apresentada minuta, em conjunto com a Sumese, para formalização da Central de Vagas conforme a Resolução CNJ 367/21 - em andamento;
- ▶ Elaboração de minuta para Audiências Concentradas em andamento;
- ▶ Saúde mental: parcerias em alinhamento (SEPREV/Sumese, DPE/AL, MPAL e Secretaria de Estado de Saúde) para realização de oficinas e seminário direcionados ao sistema de justiça, executivo e conselhos de direito sobre fluxo e atenção à saúde mental - em andamento;
- ▶ Projeto Rede Justiça Restaurativa: encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo; Núcleo de Justiça Restaurativa em desenvolvimento.

Cidadania

- ▶ Raesp: articulações interinstitucionais para implantação e proposição de minuta normativa - em andamento;
- ▶ Realizada oficina (20h) pela coordenação estadual, a partir de diretrizes nacionais do programa, junto à equipe do Escritório Social e de instituições de fomento à Raesp para alinhamento da metodologia de atenção à pessoa egressa e mobilização de pré-egresso;
- ▶ Construção de minuta do estatuto do Conselho da Comunidade - em andamento.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022;
- ▶ Entrega de 149 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SERIS;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

**AMAPÁ**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Alternativas Penais: minuta de projeto de lei da Política Estadual de Alternativas Penais em elaboração no TJAP;
- ▶ Justiça Restaurativa: realizada articulação com o Setor de Planejamento do Tribunal para incluir a JR dentro do planejamento estratégico do biênio e dos próximos seis anos; criação de comissão junto ao Setor de Planejamento do Tribunal, trabalhando com um projeto de lei para inserção do órgão de macrogestão de JR e em uma instrução normativa que detalha a estrutura desse órgão; processo de criação de núcleos de JR em Macapá e Santana; elaborado e entregue à EJAP um plano pedagógico para formação em JR básica, avançada e supervisão de 2022.

Audiência de Custódia

- ▶ Retomadas as audiências de custódia presenciais a partir de articulações interinstitucionais, com melhoria do espaço por medidas de biossegurança específicas;
- ▶ Rotinas estabelecidas para atendimento especializado em matéria de violência doméstica e familiar;
- ▶ Protocolo estabelecido com o fluxo interinstitucional - acesso prévio do Judiciário ao laudo pericial de exame de corpo de delito e fluxo de compartilhamento de casos para apuração;
- ▶ APEC implantada (pré e pós), em interface com monitoração eletrônica e alternativas penais - normativa e formação de equipe em andamento.

Socioeducativo

- ▶ Audiências concentradas: resolução publicada e audiências em funcionamento; ação em monitoramento e troca de experiências com outras Unidades da Federação;
- ▶ NAI - fluxograma apresentado, com implementação em andamento; realizado “I Workshop Estadual do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI” em julho de 2022, com 168 participantes;
- ▶ Projeto Rede Justiça Restaurativa: encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo.

Cidadania

- ▶ Escritório Social inaugurado em Macapá, por meio de ACT entre CNJ, Governo do Estado do Amapá, TJAP e Defensoria Pública do Amapá;
- ▶ Metodologia de pré-egressos instalada, por meio de parceria entre Escritório Social, JSM e IAPEN;
- ▶ Raesp: apoio e articulação local para qualificação - em andamento;
- ▶ Articulação para alteração da lei atual do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Amapá visando inclusão do TJAP em andamento.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022;
- ▶ Entrega de 30 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e IAPEN;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.



AMAZONAS

Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAPA implantada e em funcionamento a partir de TCT entre o TJAM e a SEAP AM, com plano de capacitação de nova equipe técnica;
- ▶ Portaria conjunta para criação do Comitê Gestor de Alternativas Penais - minuta apresentada ao GMF, em tramitação.

Audiência de Custódia

- ▶ Secretaria de Custódia reinaugurada, com melhoria do espaço arquitetônico;
- ▶ Parlatório para defensores/as e advogados/as disponibilizado, com implementação de procedimento para retirada de algemas durante o atendimento;
- ▶ SISTAC: preenchimento qualificado junto a equipe responsável;
- ▶ Pessoas vulneráveis: formação para qualificação de profissionais da Secretaria de Custódia e da Central de Inquérito para acolhimento de pessoas custodiadas LGBTQIA+ e mulheres;
- ▶ Tortura: fluxos pactuados entre Secretaria de Audiência de Custódia, Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público e Coordenação Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
- ▶ Laudos do IML: fluxos pactuados para acesso direto da Secretaria de Audiência de Custódia;
- ▶ Portaria da Secretaria de Segurança Pública que proíbe a permanência de policiais civis na sala onde ocorrem os exames cautelares implementada;
- ▶ Laudos de exame de corpo de delito junto ao IML aprimorados conforme o Protocolo de Istambul das Nações Unidas;
- ▶ Protocolo de Biossegurança implementado nas audiências de custódia do Amazonas;
- ▶ Cartazes informativos em três línguas indígenas elaborados e disponibilizados;
- ▶ Projeto Reeducar (TJAM): fluxos pactuados com Secretaria de Audiência de Custódia e CIAPA, no intuito de fortalecer as políticas socioassistenciais do estado, em atenção ao público de liberdade provisória;
- ▶ Violência doméstica: fluxos pactuados com o Serviço de Atendimento, Responsabilização e Educação ao Agressor;
- ▶ GT sobre Proteção Social no âmbito da Audiência de Custódia criado - fluxos pactuados entre SEJUSC, SEAS, SEAP, CAPS, CREAS, DRESC, SUSAM, CIAPA e CRAS;
- ▶ Interiorização em andamento em Itacoatiara, Coari e Tabatinga - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Audiências Concentradas institucionalizadas por meio da publicação de resolução pelo TJAM;
- ▶ GT criado para formalização do atendimento inicial integrado; qualificação de fluxo no Centro Integrado já existente em Manaus - minuta de portaria apresentada e aprovada pelo GMF e COIJ, em andamento.
- ▶ Criação de GT para implantação de Central de Vagas em andamento;
- ▶ Assinatura de termo de compromisso em Itacoatiara e São Gabriel da Cachoeira para melhoria dos fluxos de atendimento inicial integrado.

Cidadania

- ▶ PNAISP: adesão de 10 municípios, Grupo Condutor Estadual rearticulado;
- ▶ GT para criação de Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura - minuta de portaria apresentada ao GMF e aprovada;
- ▶ Assinado Termo de Compromisso dos municípios de Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira, Coari e Humaitá para implantação do Escritório Social e Fundo Municipal de Políticas Penais.
- ▶ GT de Saúde Mental e GT dos Direitos Indígenas - minutas de portarias apresentadas ao GMF e aprovadas;
- ▶ Conselhos da Comunidade instalados na comarca de Manaus e de Tabatinga. Em andamento: São Gabriel da Cachoeira.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para março de 2023;
- ▶ Entrega de 98 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 12ª CJM;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ GMF: apresentada ao TJAM proposta de resolução para reestruturação, com aprovação de novo organograma e ampliação de equipe para inclusão de equipe multidisciplinar conforme resolução do CNJ;
- ▶ Apoio técnico para elaboração do Plano de Ação (planejamento) do GMF para ano de 2022/2023.

**BAHIA**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Comitê Estadual de Políticas Penais e Socioeducativas implantado;
- ▶ CIAP: convênio renovado com suplementação orçamentária pelo Depen;
- ▶ Alternativas Penais: ACT entre SEAP/CEAPA, TJBA, MP e DPE para regulamentação da execução das alternativas em tramitação;
- ▶ Ampliado atendimento das medidas cautelares por meio das Centrais de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas na região metropolitana e municípios do interior;
- ▶ Monitoração eletrônica: criado fluxo para reavaliação de medida nos casos de vulnerabilidade social;

Audiência de Custódia

- ▶ SISTAC: preenchimento qualificado;
- ▶ Realizado curso de enfrentamento à tortura nas audiências de custódia, pela equipe nacional do programa em parceria com o TJBA, destinado à magistratura, promotoria de justiça, defensores públicos e funcionários do IML e das Corregedorias de polícia, visando à prevenção, detecção e apuração desses casos;
- ▶ Minorias: incluída pergunta sobre nome social no roteiro de entrevista; articulação realizada com a Central de Intérpretes de Libras da Bahia (CILBA) para intérpretes no momento da audiência;

- ▶ Arquitetura: relatório produzido sobre Vara de Audiência de Custódia de Salvador para implementação do Manual do CNJ;
- ▶ Formulário de avaliação de risco para Covid-19 implantado nas delegacias do Estado, com monitoramento realizado em parceria com a Defensoria Pública do Estado, no momento específico da pandemia;
- ▶ Comitê Covid: incidências para reforço de protocolos e realização de vistorias e inclusão do DPT/IML como membro permanente, disponibilizando laudos de exame cautelar no momento da audiência;
- ▶ Protocolo local de biossegurança desenvolvido para as equipes de Proteção Social com atuação na Vara de Audiência de Custódia de Salvador, Programa Corra pro Abraço e CIAP;
- ▶ Formação: instituídos processos de educação para equipe psicossocial via parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA;
- ▶ Interiorização em andamento em Lauro de Freitas, Feira de Santana e Porto Seguro - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Audiências concentradas implantadas;
- ▶ NAIs - quatro GTs para implementação em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari;
- ▶ Central de Vagas: GT criado para estruturação de minuta de ato normativo e implantação - em andamento;
- ▶ Inspeções virtuais conjuntas (MP, CIJ/TJBA, DPE) ao longo do período de pandemia;
- ▶ Profissionalização: em andamento dois projetos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade por meio do FUNTRAD - parceria entre FUNDAC, MPT e SETRE; termo de compromisso celebrado entre FUNDAC e MPT para destinação de notebooks para oferta EAD aos adolescentes.

Cidadania

- ▶ Escritório Social Implantado em Salvador, com renovação de convênio entre SEAP e Depen; Metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas implantada por meio de portaria da SEAP;
- ▶ Trabalho: criado GT para operacionalizar política de cotas a pessoas egressas e em privação de liberdade (Pró-trabalho); criado GT para reestruturação do Projeto Começar de Novo;
- ▶ Remição por práticas sociais educativas - publicado provimento conjunto entre Corregedoria Geral e a Corregedoria de comarcas do interior, ambos TJ BA;
- ▶ Conselho da Comunidade da Comarca de Salvador instituído por portaria da 1ª VEP;
- ▶ Apoio técnico para criação e execução de GT para elaboração do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional;
- ▶ Qualificação do fluxo de pecúlio em andamento;
- ▶ Bolsas de ensino superior articuladas para pessoas privadas de liberdade e egressas (parceria Kroton).

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 281 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 6ª CJM;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo estadual para operação de fluxos de identificação civil;
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU - assinado termo de convênio com Arpen Brasil para emissão; firmado termo de parceria entre SEAP e SSP para viabilizar a criação de postos do Instituto de Identificação Pedro Melo em cada unidade prisional do estado.

Transversais

- ▶ GT criado via decreto judiciário para o enfrentamento de desafios diversos no sistema prisional local e serviços penais;
- ▶ GT criado para estruturação da Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, plano de trabalho intersectorializado - em andamento;
- ▶ Publicação de decreto que institui o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crime e Atos Infracionais.

**CEARÁ**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Levantamento sobre a rede de serviços psicossociais em seis comarcas do interior do estado (Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu, Itapipoca, Quixadá e Caucaia), no intuito de identificar potenciais parceiros para encaminhamentos dos núcleos das centrais de alternativas de penais nas respectivas comarcas;
- ▶ Revisada normativa estadual que regulamenta a monitoração eletrônica (Resolução CNJ 412/2021);
- ▶ Alternativas Penais: apresentadas para o TJCE e para a SAP proposta de Lei Estadual de Alternativas Penais e de portaria para instituição de Grupo Gestor, com discussão fortalecida via Fórum Estadual de Alternativas Penais;
- ▶ Fluxos definidos entre os Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, a Coordenadoria de Alternativas Penais e a Coordenadoria da Mulher do TJCE;
- ▶ Formação realizada para equipes e núcleos da Coordenadoria de Alternativas Penais no interior do estado e diagnóstico de rede para atendimento de homens autores de violência doméstica e mulheres em situação de violência;
- ▶ Justiça restaurativa: instituído Órgão Central de Macrogestão e Coordenação de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Projeto Rede Justiça Restaurativa).

Audiência de Custódia

- ▶ Realizado Curso de atualização em Audiência de Custódia para magistratura e servidores em parceria do TJCE e coordenação nacional do programa;
- ▶ GT Saúde mental: fluxo inicial de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei a partir das audiências de custódia - elaboração em andamento;
- ▶ Interiorização em andamento em Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Central de vagas: serviço lançado e publicada resolução Resolução 28/2021 do TJCE para regulamentar funcionamento; portaria do Executivo atualizada em consonância com a Resolução CNJ 327/2021;
- ▶ Programa pós- edida lançado, com publicação de ACT assinado entre Governo do Estado, TJCE e CNJ; realizada formação inicial da equipe contratada sobre os cadernos pedagógicos I, II e III do tema do Programa Fazendo Justiça;
- ▶ NAI: instituído GT; elaborado protocolo interinstitucional para definição do fluxo do NAI de Fortaleza;
- ▶ Projeto Rede Justiça Restaurativa: participação com encaminhamento de casos Realização do evento “Diálogos sobre o Sistema Socioeducativo”, organizado pela Vara Única da Infância e Juventude de Sobral com o apoio do GMF e a participação de atores locais, com vistas a discutir ações futuras voltadas às medidas socioeducativas em meio aberto, o Programa Pós-Medida, audiências concentradas e NAI.

Cidadania

- ▶ GT de Saúde Mental instituído por meio de portaria para proposição de estratégias de atenção integral a pessoas com transtorno mental em conflito com lei e sua desinstitucionalização, já com resultados;
- ▶ PNAISP: instituído grupo condutor nacional; instituída primeira EAP pela Secretaria Estadual de Saúde;
- ▶ Pactuado novo fluxo para os exames periciais de insanidade mental e avaliação de medida de segurança junto a Perícia Forense do Ceará;
- ▶ Realizado Webinário 'A loucura do Direito: os encontros e desencontros entre os saberes da mente e da lei', promovido pelo GMF/TJCE em parceria com Esmec;
- ▶ Estruturado serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas aplicáveis a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, TCT composto entre TJCE/SAP/SESA;
- ▶ Raesp constituída, contendo coordenação, regimento interno, plano de trabalho e realização de assembleias mensais ordinárias;
- ▶ Escritório Social: assinado ACT entre CNJ, TJCE e Poder Executivo Estadual; adesão do município de Sobral em trâmite;
- ▶ Minuta de resolução elaborada com fluxos para notícias de tortura ou de maus-tratos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará - em tramitação;
- ▶ Instituído GT (portaria GMF) para promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ e mulheres privadas de liberdade;
- ▶ Elaborado Curso de Formação em Direitos Humanos para capacitar policiais penais e servidores SAP na plataforma da Escola de Gestão Penitenciária;
- ▶ Elaborado plano de ação para atenção à saúde da população transgênero em situação de privação de liberdade - afirmação de gênero na modalidade hormonoterapia conduzido pela Secretaria Estadual de Saúde - implementação em curso.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 259 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SAP e 10ª CJM;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- ▶ Celebrado TCT entre Arpen local e SAP para o acesso ao CRC Jud - emissão de certidão de nascimento.



ESPIRITO SANTO

Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAPs: convênio celebrado entre DEPEN e SEJUS para implantação de duas CIAPs nos municípios de Viana e Vitória;
- ▶ Projeto de Lei para institucionalização da Política Estadual de Alternativas Penais - minuta elaborada;
- ▶ Minuta do TCT entre TJES e Governo do Estado para atuação integrada no campo das alternativas penais - em tramitação;
- ▶ Implementado GT de Alternativas Penais no âmbito da Comissão Interinstitucional de Políticas Penais do Estado;
- ▶ Criação de Fundos Municipais de Políticas Penais em São Mateus e Serra, por meio de articulação institucional, em andamento.

Audiência de Custódia

- ▶ Atualização de ACT entre TJ ES e Governo do Estado que estabelece as responsabilidades entre as instituições para realização das audiências de custódia;
- ▶ APEC: celebrado convênio entre Depen e Sejus para a ampliação da equipe psicossocial da APEC em Viana;
- ▶ Publicação de portaria para regulamentação e formalização do serviço de APEC no estado - em andamento;
- ▶ Ciclo de debates temáticos realizados pela equipe local do programa para qualificação das equipes dos núcleos de audiências de custódia - em andamento;
- ▶ Monitoramento e levantamento de indicadores sobre as audiências de custódia em casos de mandados de prisão, transmitido para o TJ via GMF para acompanhamento das ações;
- ▶ Georreferenciamento estadual dos serviços da rede de proteção social e núcleos de audiência de custódia, informado às equipes de proteção social que atuam com as audiências de custódia para melhor encaminhamento. - em andamento;
- ▶ Realizada articulação com vistas à qualificação arquitetônica do núcleo de audiência de custódia de Viana - em andamento;
- ▶ Plano de Trabalho entre GMF e Coordenadoria da Mulher para aprimorar os fluxos de atendimento às mulheres vítimas no âmbito das audiências de custódia - em execução;
- ▶ Audiências de custódia expandidas para casos de flagrante em todo o território estadual;
- ▶ Interiorização em andamento em Viana, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Plano Estadual de Leitura em desenvolvimento, com participação da Secretaria Estadual de Educação e o IASES - suporte técnico via GMF Socioeducativo;
- ▶ Realizadas pelo TJ ES ações de fortalecimento do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo- CIASE/NAI - apoio com diagnóstico situacional, plano de trabalho, aprimoramento dos fluxos e normativas;
- ▶ Central de Vagas: minuta de normativa estadual para implementação em tramitação no TJ ES.

Cidadania

- ▶ Escritório Social - TCT firmado entre TJ ES; Secretaria de Justiça do Estado e CNJ, assim como plano de trabalho, para atualização metodológica em Vitória; articulação em andamento com os municípios de São Mateus e Piúma para implantação;
- ▶ Conselhos da Comunidade: publicado ato normativo pelo TJES para a ampliação das possibilidades de destinação de penas pecuniárias; evento realizado entre GMF prisional e EMES, com apoio do DMF, para fomento e fortalecimento dos Conselhos no estado;
- ▶ Participação de estudantes privados de liberdade nos conselhos escolares efetivada;
- ▶ Diagnóstico do acervo de leitura das unidades prisionais em elaboração para construção de minuta com orientações técnicas para a emissão pela leitura. no estado.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para abril de 2023;
- ▶ Entrega de 81 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUS;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.



GOIÁS

Proporcionalidade Penal

- ▶ **Levantamento estadual sobre serviços de alternativas penais e monitoração eletrônica – em andamento;**
- ▶ Comitê de Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica implantado - plano de trabalho em fase inicial;
- ▶ Plano de trabalho acerca do combate à tortura;
- ▶ e outras violações - em andamento;
- ▶ Criado Fundo Municipal para Políticas Penais no município de Rio Verde.

Audiência de Custódia

- ▶ Audiências de custódia presenciais retomadas com apoio de protocolo de biossegurança, produzido em parceria com a Diretoria de Planejamento Estratégico e o Centro de Saúde, ambos do TJGO;
- ▶ Estabelecidas duas salas para atendimento prévio e reservado da defesa (parlatório);
- ▶ Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia implantada via decreto judiciário do TJGO;
- ▶ Implantada sala de atendimento prévio de saúde no Fórum Criminal da comarca de Goiânia;
- ▶ Implantada sala para APEC no Fórum Criminal da comarca de Goiânia;
- ▶ Institucionalizado o Projeto “Proteção Social nas Audiências de Custódia”, parceria entre a Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia e a Secretaria Interprofissional Forense da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás;
- ▶ Iniciado fornecimento de insumo emergencial (vestuário) às pessoas custodiadas;
- ▶ Criado site da Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia no website do TJGO - seções com manuais, relatórios, informativos e vídeos institucionais sobre as audiências de custódia;
- ▶ Elaborado Relatório Analítico do Espaço Arquitetônico das Audiências de Custódia no TJGO;
- ▶ Realizada capacitação sobre o preenchimento do SISTAC para servidores do TJGO, com participação da coordenação nacional, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia e a Escola Judicial;
- ▶ Interiorização em andamento em Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ **Realizada formação, por meio do GMF e CIJ de Goiás, da equipe interdisciplinar da Superintendência do Sistema Socioeducativo responsável pelo atendimento inicial;**
- ▶ **Projeto piloto para atendimento de adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa construído pelo Poder Executivo em fase de implementação;**
- ▶ NAI: realizada, por meio do GMF e CIJ, atividade de formação da equipe interdisciplinar da Superintendência Socioeducativa responsável pelo atendimento inicial;
- ▶ Novo protocolo construído para qualificação do atendimento inicial do adolescente, em apoio à Superintendência do Sistema Socioeducativo e articulação com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD;
- ▶ Termo de Fluxo de Atendimento de Adolescente em Flagrante de Ato Infracional ou em Cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão assinado por TJGO, Procuradoria de Justiça, Defensoria Pública, Delegacia de Apuração de Atos Infracionais, Superintendência do Sistema Socioeducativo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Secretaria de Educação de Goiás;
- ▶ Realizada articulação com Estados que já implementaram audiências concentradas para troca de experiências visando a construção da estratégia local;

- ▶ Audiências concentradas: realizado Workshop pelo TJGO para autoridades judiciárias, equipes técnicas do poder judiciário e equipes técnicas do poder executivo do estado; realizada primeira audiência concentrada nas comarcas de Luziânia e Itumbiara;
- ▶ Portaria Conjunta da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo de Goiás assinada por TJGO, Procuradoria do Estado, Defensoria Pública, SEDES e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ▶ Formação realizada pelo TJGO/CIJ para magistrados e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos sobre Tráfico de Drogas como Pior Forma de Trabalho Infantil.

Cidadania

- ▶ Bolsas de estudo de curso superior profissionalizante oferecidas para pessoas egressas e em privação de liberdade por meio de articulação com o TJGO e Executivo (parceria Kroton);
- ▶ Novo protocolo para qualificação das inspeções em estabelecimentos prisionais e dos fluxos de tortura, com apoio técnico ao GMF/TJGO;
- ▶ Novas ações propostas no Plano de Trabalho do Comitê Temático de Prevenção à Tortura, criado no âmbito do GMF;
- ▶ Publicada Recomendação nº01/2022 para orientar a aplicação local da Resolução CNJ 287/2019, que trata das pessoas indígenas no âmbito do sistema de justiça.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para fevereiro de 2023;
- ▶ Entrega de 343 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e DGAP.

Transversais

- ▶ Criados comitês temáticos, por meio de decreto judiciário, para apoiar atividades do GMF em temas que incluem justiça restaurativa, saúde, ensino, tecnologia, combate à tortura, alternativas penais, monitoração eletrônica e regionalização e estruturação de unidades prisionais;
- ▶ Aperfeiçoamento da organização e dinâmica de trabalho do GMF, por meio da construção do Regimento Interno do Grupo com base na Resolução CNJ nº214/2015 - em andamento.

**MARANHÃO**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Em elaboração Portaria Conjunta de Monitoração Eletrônica entre TJMA, CGJ, MPE, DPE, SSP/MA e SEAP-MA, nos termos da Resolução CNJ nº 412/2021;
- ▶ CIAP: implantação no município de Timon em andamento;
- ▶ Central de Regulação de Vagas: publicado ato normativo pelo TJMA para a oficialização da Central; formalizado TGT entre CNJ, Poder Judiciário, Escola Superior da Magistratura e o Poder Executivo estadual para implantação da primeira Central do país; publicadas portarias conjuntas pelo TJMA que instituíram e expandiram o GT que trata da implantação; Guia de Implementação do Projeto Piloto em fase de finalização.

Audiência de Custódia

- ▶ APEC: em tramitação portaria conjunta entre a SEAP e TJMA para instalação;

- ▶ Mutirão de inserção de dados retroativos das audiências de custódias ocorridas em 2021 e 2022 no Sistema de Audiência de Custódia – Sistac;
- ▶ SISTAC: qualificado o preenchimento a partir de capacitação de servidores, com incidências junto a profissionais da Central de Custódia para ação permanente;
- ▶ Elaborados relatórios analíticos, junto à equipe de engenharia e arquitetura do TJMA, para melhoria dos espaços arquitetônicos das audiências de custódia;
- ▶ Construídos fluxos de encaminhamento em casos de relatos de tortura e maus-tratos e para pessoas em situação de rua para serviço de proteção social;
- ▶ Qualificado o preenchimento do Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional Penitenciária (SIISP) nos atendimentos feitos pela Equipe APEC;
- ▶ Sistematização das informações sobre a rede local de proteção social, a partir do mapeamento realizado pelas equipes do APEC;
- ▶ Criado relatório de prisões e alvarás de soltura a ser preenchido por servidores que atuam na Central de Inquéritos e Custódia de São Luiz;
- ▶ Audiências de custódia presenciais retomadas, seguindo Protocolo de Biossegurança publicado pelo TJMA;
- ▶ Mapeada rede socioassistencial de São Luís para direcionamento de casos atendidos na custódia;
- ▶ Articulação realizada com a Secretaria de Administração Penitenciária para doação de chinelos e camisas aos custodiados da Central de Inquéritos e Custódia de São Luís;
- ▶ Interiorização em andamento em Imperatriz, Timon e Bacabal - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Central de Vagas instituída por meio de resolução conjunta entre TJMA e FUNAC; criado GT para a implantação (SEDIHPOP, FUNAC, TJMA, MPE, DPE);
- ▶ Audiência Concentrada instituída por meio de resolução do TJMA;
- ▶ NAI: criado GT interinstitucional para implantação do NAI, formado por UMF / TJMA, CIJ, DPE, MPE e FUNAC;
- ▶ Publicado decreto que institucionaliza a Comissão Intersetorial do SINASE;
- ▶ Formação realizada pela equipe nacional do Fazendo Justiça sobre o programa de acompanhamento do adolescente pós-medida socioeducativa para atores locais do Estado, com 22 participantes em julho de 2022.

Cidadania

- ▶ Escritórios Sociais: assinado TCT entre CNJ, TJMA e SEAP MA para implantação de Escritórios Sociais no estado; assinado Termo de Adesão do Município de Itapecuru Mirim para abertura do Escritório Social no Município;
- ▶ Lançada Raesp por meio de parceria entre poder judiciário, órgãos do estado e do município e sociedade civil, com elaboração de regimento interno;
- ▶ Ofertadas 28 vagas de cursos superior para pessoas privadas de liberdade (Parceria Kroton).

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 142 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEAP;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ UMF: atualizada portaria para inserção do Conselho Consultivo da Sociedade Civil e readequação da estrutura física para inclusão de divisão voltada ao socioeducativo.



MATO GROSSO

► Proporcionalidade Penal

- Elaborado ACT entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública de MT, o TJMT, o MPMT e a DPMT para instituir, implementar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Alternativas Penais - em tramitação;
- CIAP - implantação em Cuiabá em andamento;

Audiência de Custódia

- Realização do I Ciclo de Diálogos sobre as Audiências de Custódia: 7 anos em Mato Grosso, organizado em seis encontros temáticos com base nos manuais da Coleção Fortalecimento das Audiências de Custódia e demais publicações do Programa Fazendo Justiça;
- Apresentada proposta de curso voltado para servidores do Poder Judiciário com o objetivo de qualificar o preenchimento do SISTAC;
- Reorganizados atendimentos de proteção social pré e pós audiência de custódia no contexto da pandemia na capital;
- Minuta para a atualização e qualificação do provimento que regulamenta o Núcleo de Audiências de Custódia da Capital apresentada à Corregedoria Geral de Justiça - em análise;
- Parceria efetivada pelo Núcleo de Audiências de Custódia com a Politec/SESP para a inclusão de fotos no laudo de exame de corpo de delito;
- Apresentação da proposta do Plano de Interiorização para Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis - cronograma, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- Elaborada minuta de Resolução Conjunta TJMT e SESP/MT para institucionalização da Central de Vagas - em execução;
- Audiências concentradas: em tramitação minuta de portaria apresentada ao TJMT que institucionaliza a metodologia, em diálogo com a CGJ; elaborado plano de ação para implantação;
- NAI: em fase de negociação o atendimento regionalizado em Cuiabá e na região metropolitana de Várzea Grande;
- Programa Pós-Medida: minuta de TCT em andamento;
- Desenvolvido plano de trabalho para acesso de adolescentes em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional; minuta de projeto para realização de cursos em parceria com a UFMT apresentada e em tramitação no TJMT;
- Lançado projeto Tecendo Caminhos, da Associação Elas Existem, fomentando a leitura junto às adolescentes em meio fechado, desenvolvido no CASE Feminino de Cuiabá;
- Projeto Lendo o Mundo: apoio à revisão e planejamento com o GMF e representantes do grupo de pesquisa da UFMT, o para implementação da proposta no sistema socioeducativo;
- Seminário sobre a temática do Tráfico de Drogas como uma das piores formas de trabalho infantil - organização em andamento.
- Apoio na atividade de formação sobre socioeducativo realizada pela ESMAGIS-MT para magistradas, magistrados e servidoras(es) em março de 2022, com 40 participantes.

Cidadania

- Escritórios Sociais em negociação em Rondonópolis, Cáceres, SINOP, Lucas do Rio Verde, Barra do Garças e Primavera do Leste;

- ▶ Processo de inserção produtiva estabelecido no Centro de Ressocialização da Capital – CRC;
- ▶ Concedidas bolsas profissionalizantes para pessoas privadas de liberdade (parceria Kroton);
- ▶ Implantado Fundo Municipal de Políticas Penais em Mirassol d’ Oeste;
- ▶ Elaborado projeto de lei que institui o Fundo Municipal para Políticas Penais em Cuiabá em análise e trâmite junto ao GMF/TJMT, Procuradoria-Geral de Cuiabá e representantes da Câmara de Vereadores;
- ▶ Promulgada lei que criou o Programa Estadual de Reinserção de Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Reinserir);
- ▶ Desenvolvidas estratégias judiciais, via GMF, para fortalecimento da PNAISP: elaborada minuta de portaria que dispõe sobre o fluxo de admissão de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei – em trâmite administrativo no TJMT; curso de qualificação em saúde mental (Webinário “Direito Penal e Saúde Mental: Construindo uma política antimanicomial”); revisão do provimento para instituir o Grupo de Trabalho Interinstitucional “Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei” e a proposta inicial do respectivo Plano de Trabalho; publicada portaria que cria Fluxo de Atenção em Saúde Mental de Pessoas Privadas de Liberdade e em cumprimento de Medidas de Segurança no âmbito do Sistema Penitenciário de Mato Grosso e das RAPS;
- ▶ Implantada a Federação dos Conselhos da Comunidade do Mato Grosso, com estatuto e regimento interno aprovados;
- ▶ Apoio na elaboração do ato normativo que implementará o mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura, conforme procedimento administrativo instaurado perante a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República - MT;
- ▶ Implantados projetos-piloto de integração entre Núcleos de Cidadania da Kroton e Escritórios Sociais.

Identificação e Documentação Civil

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 161 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SAAP
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada
- ▶ Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU



MATO GROSSO DO SUL

▶ Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAP em Campo Grande instalada, com assinatura de TCT entre TJMS, Governo do Estado - AGEPEN e SEJUSP; Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual;
- ▶ Realizados processos formativos entre as Varas competentes e a CIAP;
- ▶ Implantado Grupo Gestor de Alternativas Penais via GME, formado por representantes do judiciário, do sistema de justiça, do Executivo e da academia;
- ▶ Revisada normativa local relativa à monitoração eletrônica, nos termos da Resolução CNJ 412/2021;
- ▶ Instituição de Lei Estadual de Alternativas Penais em tramitação na ALMS.

Audiência de Custódia

- ▶ Provimentos do TJMS publicados para realização das audiências de custódia em até 24h após a comunicação da prisão à autoridade judiciária, inclusive aos finais de semana, feriados e durante o recesso forense;

- ▶ Estruturados plantões semanais na Coordenadoria de Audiências de Custódia da capital com a presença de corpo fixo de servidores;
- ▶ Regulamentado uso de algemas durante audiências de custódia em Campo Grande;
- ▶ Regulamentada audiência de custódia em casos de prisões decorrentes de mandado;
- ▶ Realizada articulação do TJMS junto ao Executivo para designação de médicos peritos para realização de exames cautelares nas AC da capital - concurso público realizado, aguardando nomeação;
- ▶ APEC implementada na Coordenadoria das Audiências de Custódia de Campo Grande, em parceria com a Agência Estadual de Administração Penitenciária – Agepen;
- ▶ Estabelecido fornecimento de insumos aos custodiados antes e/ou após as audiências de custódia - vestuário, produtos de higiene e vale transporte;
- ▶ Interiorização em andamento em Dourados, Jardim e Corumbá - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Publicada resolução conjunta que institui a Central de Vagas, entre SEJUSP e Corregedoria Geral de Justiça do TJMS;
- ▶ Criado GT interinstitucional para implantação do NAI, formado por representante C IJ, Promotoria de Justiça, Defensoria Pública e apoio do programa;
- ▶ Elaborado plano de ação do GMF Socioeducativo para implementação das audiências concentradas;
- ▶ Programa Pós-Medida - Criado GT interinstitucional para implantação, formado por Subsecretaria de Políticas Públicas de Juventude, subordinada à Secretaria de Estado e Cidadania e Cultura (CECID); Coordenadora da CIJ e da COVEMS-GMF e apoio do programa; elaborada minuta de TCT;

Cidadania

- ▶ Escritório Social de Campo Grande implantado;
- ▶ Implementada metodologia pré-egressos em duas unidades prisionais;
- ▶ Implementado provimento que disciplina medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;
- ▶ Fortalecida a rede PNAISP e grupo condutor por meio de articulações, qualificação e ampliação das equipes de saúde prisional e EAP;
- ▶ Estabelecido fluxo de atendimento aos egressos indígenas, articulado ao Escritório Social;
- ▶ Formalizada a parceria do Observatório de Justiça Criminal e Povos Indígenas da APIB junto ao Escritório Social de Campo Grande para suporte especializado aos indígenas egressos do sistema prisional;
- ▶ Disponibilizadas seis bolsas de curso superior a presos egressos (parceria Kroton);
- ▶ Implantada RAESP;
- ▶ Construído plano de trabalho junto ao GMF para inspeções judiciais;
- ▶ Elaborada minuta de TCT entre TJMS, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, Agepen e Conselho da Comunidade para reforma de 14 Unidades de Saúde, via trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas - em tramitação;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade
- ▶ Entrega de 142 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, AGEPEN, UPF e 9ª CJM
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada
- ▶ Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU
- ▶ Curso de formação pela EJUD para Coleta biométrica.
- ▶ Projeto para gratuidade da 2ª via de RG das pessoas presas e egressas;

Transversais

- ▶ GMF: elaborado Plano de Trabalho para campo prisional e socioeducativo
- ▶ Realizadas ações para implementação da Resolução 287/2019 (indígenas) com instituições do Sistema de Justiça, Executivo e sociedade civil;
- ▶ Levantamento de informações sobre indígenas privados de liberdade, tais como documentação, etnia, língua falada entre outros, por iniciativa do GMF prisional e socioeducativo visando implementar a Resolução N° 287 do CNJ;
- ▶ Criado o Comitê Indígena, por meio de portaria publicada pelo TJMS, com a participação do GMF Prisional (CO-VEP) e Socioeducativo (COVEMS), para realizar estudos, orientações e protocolos destinados ao cumprimento das determinações das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n.º 287/2019;
- ▶ Minuta que altera o provimento do TJ sobre intérpretes indígenas e a ampliação do cadastro via parceria com universidades - em tramitação;
- ▶ Revisado sistema de cadastros de perícias para adequação às perícias envolvendo povos indígenas;
- ▶ Implantado na Coordenadoria de Audiências de Custódia do MS fluxo envolvendo os procedimentos para atendimento das pessoas indígenas;
- ▶ Articulações em andamento para adequação de medidas cautelares alternativas à prisão aos costumes, local de residência e tradições da pessoa indígena - pendente consultas às comunidades e levantamento de experiências em justiça criminal.



MINAS GERAIS

Proporcionalidade Penal

- ▶ Em andamento implantação de CIAP com atendimento prévio e posterior na custódia;

Audiência de Custódia

- ▶ Mapeamento nacional das estratégias estaduais de funcionamento da audiência de custódia como subsídio de informação para tomada de decisão local;
- ▶ Avaliação para adequação aos parâmetros arquitetônicos previstos no Manual de Arquitetura em Audiência de Custódia do CNJ - em andamento;
- ▶ Implementado Grupo de Trabalho Audiência de Custódia e Rede de Proteção Social no TJMG;
- ▶ Implementação de APEC em Belo Horizonte e em Patos de Minas em andamento;
- ▶ Aplicado formulário sobre perfil epidemiológico às pessoas autuadas em Belo Horizonte- articulação entre GMF e polícias civis
- ▶ Interiorização em andamento em Patos de Minas e Juiz de Fora - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Implementada Central de Vagas do sistema socioeducativo, por meio de resolução conjunta entre Poder Executivo (Secretaria de Justiça e Segurança Pública), TJMG, MPMG, DPMG e Polícia Civil/MG;
- ▶ Apoio técnico no curso desenvolvido pelo TJMG “Audiências Concentradas e Central de Vagas no Sistema Socioeducativo Mineiro”, realizado em fevereiro de 2022 com 25 magistrados. O evento híbrido teve 1.834 visualizações online.

- ▶ Expansão das Audiências Concentradas para as Comarcas de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba e Muriaé (implementadas) e Ribeirão das Neves (em andamento);
- ▶ Implementação das Audiências Concentradas nas unidades socioeducativas Santa Amélia, São Jerônimo, Planalto, Lindeia e Andradas, com articulações para expansão gradual na capital;
- ▶ Apoio do programa para equipes técnicas das unidades socioeducativas que realizaram audiências concentradas na comarca de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves;
- ▶ Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa (Programa Se Liga) qualificado, com troca de experiências com outras Unidades da Federação;
- ▶ Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) qualificado, com troca de experiências com outras Unidades da Federação.

Cidadania

- ▶ RAESP institucionalizada por meio de assembleia com diversos atores, notadamente do terceiro setor, com formalização de regimento interno;
- ▶ Escritório Social de Alfenas implantado com assinatura de TCT entre CNJ, TJMG e a Prefeitura de Alfenas;
- ▶ Escritórios Sociais em Patos de Minas e Igarapé - articulações em andamento;
- ▶ Comitê de Políticas Penais e Conselho da Comunidade de Patos de Minas - articulações em andamento;
- ▶ Instituídos, por meio de lei, Fundos Municipais de Políticas Penais de Patos de Minas e de Alfenas

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para junho de 2023
- ▶ Entrega de 871 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUSP
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU

**PARÁ**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Elaborada minuta de portaria conjunta entre SEAP, TJPA, DPE e MPE sobre regulamentação da monitoração eletrônica de pessoas no estado, conforme Resolução CNJ 412/21 - em andamento;
- ▶ Implantação da CIAP no município de Marabá em andamento;
- ▶ Elaborada proposta de minuta de TCT das Alternativas Penais, promovendo articulação entre SEAP, TJPA, MPE e DPE - em andamento;
- ▶ Formalização do convênio entre a SEAP e DEPEN para implantação de CIAP em Belém - em andamento;

Audiência de Custódia

- ▶ Apresentação de Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura apresentado ao TJPA, com a presença das Secretarias Estaduais, MPPA, DPE/PA e OAB/PA - em andamento;
- ▶ Reestruturação do ACT de fluxo de atendimento na audiência de custódia - em andamento;
- ▶ APEC inaugurada e institucionalizada, equipamentos, fluxos de atendimentos pré e pós audiência, capacitação remota da equipe, sala adaptada para lactantes e espaço infantil;

- ▶ Atualizado material de apoio sobre tortura e maus-tratos elaborado com base na Resolução CNJ 213/2015, destinado a juízes plantonistas e magistraturas lotadas em comarcas do interior;
- ▶ Interiorização em andamento em Ananindeua, Marabá e Santarém - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Fluxo de atendimento e encaminhamento entre as instituições do NAI em construção;
- ▶ Retomado Grupo de Trabalho sobre Central de Vagas e Programa Pós-Medida formado pela Comissão Sinase;
- ▶ Minuta da normativa da Central de Vagas e minuta de projeto e TCT para Programa Pós Medida em tramitação no TJPA;
- ▶ Elaborada proposta de plano de formação para a Escola Judicial e CEJ do TJPA sobre produtos de conhecimento e atos normativos fomentados pelo Programa Fazendo Justiça - cursos devem acontecer no segundo semestre

Cidadania

- ▶ Escritório Social de Belém inaugurado, articulado junto ao TJPA e SEAP, por meio de Convênio com o Depen; plano de trabalho elaborado
- ▶ Elaborada portaria da SEAP para implantação da metodologia de pré-egressos;
- ▶ Realizadas oficinas temáticas pela coordenação local do programa sobre a metodologia dos Escritórios Sociais com a equipe;
- ▶ Articulação entre GMF, Escritório Social (SEAP) e a Escola Judiciária do TJPA para realização do evento de mobilização de redes (previsão para segundo semestre de 2022)
- ▶ Saúde mental: realizado evento de saúde para juízes, secretarias municipais de saúde, defensoria pública e ministério público, CAPS e residências terapêutica, promovido pela Escola Judicial, fomentado pela vara de execução penal da região metropolitana de Belém; apresentada cartilha dos fluxos para atendimento, encaminhamento e de internação em casos de medida de segurança, elaborado em conjunto com a VEP, SEAP e EAP/SESPA.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para fevereiro de 2023
- ▶ Entrega de 223 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 8ª CJM
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU

Transversais

- ▶ **Publicação da resolução que institui a** Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, plano de formação para implantação do centro de serviço de apoio às vítimas elaborado;
- ▶ Elaborado plano de ação (planejamento) do GMF para ano de 2022.



PARAÍBA

Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAP: apresentado à SEAP plano de trabalho para implantação - em tramitação;
- ▶ Portaria TJPB para GT de Alternativas Penais publicada;

- ▶ Criado GT para implantação da Central Regulação de Vagas estratégia para mapeamento e análise sobre vagas disponíveis na SEAP;
- ▶ Monitoração eletrônica: apresentada à SEAP minuta para contratação de equipe multidisciplinar;
- ▶ Núcleo de Justiça Restaurativa implantado no TJPB (Projeto Rede Justiça Restaurativa), institucionalizada por resolução

Audiência de Custódia

- ▶ APEC: firmado ACT para implantação da equipe entre Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social, Secretaria do Desenvolvimento Humano, Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, para além do Núcleo de Custódia da Comarca da Capital;
- ▶ Interiorização em andamento em Bayeux, Campina Grande e Patos - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Elaborada minuta de projeto de lei para a implantação da Central de Vagas - em tramitação;
- ▶ Ato normativo que institui a Comissão e Plano de Trabalho para implantação dos Núcleos de Atendimento Integrado ao Adolescente na Paraíba - e m tramitação;
- ▶ Projeto Rede Justiça Restaurativa: encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- ▶ Publicada Resolução TJPB que institui as audiências concentradas, com articulação para troca de experiências com outras Unidades da Federação.

Cidadania

- ▶ Escritório Social - tratativas para implantação em Sousa e Patos - em andamento;
- ▶ Plano Estadual de Trabalho de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário finalizado, por meio de articulação com GMF e SEAP e consultoria do Depen - aguarda publicação no Diário Oficial;
- ▶ Saúde Mental: TCT em tramitação no TJ entre as instituições componentes do GT de Saúde Mental do GMF para Implantação de Núcleo de Analistas Judiciários no TJ para atendimento integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;
- ▶ Tratativas realizadas com MPT/PB para qualificação profissional e empregabilidade das pessoas egressas do sistema prisional;
- ▶ Realizado webinar "Um pouco de Loucura", em parceria com UFCG sobre Saúde Mental no Sistema Prisional para atores do SGD;
- ▶ Resolução do Plano Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei publicada por meio da Comissão Intergestores Bipartite (SES e GMF/RJPA)

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade
- ▶ Entrega de 225 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEAP
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU

Transversais

- ▶ GMF - novo espaço físico do GMF e contratação de equipe técnica; reformulado planejamento anual; normativa que instituiu o GMF atualizada



PARANÁ

Proporcionalidade Penal

- ▶ Minuta de portaria apresentada à VEP pelo GT de Alternativas Penais que resultou na computação de horas do cumprimento de alternativas penais aplicadas durante período da pandemia, conforme Recomendação CNJ N. 62;
- ▶ CIAP: assinado protocolo de intenções entre TJPR, SESP e SEJUF e elaboração de proposta técnica para implantação em Curitiba;
- ▶ Apresentada e aprovada minuta para TCT e Plano de Trabalho para implantação da CIAP e instituição do Comitê Gestor de Alternativas Penais- aguardando composição de quadro de recursos humanos da CIAP para assinatura de parceria;
- ▶ Instituído GT interdisciplinar de alternativas penais integrado pelas equipes técnicas da VEP Curitiba, MPPR, TJPR e DPEPR
- ▶ Minuta de Resolução articulada para instituição de Coordenação Estadual da Política de Alternativas Penais;
- ▶ Apresentada ao GMF, MPPR, DPE e Depen minuta de Instrução Normativa Conjunta para implementação do Comitê de Políticas Penais - em análise para possível projeto de lei.

Audiência de Custódia

- ▶ Incluídas no sistema Projudi abas para relatórios dos atendimentos do APEC e campo “nome social”;
- ▶ Institucionalizado fornecimento de refeição, chinelos, transporte público e agasalhos para as pessoas custodiadas;
- ▶ Implementado Comitê Interinstitucional sobre audiência de custódia (GMF, Presidência TJPR, CJG, PC, DEPEN, MPPR, DPPR);
- ▶ Projeto de nova central integrada de audiência de custódia em andamento no TJ;
- ▶ Central de Audiência de Custódia estruturada e institucionalizada junto a vara unificada de execução penal de Curitiba;
- ▶ Encerrado o rodízio de magistrados(as) nas audiências de custódia, com designação de magistratura destinada;
- ▶ Capacitada pela magistratura local a assessoria unificada da VEP – CAC para criação de “pasta de modelos” de tomada de decisão com os manuais do CNJ;
- ▶ Elaborada Resolução Conjunta (Presidência TJPR – CGJ) para realização de audiências de custódia de prisão por mandado pelos juízos expedidores dos mandados;
- ▶ Retomada das audiências de custódia de forma presencial e retorno das audiências de custódia no plantão judiciário;
- ▶ Realizado pela EJUD curso de capacitação de magistrados em alternativas penais e equipe APEC/CEMSU;
- ▶ Interiorização em andamento em São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Desenvolvimento de iniciativas no âmbito das audiências concentradas nas comarcas de Londrina, Foz, Toledo, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão e Santo Antonio da Platina e elaboração de instrução normativa;
- ▶ Instituído GT de Educação na Socioeducação para discussão de ações de profissionalização e aprendizagem, bem como das ações de leitura;
- ▶ Publicada lei que institui a Central de Vagas das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná - estado piloto para monitoramento de implementação e produção de dados;

- ▶ Elaborada minuta de instrução normativa para fluxo inicial de atendimento no Estado do Paraná.

Cidadania

- ▶ Publicada normativa para contratação de presos e egressos pelo TJPR;
- ▶ Instituído GT com MPT para tratar das ações de geração de trabalho e renda no sistema prisional;
- ▶ Instituído plano de trabalho e GT Saúde e Saúde Mental no Sistema Prisional - TJPR, MPPR, DPE, DEPPEN, SESA, FECCOMPAR, Pastoral Carcerária, UFPR;
- ▶ PNAISP: elaborado formulário para diagnóstico de atenção à saúde dentro do sistema prisional e apresentado ao GT de Saúde - em preenchimento;
- ▶ Minuta de portaria de GT Estadual de Atenção Integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei apresentada ao GT de Acompanhamento do Complexo Médico Penal - em tramitação;
- ▶ Elaborada minuta de Resolução para instituição de Coordenação Estadual da Política de Atenção à Pessoa Egressa e seus Familiares;
- ▶ Proposta para readequação do Escritório Social apresentada ao DEPEN, FECCOMPAR e ao Conselho da Comunidade de Curitiba - em discussão;
- ▶ Instituído plano de trabalho e GT para implementação da Resolução CNJ 287/2019, sobre tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para maio de 2023;
- ▶ Entrega de 294 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, Depen, UPF e 5ª CJM;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ GMF: elaborada minuta para Regimento Interno;
- ▶ Vítimas: criado GT para estruturação da Política Institucional Estadual de Atenção à Vítimas de crimes e atos infracionais; elaborado pela Presidência do Tribunal e pelo GMF plano de trabalho para instalação de Centros Especializados - apresentado ao DMF/CNJ, em implementação;
- ▶ Instituído GT e plano de trabalho para implementação da Resolução 348/2020 (tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo).



PERNAMBUCO

Proporcionalidade Penal

- ▶ Criado Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais, formado por Judiciário, Sistema de Justiça, Executivo e Sociedade Civil, com apoio do programa;
- ▶ Publicada lei que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade (Lei nº 17.912, de 18 de Agosto de 2022);
- ▶ Realizado diagnóstico sobre temas de interesse de servidores do TJ para planejamento de formação continuada no campo das alternativas penais;
- ▶ Realizados dois webinários em alternativas penais em parceria com a Esmape para 200 pessoas;

- ▶ Elaboração de nota técnica comparativa entre a normativa estadual (IN 15/2017) que regulamenta o serviço de monitoração eletrônica no estado e a Resolução CNJ 412, apresentada ao TJ para subsidiar gestores na qualificação do serviço;
- ▶ Contratação de Equipe Multidisciplinar para Central de Monitoração Eletrônica nos termos da Resolução CNJ 412- e m tramitação, com previsão para início de 2023.

Audiência de Custódia

- ▶ Instituída a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, a partir de Incidência com GT de Saúde Mental;
- ▶ Lançado serviço APEC pós- audiência de custódia;
- ▶ Fomento à criação de banco de laudos do IML para audiência de custódia;
- ▶ Implementado fluxo para envio de laudos periciais antes da realização das audiências de custódia;
- ▶ SISTAC: preenchimento qualificado na capital;
- ▶ “Implantação do serviço APEC pré-audiência junto ao Governo Estadual – em andamento;
- ▶ Elaborado Relatório Analítico do Espaço Arquitetônico das Audiências de Custódia;
- ▶ Interiorização em andamento em Guararapes, Caruaru e Petrolina - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Central de Vagas institucionalizada com GT e publicação de Portaria Interinstitucional - estado piloto para monitoramento de implementação e produção de dados pelo CNJ;
- ▶ Minuta de normativa apresentada ao J udiário para cotas de aprendizagem para adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas - em andamento;
- ▶ Realizada articulação junto a Comissão Intersetorial Estadual do Sinase para implementação das ações do socioeducativo;
- ▶ NAI: realizadas articulações para fortalecimento de atendimento já existente na capital: formalização do seu funcionamento, qualificação de fluxos de atendimento e expansão para interior do estado.

Cidadania

- ▶ Escritório Social: implantado em Caruaru; em negociação em Olinda;
- ▶ Fundo Municipal de Políticas Penais criado em Caruaru;
- ▶ Conselho da Comunidade implantado no Recife;
- ▶ Conselhos Regionais da Comunidade implantados n a 1ª Vara de Execução Penal de PE (Igarassu, Abreu e Lima e Itamaracá) e n a 3ª Vara de Execução Penal (Caruaru e região);
- ▶ Formalizado GT de Saúde Mental para a instituição de Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, por meio de Portaria Conjunta assinada por TJ, DPE e MPE;
- ▶ Realizado pela Esmape, em parceria com GMF, Escola Superior do MP e apoio do programa, webinar sobre Saúde Mental: política estadual de atenção integral à pessoa em transtorno mental e em conflito com a lei de PE (PAT-PE);
- ▶ Instituído Grupo Intersetorial para implantação do plano estadual da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, liderado pelo GMF e MPT;
- ▶ Apresentada à Presidência do TJPE e ao GMF minuta de normativa sobre cotas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional nos moldes da Resolução CNJ 307/2019 - em tramitação;
- ▶ Articulação realizada com o IFPE para construção de portfólio de cursos a serem ofertados pelo Instituto para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022
- ▶ Entrega de 118 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SERES e 7ª CJM
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU

Transversais

- ▶ GMF: instituído espaço físico; elaborado planejamento anual; atualizada normativa que institui o GMF, de modo a contemplar a Câmara Técnica de Políticas Penais e a Câmara Técnica de Políticas Socioeducativas;
- ▶ Instituída, por meio de normativa própria, a coordenadoria criminal do TJ/PE;
- ▶ Aplicação de formulário para diagnóstico acerca dos/as indígenas autodeclarados/as e listados no SEEU que estão privados de liberdade para acompanhamento do cumprimento da Resolução 287/2019 - em andamento
- ▶ Aplicação de formulário para diagnóstico acerca da população LGBTQIA+ em privação de liberdade, com o objetivo de subsidiar as diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, em conformidade com a Resolução 348/2020-CNJ - em andamento.

**PIAUI**

Proporcionalidade Penal

- ▶ Apresentada proposta para implantação do Comitê de Alternativas Penais ao TJPI;
- ▶ CIAP: incidências em andamento para uniformizar procedimentos e expandir para o interior;
- ▶ Articulação realizada com EJUD, TJPI e CIAP para oferta de quatro cursos formativos sobre temáticas estruturantes no campo das alternativas penais – em andamento;
- ▶ Apresentada ao GMF uma proposta de regulamentação local da monitoração eletrônica, nos termos da Resolução CNJ N° 412/21;
- ▶ Criado órgão de macrogestão da Justiça Restaurativa e o núcleo de execução de práticas restaurativas a partir da participação do TJPI no Projeto Rede Justiça Restaurativa;

Audiência de Custódia

- ▶ SISTAC: incidência realizada para retomada do preenchimento;
- ▶ Acompanhamento da implantação e participação do Tribunal no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, em sintonia com a Resolução 425/2021 do CNJ;
- ▶ Articulação realizada para participação da equipe de proteção social em atividades formativas sobre o tema HIV/AIDS no âmbito do Programa.
- ▶ Capacitação realizada pela Escola do Judiciário do Piauí sobre violência doméstica com atores envolvidos nas audiências de custódia
- ▶ Apoio ao plano de intervenções e combate à violência doméstica no âmbito do Judiciário local, em implementação;
- ▶ Realizado encontro de servidores de três estados (Piauí, Ceará e Minas Gerais) para trocas de experiências sobre o tema da violência doméstica;
- ▶ Interiorização em andamento em Floriano, Parnaíba e Picos - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Cidadania

- ▶ Escritório Social estruturado: integração entre equipe da VEP e nova equipe contratada pela SEJUS, ampliação do atendimento por meio de uma segunda sede, atividades formativas locais, expansão da equipe, mapeamento e mobilização da rede para atendimento à pessoa egressa, desenvolvimento de metodologia de pré-egressos;
- ▶ Instituído GT para a discussão da Resolução CNJ 391/2021 (remição) e expansão da oferta do projeto Leitura Livre nas unidades prisionais.
- ▶ Disponibilizadas três bolsas de estudo para pessoas egressas para a formação no curso de logística (parceria Kroton);

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade
- ▶ Entrega de 90 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUS;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada;
- ▶ Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- ▶ Celebração de TCT entre Arpen e SEJUS para o acesso ao CRC Jud para pesquisa e emissão de certidão de nascimento;
- ▶ Realização de reunião formativa para as equipes psicossociais de 17 unidades prisionais para apresentação do fluxo de emissão de CPF para as pessoas privadas de liberdade.

Socioeducativo

- ▶ Criado GT interno do TJPI para o estudo e formulação de propostas no âmbito de medidas socioeducativas;
- ▶ Criado GT para discussão e implantação do NAI;
- ▶ Aprovada pelo TJPI minuta de normativa para instituição da Central de vagas no sistema socioeducativo - em tramitação;
- ▶ Audiências concentradas implementadas e regulamentadas;
- ▶ Elaborado, em apoio à CEJII, projeto de curso de formação e atualização sobre a Lei do Sinase e o atendimento socioeducativo;
- ▶ Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- ▶ Mapeamento local das iniciativas de aprendizagem e profissionalização e de programas e ações de incentivo à leitura executada pela CEJII com apoio do programa para desenvolver o Plano Estadual de Aprendizagem e Profissionalização e de Projetos de Leitura;

Transversais

- ▶ P protocolo e fluxo de apuração de casos de tortura nas audiências de custódia e nas unidades prisionais - em pactuação.



RIO DE JANEIRO

Proporcionalidade Penal

- ▶ CAPMA: seleção da OSC para qualificação das equipes técnicas em andamento;
- ▶ Em andamento construção da rede de proteção em alternativas penais no Rio de Janeiro, em articulação com Secretaria Municipal de Assistência Social;

Audiência de Custódia

- ▶ Implementação do preenchimento do SISTAC em todo o estado;
- ▶ Disponibilizados laudos eletrônicos de exames cautelares no momento anterior à audiência, com permanência de perito do IML presencialmente na CEAC da capital, todos os dias da semana, além de realização de exames complementares, se necessário;
- ▶ Equipe APEC do TJRJ fortalecida e ampliada, pré e pós audiências de custódia, bem como ação de adaptação de espaço físico;
- ▶ Retomadas audiências presenciais com medidas de prevenção e combate à COVID-19;
- ▶ Capacitação dos magistrados e demais profissionais do Sistema de Justiça com relação à prevenção e combate à Tortura, em parceria com a EMERJ;
- ▶ Celebrado ACT entre TJRJ, UERJ, UFRJ (Faculdades de Psicologia) e a SEAP para implantação do atendimento prévio às audiências de custódia, com atuação da Residência Multiprofissional do Instituto de Psiquiatria (IPUB) em apoio ao atendimento pré e pós;
- ▶ Criação de Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura (TJRJ, MPRJ, DPRJ, SEAP) - em andamento;
- ▶ Efetivado fluxo para disponibilização de teste de gravidez antes da realização das audiências de custódia, bem como identificação do registro civil de filhos com até 12 anos de idade de mães privadas de liberdade;
- ▶ Fluxo aprimorado na garantia de audiência em caso de pessoa hospitalizada com alta;
- ▶ Capacitação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde voltada para policiais penais que atuam nas audiências de custódia sobre a atuação do serviço APEC, bem como sobre medidas de prevenção e combate à COVID-19, com disponibilização de testes pelo município do RJ;
- ▶ Realizada articulação entre o TJRJ e UFRJ (Faculdade de Gastronomia) para encaminhamento de mulheres em liberdade provisória para curso de extensão;
- ▶ Interiorização em andamento em Campos dos Goytacazes e Volta Redonda - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Central de Vagas implantada por meio de resolução conjunta entre TJRJ e Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) - Secretaria Estadual de Educação;
- ▶ Audiências concentradas: articulação institucional em andamento junto à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE/TJRJ, com Defensoria Pública e Ministério Público para retomada e qualificação metodológica;
- ▶ NAI: em andamento processo de implantação, por meio de apoio técnico ao GMF;
- ▶ - Programa Pós-Medida: aproximação realizada com o Degase para alinhamento metodológico.

Cidadania

- ▶ Escritório Social inaugurado em Niterói; em andamento tratativas para novas unidades no Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes (previsão de inauguração em setembro de 22) e Cabo Frio, Mesquita e São Gonçalo (em andamento);
- ▶ Em andamento tratativas para execução de convênio federal visando a implementação de Escritório Social no Patronato/RJ;
- ▶ RAESP: difusão da metodologia para novas unidades da federação; criado fluxo para adesão de novos membros;
- ▶ Articulação institucional entre GME, VEP e MP para reativação do Conselho da Comunidade - em andamento.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade
- ▶ Entrega de 53 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 1ª CJM;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada na Justiça Federal e no interior; aguardando na capital;
- ▶ Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais.



RIO GRANDE DO NORTE

Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAP: em andamento tratativas para execução de convênio federal para implantação em Natal;
- ▶ Justiça Restaurativa: constituído órgão de macrogestão e plano de ação, com designação de equipe técnica para atuação do Núcleo de Justiça Restaurativa (Projeto Rede Justiça Restaurativa); projeto piloto do TJRN para execução da metodologia dos círculos de construção de paz com pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas;

Audiência de Custódia

- ▶ APEC: treinamento de novos servidores pela equipe local do programa;
- ▶ Fluxos de trabalho implementados na Secretaria da audiência custódia para registros de dados em sistemas e produção de relatórios;
- ▶ Fluxos das Secretarias das varas de audiência de custódia (Mossoró e Pau dos Ferros) qualificados;
- ▶ Realizadas quatro versões do curso de difusão da Plataforma Online de amplitude nacional para registro da análise do APF para os servidores do Tribunal;
- ▶ Ciclo de debates realizados entre as escolas de magistratura do TJRN e TJAC;
- ▶ “Qualificação dos Exames Cautelares e Exames de Corpo Delito realizados Instituto Técnico-científico de Perícia;
- ▶ Realizados três círculos de diálogo com atores estratégicos, incluindo Ministério Público, Defensoria Pública e Corregedoria de Polícia, para aperfeiçoamento do combate à tortura;
- ▶ Realizado diagnóstico de fluxos de combate à tortura das organizações integrantes do GT de prevenção e combate à tortura, no intuito de qualificar os procedimentos interinstitucionais necessários;
- ▶ Fornecimento de insumos e projeto de suporte a familiares de pessoas custodiadas que acessam a Central de Flagrantes do Polo Natal implementado por meio do Programa Novos Rumos (Poder Judiciário), em parceria com o Serviço De Assistência Rural e Urbano (organização civil)
- ▶ Interiorização em andamento em Mossoró e Pau dos Ferros - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Cidadania

- ▶ Escritórios Sociais: implantadas sete unidades em Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará- Mirim, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros, com consolidação e qualificação da metodologia de atendimento; implantação em São Gonçalo do Amarante em negociação;
- ▶ Governança estadual da Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional em construção (GMF e SEAP);
- ▶ Metodologia de atendimento de pré-egresso em implementação por meio de articulação interinstitucional entre GMF, SEAP, e Escritório Social/Pau dos Ferros;
- ▶ Conselho da Comunidade em Mossoró reestruturado; planejamento em andamento para constituição ou reestruturação nos municípios de Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará- Mirim, Caicó e Pau dos Ferros;
- ▶ Lançamento do Fórum Estadual de Promoção de Emprego, Renda e Empreendedorismo para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional em preparação - previsto para outubro 2022, por meio de articulação entre GMF, VEP Mossoró, Conselho da Comunidade de Mossoró, Sistema S e FIERN;
- ▶ Trabalho: publicada política de cotas para pessoas presas e egressas pelo Poder Executivo estadual e municípios de Mossoró e Pau dos Ferros; em andamento articulação para normativa para políticas de cotas nos municípios de Parnamirim, Ceará Mirim, Caicó e Pau dos Ferros; construção do fluxo de encaminhamento de pessoas egressas;
- ▶ Fundo Municipal de Políticas Penais: lei publicada em Mossoró e Pau dos Ferros; em andamento articulação para lei nos municípios de Parnamirim, Natal, Pau dos Ferros, Caicó e Ceará- Mirim;
- ▶ Institucionalizada remição de pena pelas práticas sociais e educativas, conforme Resolução CNJ 391/2021 do CNJ, em todas as Varas de Execução Penal do TJ/RN.
- ▶ Publicada portaria GMF para instituição de GT intersetorial voltado a prevenção e combate a tortura, formado por integrantes do Judiciário, Sistema de Justiça e Executivo;
- ▶ Saúde: fortalecimento da PNAISP; reestruturação do grupo condutor; proposição de estratégias de atenção integral a pessoas com transtorno mental em conflito com lei;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para dezembro de 2022
- ▶ Entrega de 32 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e UPF
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- ▶ Celebrado TCT entre Arpen local e SEAP para o acesso ao CRC Jud – emissão de certidão de nascimento.

Socioeducativo

- ▶ Formalizado GT para a criação do Programa Estadual de Pós-MSE;
- ▶ Atualizada normativa de Central de Vagas;
- ▶ Audiências concentradas implementadas em Natal com regularidade trimestral, expansão para Caicó e plano de trabalho para implantação em Mossoró e Parnamirim;
- ▶ Criado GT para implementação do NAI;
- ▶ Formado GT sobre Saúde Mental no Sistema Socioeducativo;
- ▶ Projeto Rede Justiça Restaurativa: participação com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo.
- ▶ Curso realizado pela equipe nacional do programa para formação dos atores locais do Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça do RN sobre os critérios objetivos da Central de Vagas em março de 2022, com 8 participantes.

Transversais

- ▶ GMF: normativa de constituição atualizada com constituição de equipe técnica interdisciplinar; regimento interno em elaboração; apoio na construção do planejamento estratégico do GMF; alinhamento metodológico com a equipe integrada ao GMF;
- ▶ Em andamento plano de ação da Política Judiciária de Atenção e apoio às Vítimas de Crimes e atos infracionais;
- ▶ Apoio nas ações estratégicas de implantação da Resolução 425/2021 do CNJ.



RIO GRANDE DO SUL

Proporcionalidade Penal

Alternativas Penais

- ▶ Em andamento execução do TC firmado entre TJRS e SJSPS/SUSEPE para implementação e manutenção das CIAPs Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Pelotas, com convênio via Depen para qualificação e aparelhamento dos equipamentos

Audiência de Custódia

- ▶ NUGESP: revisada minuta do TJRS com regimento interno; realizada formação pela Escola do Serviço Penitenciário para servidores (as) designados (as); apoio técnico a SJSPS/SUSEPE para implementação de equipe APEC e definição de fluxos internos de atendimentos pré e pós audiências de custódia;
- ▶ Realizado diagnóstico técnico das Varas de Execução Criminal das comarcas de Novo Hamburgo, Pelotas e Passo Fundo para proposta de Projeto Piloto de fortalecimento das Audiências de Custódia no interior do estado;
- ▶ Desenvolvidos projetos pilotos de Atendimento à Pessoa Custodiada e realização de audiências de custódia no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e Cadeia Pública de Porto Alegre;
- ▶ Interiorização em andamento em Passo Fundo e Pelotas - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Cidadania

- ▶ Institucionalização do Conselho da Comunidade em Porto Alegre;
- ▶ Raesp: articulação em andamento entre GMF, sociedade civil, Poder Executivo, Federação dos Conselhos da Comunidade e Conselho Penitenciário para implementação em Porto Alegre;
- ▶ Celebrado TCT para implementação, acompanhamento e avaliação da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciárias, criando condições para a implementação de Escritório(s) Social(is) no estado - articulações em andamento;
- ▶ Em andamento elaboração de plano de trabalho, via SJSPS/Susepe, para viabilizar implantação de Escritório Social em Porto Alegre por chamamento público;
- ▶ PNAISP - articulação em andamento com Secretaria de Saúde, GMF e VEPMA para fortalecimento de ações locais;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para maio de 2023;
- ▶ Entrega de 324 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SJSPS e 3ª CJM.

Socioeducativo

- ▶ Central de Vagas em implementação por meio de articulação entre TJRS e Poder Executivo;
- ▶ Audiência concentrada: iniciada implementação do projeto piloto nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Porto Alegre;
- ▶ Troca de experiências realizada com outras unidades da federação para qualificar o Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACA).



RONDÔNIA

Proporcionalidade Penal

- ▶ CIAP: implantação em Porto Velho e Ji-Paraná em andamento com apoio à SEJUS;
- ▶ Comitê Gestor de Alternativas Penais implementado por meio de TCT firmado entre TJRO, DPE/RO, MPE/RO e SEJUS;
- ▶ Em tramitação minuta de decreto estadual para implementação da Política Estadual de Alternativas Penais;
- ▶ Justiça Restaurativa: instalado Núcleo de Justiça Restaurativa no TJRO (Projeto Rede Justiça Restaurativa) com designação de equipe mínima; aprovado ato normativo que cria e regulamenta a Coordenadoria de Justiça Restaurativa, órgão gestor da JR no Tribunal;
- ▶ - Monitoração eletrônica: em andamento formulação de ato normativo para a Política Estadual de Monitoração Eletrônica, nos termos da Resolução CNJ 412/2021 a partir de articulação com Poder Executivo e TJRO/GMF; celebrado convênio federal entre Depen e SEJUS;

Audiência de Custódia

- ▶ Criado GT de Implantação do Protocolo de Istambul (Manual de Investigação e Documentação Eficaz da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas), formado por pelas instituições do sistema de justiça estadual, academia e sociedade civil;
- ▶ Realizado monitoramento das cautelas previstas na Resolução CNJ 357/2020 para orientação das audiências de custódia no contexto de Covid-19, com apoio do TJ;
- ▶ Preenchimento do SISTAC aprimorado;
- ▶ Abertos editais para a contratação de OSC para execução do Serviço APEC no município de Porto Velho/RO, em andamento;
- ▶ Interiorização em andamento em Ji-Paraná - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Cidadania

- ▶ Escritório Social: implantação em Porto Velho em negociação;
- ▶ Realizada articulação com TJRO, SEJUS e sociedade civil para acompanhamento das violações identificadas e tratamento de denúncias, nos termos do Protocolo de Istambul; fluxo de encaminhamento de denúncias de tortura e violações no âmbito da execução penal - em andamento;
- ▶ Elaborado chamamento público para contratação de OSC para o Escritório Social;
- ▶ Fomento à ampliação e implementação da PNAISP no Estado por meio de articulação entre SEJUS/RO, Secretarias de municipais de saúde e DPE/RO -, aguardando implementação;
- ▶ Articulação realizada junto à Gerência de Ressocialização Social da SEJUS para fomento à leitura no cárcere (Resolução CNJ 391/2021), para universalização e considerando recortes de gênero, raça, pessoas com deficiência e outras interseccionalidades;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para abril de 2023;
- ▶ Entrega de 113 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEJUS e UPF;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Socioeducativo

- ▶ Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo.
- ▶ Central de vagas, NAI e audiências concentradas: diálogos iniciais com atores competentes sobre implantação dos serviços;
- ▶ Fomento a projeto local de incentivo a leitura no socioeducativo conduzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Audre Lord -GEPEA, vinculado à UNIR;

Transversais

- ▶ GMF - publicadas normativas pelo TJ para reestruturação e regulamentação de equipe de apoio multiprofissional; elaborado plano de gestão 2022/2023;
- ▶ Apoio técnico ao Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, População LGBTQIA+ e grupos específicos - análise e contribuições ao plano de atenção; contribuições a ferramentas de monitoramento e diálogos com sociedade civil - ação realizada em parceria com o NUAMSP/SEJUS;



RORAIMA

Proporcionalidade Penal

- ▶ Alternativas penais: CIAP implantada em Boa Vista; apresentada minuta de TCT a ser firmado entre TJ/RR; Secretária de Justiça e Cidadania; MPE e DPE para regulamentar as alternativas penais conforme Política Nacional (Resolução CNJ 288/2019) - aguardando publicação;
- ▶ Definidas diretrizes e metodologias para reorganização dos serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada e Alternativas Penais por meio de portaria publicada pelo TJRR;
- ▶ Realizada capacitação técnica pela coordenação estadual com apoio da Vepema com todas as equipes multidisciplinares dos serviços CIAP, APEC, CME e ES sobre metodologias e interface entre os serviços;
- ▶ Articulações para Projeto de Lei de Alternativas Penais no âmbito do Poder Executivo e para construção de Comitê de Políticas Penais - em andamento;
- ▶ Articulação para construção de Comitê de Políticas Penais;
- ▶ Justiça restaurativa: institucionalizado órgão de macrogestão e elaborado Plano de Ação 2021/2022 da Unidade de Justiça Restaurativa (UNIJUR) do TJRR (Projeto Rede Justiça Restaurativa); nomeada equipe mínima por meio de articulação junto ao TJ;

Audiência de Custódia

- ▶ Tortura: realizado curso para peritos do IML sobre Protocolo de Istambul (Manual de Investigação e Documentação Eficaz da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas);
- ▶ Articulação para construção do do GT Interinstitucional de Enfrentamento a Tortura para publicação de Protocolo Estadual;
- ▶ Realizado workshop sobre Combate à Tortura no âmbito das audiências de custódia em parceria com a Escola do Poder Judiciário de Roraima (EJURR) e com a APT;
- ▶ Realizado alinhamento com NUPAC e IML para disponibilização dos laudos, via Projudi, antes das audiências de custódia;

- ▶ Realizado levantamento estadual pelo GMF sobre a situação das audiências de custódia em todas as Comarcas, no intuito de conhecer e identificar os desafios das comarcas do interior, bem como as boas práticas;
- ▶ Mapeamento da Rede de Proteção Social no estado do Roraima, no intuito de ampliar a rede que atua diretamente com custodiados;
- ▶ Audiências de custódia presenciais retomadas com apoio técnico para criação de protocolo de biossegurança;
- ▶ Interiorização em andamento em Rorainópolis e Pacaraima - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Socioeducativo

- ▶ Central de vagas instituída por meio de ato normativo estadual;
- ▶ Audiência concentradas regulamentadas por meio de provimento do TJRR; ações de qualificação por meio de parceria entre TJ/RR e o Centro Socioeducativo do Estado em andamento: revisão dos instrumentais do TJ para realização das audiências;
- ▶ Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- ▶ Programa pós-medida: articulação e sensibilização com DPE, MPE e Prefeitura de Boa Vista. para instituição do programa.

Cidadania

- ▶ Escritório Social: realizada reestruturação física e de equipe; parceria com Escola do Legislativo para cursos profissionalizantes voltados ao público de pré egressos do sistema prisional e familiares; articulação para celebração de convênio federal entre DEPEN e SEJUC para implantação de novo Escritório Social (Boa Vista);
- ▶ Realizada articulação com GMF e VEP para aplicação da Lei 10216/21 referente ao tratamento de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 21 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUC;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada;
- ▶ Iniciada identificação civil nas unidades prisionais
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ GMF reestruturado com criação de equipe multiprofissional e inclusão de magistrado da área da Infância e Juventude; plano de trabalho elaborado.



SANTA CATARINA

Proporcionalidade Penal

Audiência de Custódia

- ▶ Hospedadas no site do TJSC publicações da Coleção Fortalecimento das Audiências de Custódia, com divulgação para magistrados e CPMS;
- ▶ Preenchimento do SISTAC qualificado por meio de incidências com GMF, resultando em acompanhamento mensal do preenchimento e produção de relatório periódico e criação, em todas as comarcas do estado, de senhas e logins;

Socioeducativo

- ▶ Audiências concentradas - projeto para implantação em elaboração;
- ▶ Central de vagas: implantado GT para revisão da normativa; articulação realizada para troca de experiências com outras unidades da federação; realizado projeto piloto de monitoração dados para analisar política, por iniciativa do CNJ;

Cidadania

- ▶ Escritório Social: iniciado processo para implantação em Joinville;
- ▶ Articulações iniciadas com MPT para regularização de cotas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional nos moldes da Resolução CNJ 307/2019 e Decreto Federal 9.450/2018;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para junho de 2023;
- ▶ Entrega de 164 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SAP;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ Divulgação da Resolução CNJ n. 348/2020 referente à população LGBTQIA+ privada de liberdade e Manual correspondente, publicado no site do TJSC.



SERGIPE

Proporcionalidade Penal

- ▶ Instalado posto da Central de Monitoramento Eletrônico (CEMEP) no fórum onde são realizadas as Audiências de Custódia;
- ▶ Publicada Portaria Conjunta (TJSE e SEJUC) sobre regulamentação da monitoração eletrônica de pessoas no estado, conforme Resolução CNJ 412/21;
- ▶ Publicada Portaria Conjunta (TJSE e SEJUC) que disciplina procedimentos e atividades da CIAP;
- ▶ Fluxos de trabalho alinhados entre as Varas Criminais de Nossa Senhora do Socorro, o município e a CIAP;
- ▶ - Elaborado projeto para ampliação do atendimento da CIAP a homens autores de violência doméstica de outras comarcas do interior, por meio de cooperação entre SEJUC e SEIAS, com apoio do GMF e Coordenadoria da Mulher do TJSE - em tramitação para assinatura do TCT;
- ▶ Comitê Gestor de Alternativas Penais - articulações junto a TJ, MP, DPE, OAB/SE, SEJUC, Prefeituras de Nossa Senhora do Socorro e Aracaju para implantação - em andamento;

Audiência de Custódia

- ▶ Apresentado à Coordenação da CIAP o projeto para obtenção de insumos emergenciais no âmbito do serviço APEC, no intuito que o órgão submeta ao edital das prestações pecuniárias da vara de Nossa Senhora do Socorro (em andamento);
- ▶ Realizado “Ciclo de Webinários: Audiências de Custódia” em parceria com a EJUSE, para disseminação do conteúdo dos manuais e apresentação dos avanços na qualificação das audiências de custódia no estado;
- ▶ Publicada Portaria N° 78/2020, que dispõe sobre a realização das Audiências de Custódia para todo estado e que disciplina a presença da equipe psicossocial nas audiências e a condução da audiência por um juiz fixo, durante os dias úteis;
- ▶ Publicada Portaria Normativa N° 06/2021, que dispõe sobre a realização de audiências de custódia no estado, atendendo à decisão liminar na RCL 29.3030 do STF, que trata da obrigatoriedade da audiência de custódia para as prisões por mandado judicial;
- ▶ Retomada das audiências de custódia presenciais cumprindo as medidas de biossegurança de acordo com a Portaria Conjunta n° 62/2020 GPI;
- ▶ Interiorização em andamento em Nossa Senhora do Socorro, Lagarto e Estância - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

Cidadania

- ▶ Escritório Social implementado em Aracaju e apoio para ampliação via convênio com DEPEN;
- ▶ Instituído, por meio de portaria normativa, GT Interinstitucional sobre Atendimento e Atenção Integral ao Paciente Judiciário e à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, abrangendo audiências de custódia e processos de desinstitucionalização;
- ▶ Atualizados fluxos da Unidade de Custódia Psiquiátrica – UCP com foco na desinstitucionalização e na integração com a Rede de Atenção Psicossocial, com adoção de recomendação ministerial voltada à qualificação do acompanhamento das pessoas em medida de segurança e implementação de projetos terapêuticos singulares;
- ▶ Implementado, por meio de lei estadual, Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura;
- ▶ Tortura: em andamento adoção de protocolo interinstitucional e assinatura de termo de cooperação entre o sistema de justiça, Poder Executivo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura para acompanhamento dos casos de alegação de tortura e maus tratos no contexto das audiências de custódia e no sistema prisional;
- ▶ RAESP: em andamento mobilização de organizações e coletivos locais para institucionalização;

- ▶ Em andamento articulação entre MPT, SEJUC, GMF e MP/SE com foco em ações de qualificação profissional e empregabilidade de pessoas presas e egressas;
- ▶ Publicado provimento pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Sergipe para regulamentação da remição por leitura conforme a Resolução CNJ 391/2021;

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade;
- ▶ Entrega de 45 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUC;
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Iniciada identificação civil na porta de entrada;
- ▶ Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais;
- ▶ Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU, com termo de convênio entre SEJUC e ARPEN.

Socioeducativo

- ▶ NAI: minuta do TC para implantação do NAI apresentada ao TJSE, MP, DPE, Poder Executivo estadual e município de Aracaju - assinatura em andamento; em discussão plano para implementação em Aracaju, com proposta de fluxo de atendimento inicial e fluxo integrado para o interior;
- ▶ Iniciadas discussões, via Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE, sobre proposta de protocolo interinstitucional para o ciclo socioeducativo, contemplando atendimento inicial, regulação de vagas, audiências concentradas e acompanhamento pós-medida;
- ▶ Criado o Fórum Estadual Permanente do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de Sergipe – FEP-SINASE/SE, por meio de resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Transversais

- ▶ GMF - atualizada portaria em conformidade com Resolução CNJ 368/2021, com a inclusão de Juiz da Vara de Execuções Penais e Juiz da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas;
- ▶ Implantado projeto piloto com foco em prevenção, diagnóstico e assistência em HIV, ISTs e outros agravos junto aos serviços penais, com a pactuação de fluxos de encaminhamento para a rede de saúde e realização de ciclo de capacitações em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES/SE) para as equipes multidisciplinares dos serviços APEC, CIAP, CEMEP e Escritório Social;
- ▶ Promovida articulação entre serviços penais e serviços de atenção à população em situação de rua do município de Aracaju com foco no estabelecimento de fluxos de encaminhamento e referenciamento de casos;



TOCANTINS

Proporcionalidade Penal

Monitoração Eletrônica

- ▶ Em andamento adequação do ato normativo local a partir da Resolução CNJ nº 412/21;
- ▶ Alternativas penais: publicado TCT entre a Secretaria da Cidadania e Justiça e o TJTO para implantação da CEPEMA de Tocantinópolis, aguardando data;
- ▶ Apoio técnico para realização do “Webinário de Alternativas Penais: Uma abordagem político-criminal no contexto do não encarceramento”, parceria da SECIJU com a ESMAT e GMF/TJTO;

Audiência de Custódia

- ▶ Implantação da APEC no Fórum de Palmas em andamento e apresentada proposta ao GMF de ato normativo para institucionalização no estado;;
- ▶ Qualificação do preenchimento do Sistema de Audiência de Custódia junto às comarcas;
- ▶ Criada seção sobre Audiência de Custódia no site do TJTO com informações e regramentos relacionados ao instituto, inclusive sobre o SISTAC;
- ▶ Realizada formação em audiência de custódia promovida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, voltada a magistrados e servidores;
- ▶ Instituído atendimento prévio na audiência de custódia da comarca de Porto Nacional, em parceria com a Central de Penas e Medidas Alternativas;
- ▶ Realizada articulação entre o GMF e o IML para a disponibilização de laudos tanto para capital quanto para o interior;
- ▶ Apresentado ao GMF proposta de ato normativo para institucionalização da APEC no estado do Tocantins.
- ▶ Interiorização em andamento em Porto Nacional, Araguaína e Gurupi - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- ▶ Qualificação do preenchimento do SISTAC junto às comarcas;
- ▶ Criada seção sobre Audiência de Custódia no site do TJTO com informações e regramentos relacionados ao instituto, inclusive sobre o SISTAC.

Socioeducativo

- ▶ NAI: assinado TCT entre Sistema de Justiça e Poder Executivo municipal e estadual para implantação - obras concluídas, aguardando data para inauguração;
- ▶ Estruturação do Programa de Atendimento aos Adolescentes Egressos e Famílias do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins, com apoio técnico à SECIJU via Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - em andamento;
- ▶ Audiências concentradas: implementadas por meio de provimento da Corregedoria do TJTO;

Cidadania

- ▶ Escritório Social implantado em Palmas; em andamento implantação em Gurupi, financiado pelo Depen; e em Araguaína;
- ▶ Reestruturação da RAESP/TO, com eleição de nova coordenação;

- ▶ Apresentada proposta de criação de Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, por meio apoio ao GMF para articulação com RAESP/TO e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura - em andamento;
- ▶ Realizado "I Seminário Estadual sobre Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Penal", pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, com apoio a SECIJU e GMF;
- ▶ Conselho da Comunidade de Palmas em estruturação, a partir de diálogo com o GMF;
- ▶ Iniciadas articulações entre GMF-TO e MPT-TO para possível acordo de cooperação relativo a ações de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Identificação Civil e Documentação

- ▶ Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação para Pessoas Privadas de Liberdade
- ▶ Entrega de 145 kits biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SECIJU
- ▶ Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil
- ▶ Aguardando início da identificação civil na porta de entrada e nas unidades prisionais; Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

Transversais

- ▶ GMF: assinatura de TCT para disponibilização de 10 servidores da SECIJU para atuação e fortalecimento do GMF;
- ▶ Implantado o Centro Especializado de Atenção às Vitimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) no Fórum da Comarca de Palmas.



DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

Os estados aderiram a algumas ações promovidas pelo programa. Entre as atividades comuns realizadas estão a participação em eventos de formação e de levantamentos de abrangência nacional em temas de interesse.

Quanto à Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Presas, ambas as unidades da federação receberam kits de identificação biométrica - DF recebeu 22 kits e SP, 902 kits. No DF a ação já foi lançada oficialmente, com realização de formações de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos e início da identificação civil na porta de entrada (a operação nas unidades prisionais ainda não foi iniciada). Em São Paulo, a previsão de lançamento é maio de 2023.

Quanto ao tema dos sistemas informatizados, o Distrito Federal aderiu ao SEEU. No campo da cidadania, o Distrito Federal inaugurou um Escritório Social em Brasília e há articulação em andamento com o MPT local para ação de preenchimento de cotas de trabalho por pessoas que passaram pelo sistema prisional.



TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

A partir da gestão do ministro Luiz Fux, o DMF/CNJ empreende esforços para reforçar as iniciativas e a interlocução na esfera federal do Judiciário brasileiro com o apoio do programa Fazendo Justiça. Desde então, é realizado o processo de customização das atividades de acordo com as necessidades dos Tribunais Regionais Federais, considerando seus contextos e especificidades no âmbito do sistema prisional – portanto, não há incidência de atividades no campo socioeducativo.

No final de 2020, a equipe do Fazendo Justiça iniciou um ciclo de apresentações de propostas de trabalho conjunto aos TRFs com o intuito de intensificar ainda mais o protagonismo do Judiciário visando a modernização e aperfeiçoamento de práticas no campo.

Entre dezembro de 2020 e março de 2021, reuniões entre desembargadores, juízes federais, representantes do CNJ e especialistas do programa foram realizadas para a pactuação dos respectivos planos executivos, implementados a partir de canais permanentes de diálogo.

Atividades em andamento

- ▶ No campo da tecnologia, uma ação iniciada ainda no primeiro ciclo do programa em 2019 - a nacionalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) – ampliou sua presença em quatro TRFs (1ª, 2ª, 3ª e 5ª Região) no atual ciclo, passando de 13,2 mil processos tramitando no SEEU em setembro de 2020 para 19,2 mil em junho de 2022. Ainda estão em andamento os diálogos para implantação no TRF 4ª Região.
- ▶ A Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade vem se expandindo nacionalmente no atual ciclo, e também tem importante articulação com as cortes federais. Desde 2020, já foram encaminhados 657 kits de identificação biométrica para seções judiciárias federais em todo o país. O início das atividades ocorre conforme a Ação Nacional é lançada nas unidades da federação de forma alinhada às cortes estaduais e outros parceiros – até o momento passou por 13, e os lançamentos seguem até 2023.
- ▶ No campo das capacitações, houve engajamento de magistrados (as) e/ou servidores (as) das cortes regionais federais em diversas formações promovidas pelo programa, incluindo no campo da monitoração eletrônica e no contexto da ação nacional de identificação e documentação civil de pessoas presas, contabilizadas no início desta publicação com as demais formações e eventos do programa.
- ▶ A seguir, são descritas iniciativas adicionais no âmbito dos TRFs, por meio da liderança dos seus respectivos GMFs.

TRF1

- ▶ Articulação em andamento com a Juíza Federal Corregedora da Penitenciária Federal de Porto Velho para capacitar membros do Conselho da Comunidade de Porto Velho (RO), aguardando aprovação de resolução no CNJ

TRF2

- ▶ Apoio a projetos de alternativas penais e abrigamento de nacionais e estrangeiros em conflito com a lei por meio de articulação entre o TRF2 e a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro;
- ▶ Articulação em andamento entre o TRF2, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e o TJRJ para implantação de Escritório Social na cidade do Rio de Janeiro

TRF3

- ▶ Ações para capacitar membros do Conselho da Comunidade de Campo Grande (MS) em andamento, aguardando aprovação de resolução do CNJ
- ▶ Justiça Restaurativa: estruturação de órgão de macrogestão em andamento, com designação e formação de servidores (Projeto Rede Justiça Restaurativa)
- ▶ Apoio a implantação de serviço de alternativas penais no âmbito da Justiça Federal de Campo Grande
- ▶ Articulação com TRF3 para apoio ao Escritório Social de Campo Grande em andamento, em parceria com a coordenação estadual do MS
- ▶ Primeiro atendimento à pessoa custodiada no âmbito da Justiça Federal do país, em São Paulo. A partir de uma parceria com a Universidade de Guarulhos, o Fórum Federal de Guarulhos passou a contar com o atendimento, oferecido por alunos do curso de psicologia (pré e pós). Participação em formação nacional sobre APECs

TRF5

- ▶ Articulação em andamento entre o GMF do TRF5 e o GMF do TJPE para criação do grupo interinstitucional para o desenvolvimento de estratégias e projetos conjuntos, com previsão de assinatura de ACT;
- ▶ Instituído Grupo Intersetorial, com a participação do TRF5, para implantação do plano estadual da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, liderado pelo GMF e MPT.



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA